

Sibelle Cornélio Diniz da Costa

**Do precário ao plural: realidades e
possibilidades da economia popular no
Brasil contemporâneo**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2016

Sibelle Cornélio Diniz da Costa

Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2016

Folha de Aprovação

*“Quem cruzou aquela ponte não vai se
esquecer
O que eu sou, eu sou em par
Não cheguei sozinho”
(Lenine/Castanho)*

*A todos que partilharam comigo, de diversas
maneiras, o percurso desta tese.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anteag - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão

Cadsol - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

Conaes - Conferência Nacional de Economia Solidária

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EES - Empreendimento Econômico Solidário

EP - Economia Popular

EPS - Economia Popular Solidária

ES - Economia Solidária

Fase - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MST - Movimento dos Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

PBSM - Plano Brasil Sem Miséria

PPA - Plano Plurianual

PT - Partido dos Trabalhadores

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária

UD - Unidade Doméstica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O LUGAR DO TRABALHO NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	20
1.1 Da sociedade salarial ao pós-fordismo	21
1.2 Morfologias contemporâneas do trabalho	26
1.3 Pós-fordismo periférico	32
1.4 O trabalho na “sociedade do descarte”	41
2 ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: DA PRECARIZAÇÃO EXISTENTE AO PROJETO PLURAL	47
2.1 Do circuito inferior à economia popular e solidária	48
2.2 Economia popular, reestruturação produtiva e autonomia	62
2.3 Economia social e solidária e economia plural	67
3 O CASO BRASILEIRO: VOLTANDO O OLHAR À ECONOMIA POPULAR	81
3.1 Emergência da economia popular e solidária e avanço institucional recente	83
3.2 Dos esforços de identificação das iniciativas e dos resultados obtidos	93
3.3 O que dizem os Censos Demográficos	111
4 POSSIBILIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: APONTAMENTOS	144
4.1 Antigas e novas relações entre os circuitos da economia urbana	145
4.2 Urbanização extensiva e a práxis compartilhada	151
4.3 Pluralidades, territórios e desenvolvimento endógeno	156

CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	165
Anexo A – Metodologia de identificação da Economia Popular nos Censos Demográficos 2000 e 2010	181
Anexo B – Ocupações selecionadas para compor os grupos da Economia Popular	189
Anexo C – Ocupações na economia popular, 2000 e 2010	199

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação da economia mista	76
Quadro 1 – Construção do recorte da economia popular, segundo unidades domésticas	113
Quadro 2 – Descrição dos Grupos de análise na economia popular	115
Tabela 1 – Trabalhadores da economia popular e em outras categorias de ocupação, Brasil, 2000 e 2010	117
Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhadores por recortes regionais, 2000	118
Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhadores por recortes regionais, 2010	119
Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhadores por grandes regiões, 2000	120
Gráfico 4 – Distribuição dos trabalhadores por grandes regiões, 2010	120
Tabela 2 – Distribuição dos trabalhadores por classes de municípios (tamanho da população), 2000 e 2010	122
Quadro 3 – Principais ocupações na economia popular, 2000 e 2010	124
Tabela 3 – Características individuais dos trabalhadores, Brasil, 2000 e 2010	128
Tabela 4 – Características dos domicílios, Brasil, 2000 e 2010	129
Tabela 5 – Características do trabalho, Brasil, 2000 e 2010	130
Tabela 6 – Características do arranjo de ocupações e rendimentos intra-domiciliar, Brasil, 2000 e 2010	132
Gráfico 5 – Composição dos grupos de ocupação por tipos de unidades domésticas, Brasil, 2000	135
Gráfico 6 – Composição dos grupos de ocupação por tipos de unidades domésticas, Brasil, 2010	135

Tabela 7 – Características dos trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2000	138
Tabela 8 – Características dos trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2010	139
Gráfico 7 – Variação percentual do número de trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2000-2010	140
Quadro A1 – Variáveis investigadas nos Censos	186
Quadro B1 – Ocupações (CBO) segundo grupos da economia popular	189
Tabela C1 – Participação das ocupações na economia popular, Brasil, 2000	199
Tabela C2 – Participação das ocupações na economia popular, Brasil, 2010	202

RESUMO

Esta tese discute o caráter contemporâneo da economia popular no Brasil, duas décadas após suas formulações ganharem espaço nos debates internacionais. O argumento principal é que as condições para um fortalecimento da economia popular frente à economia do setor público e à economia empresarial são mais favoráveis na atualidade do que o eram quando o debate se consolidou na América Latina. Isso se dá por três grandes movimentos que reúnem os países centrais e periféricos em torno do debate por modos de produção distintos: i) a maior articulação das formas populares às cadeias produtivas globais; ii) o processo de politização que se verifica com a expansão do tecido urbano a todo o território; iii) a crítica crescente aos rumos da sociedade de mercado e o avanço dos contra movimentos em resposta. No entanto, a elevação da economia popular, de componente precário das redes globais a peça fundamental de uma economia plural, não se dará sem transformações profundas nos mecanismos de regulação que regem as relações cotidianas e as orientações das políticas públicas. A tese coloca apontamentos para um debate nessa direção, problematizando o avanço recente da economia popular e solidária no Brasil e propondo tratar a economia brasileira como economia plural instituída: uma economia que se caracteriza pela coexistência de princípios econômicos, que se complementam em graus diversos, e que não se autonomiza do social, mas se encontra, ao contrário, submetida às regras e leis definidas em cada sociedade, ou seja, um sistema econômico que é, a priori, uma construção sociopolítica.

Palavras-chave: economia popular, economia solidária, economia social, precarização do trabalho, economia plural.

ABSTRACT

This thesis discusses popular economy in Brazil, two decades after these formulations gained space in international debates. The main argument of this thesis is that the conditions for a strengthening of the popular economy across the public sector economy and enterprises' economy are more favorable today than they were in the 1990's. It occurs due to three major movements that bring together central and peripheral countries around the debate of different modes of production: i) increasing articulation of the popular economy to the global production chains; ii) politicization that occurs with the urbanization throughout the territory; iii) growing criticism of the direction of the market society and the advancement of counter-movements in response. However, the rise of popular economy, from a precarious component of global networks to a key for a plural economy will not happen without major changes in the modes of regulation governing the daily relationships and the guidelines of public policies. The thesis puts notes for a debate in this direction, by discussing the recent advancement of popular and solidarity economy in Brazil and proposing to treat the Brazilian economy as an instituted plural economy: an economy that is characterized by the coexistence of economic principles, which complement each other in varying degrees, and is not autonomous from the social, but is, on the contrary, subject to the rules and laws established in each society, that is, an economic system that is, a priori, a socio-political construction.

Keywords: popular economy, solidarity economy, social economy, precarious labor, plural economy.

INTRODUÇÃO

O olhar desta autora sobre a questão econômica se mostrou profundamente influenciado por leituras, realizadas ainda na graduação, que enfatizavam lógicas presentes em nossos espaços de produção e consumo e desconsideradas na abordagem econômica convencional. Em trabalhos de pesquisa e extensão realizados¹, a busca por alternativas produtivas em bases sustentáveis e inclusivas, e que se orientassem pela base local de conhecimentos e relações, ressaltava redes existentes e que se pautavam por objetivos distintos do lucro e por lógicas distintas daquela da empresa tradicional. Revelava-se a coexistência no espaço de uma diversidade de formas e racionalidades produtivas, contrariando o pensamento hegemônico de pretensão unificadora.

Apesar dos muitos termos e conceitos envolvidos na discussão sobre “economias diversas” (Gibson-Graham, 2008) ou “outras economias” (Cattani *et al*, 2009), este trabalho se ampara na corrente de maior relevância entre os estudos da América Latina, que parte da peculiaridade dos processos econômicos aqui vivenciados para pensar outras maneiras de compreensão do sistema econômico e do desenvolvimento. Essa corrente surge nos anos 1970 com a categoria economia popular - EP, ganha espaço no Brasil nos anos 1990 a partir da noção de economia solidária - ES - e se articula internacionalmente à economia social e solidária - ESS.

A necessidade de diálogo com a teoria econômica convencional e a aproximação aos textos de antropologia e sociologia econômica orientou a escolha por elaborar uma tese que, num primeiro momento, organizasse as diferentes leituras sobre a economia popular e solidária - EPS - com as quais me aproximei ao longo dos anos e, em segundo lugar, apontasse caminhos para uma maior

¹ Refiro-me aos trabalhos de campo realizados no âmbito dos projetos “Educação e alternativas de produção na comunidade indígena Xakriabá” (2005-2006), “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH)” (2009-2010), “Elaboração do Macrozoneamento Metropolitano de Belo Horizonte (2013-2014)” e “URBIS Amazônia: qual a natureza do urbano na Amazônia contemporânea?” (2011-2014).

incorporação dessa “outra economia” nos debates acadêmicos e na esfera das políticas públicas. Desse modo, alguns dos questionamentos que orientaram a elaboração desta tese são: o que importa falar de uma economia popular e solidária na contemporaneidade? Como esta economia se situa no debate teórico atual? E que função ela cumpre, enquanto realização efetiva, na reprodução das famílias, e no todo do sistema econômico? De forma mais específica, que modificações se deram nesta economia nos anos recentes, com os movimentos de reconfiguração produtiva e as transformações significativas no mercado de trabalho? Quais são seus principais atores, como se organizam em torno da unidade doméstica e quais os meios a partir dos quais organizam sua reprodução?

Sobretudo, que papel esta economia poderia assumir, na contemporaneidade, dentro de um modo de regulação² que a compreendesse como um componente relevante dos processos econômicos, por seu potencial de organização do trabalho em bases mais sustentáveis, inclusivas e emancipadoras?

Tendo este ponto de partida, esta tese se baseia em um conjunto de pressupostos incorporados e/ou construídos ao longo dessa trajetória, com base em leituras teóricas e empíricas, e que são apresentados a seguir.

Um primeiro pressuposto é o de que a economia brasileira, como outras economias latino-americanas, pode ser considerada uma *economia mista sob a dominância capitalista* (Coraggio, 2013a). Isso implica dizer que outras lógicas ou princípios de comportamento econômico, além do mercado, caracterizam nossos processos econômicos. Para além da economia empresarial orientada para o lucro, contamos aqui com uma expressiva economia do setor público, que abrange as redes de produção e consumo em torno do Estado. E, ainda, com uma considerável economia popular, formada por unidades produtivas com uma racionalidade orientada para o trabalho, e não para o capital. A despeito da organização desta sociedade em torno de uma ordem cultural capitalista (Sahlins, 2003), o conjunto

² Tendo por base a escola francesa da regulação, o modo de regulação é compreendido como o conjunto de procedimentos, instituições, valores, hábitos e leis que perpassam o regime de acumulação (forma sistematizada de organização da produção, distribuição e do consumo) em uma dada sociedade (Aglietta, 1976; Boyer, 1986; Lipietz, 1988).

das nossas relações econômicas passa notavelmente pelos princípios da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição (Polanyi, 2011).

Essa configuração é balizada pelos processos vivenciados no século XX, quando modernização incompleta e urbanização acelerada foram acompanhadas do acirramento das desigualdades e da não consolidação de um Estado de bem-estar social. Tal conformação garantiu espaço para as redes de solidariedade e ajuda mútua, para a economia informal, marginal e mesmo a economia ilícita. Esta economia não empresarial, que já foi tratada na literatura como “setor tradicional”, “setor informal”, “economia informal”, entre outros termos, ganha outro lugar quando se evidencia sua racionalidade interna, orientada ao trabalho e à reprodução ampliada.

Um segundo pressuposto é o de que essa economia popular, com seu componente de solidariedade (Razeto, 1993; Coraggio, 1994, 2000), sempre existiu em nossa sociedade, como elemento estrutural e integrado às redes de produção de articulação internacional, mas teve seu papel transformado nas décadas recentes, tendo em vista as reconfigurações no mundo da produção e do trabalho. No pós-fordismo, essa economia se coloca, em diferentes graus, como componente da precarização do trabalho. Assim como ocorre nos países centrais, as redes de organização familiar e patriarcal do trabalho se integram aos processos de flexibilização e fragmentação produtivas, acompanhando os movimentos de feminização do trabalho, redução de garantias trabalhistas e queda dos ganhos reais. No Brasil, o chamado circuito inferior da economia urbana (Santos, 2008) se reconfigura em função das mudanças no nível organizacional, informacional e das finanças, movendo-se, em grande medida, em função dos movimentos do circuito superior (Silveira, 2010, 2011). Os dois circuitos parecem, no entanto, cada vez mais interdependentes, ou seja, as formas produtivas que compõem o circuito inferior são cada vez mais cruciais para o desenvolvimento e a expansão do circuito superior.

O terceiro pressuposto é que, na acumulação flexível, o trabalho assume outro lugar enquanto fator de produção e enquanto elemento constituidor de identidades (Antunes, 2005), o que redefine o papel da economia popular. A crescente “mercadificação” do trabalho abre espaço para movimentos de

contestação da sociedade de mercado, orientando a criação e o fortalecimento de redes de produção e consumo alternativas. A falência do Estado de bem-estar e da crença na capacidade do mercado de abarcar o conjunto de trabalhadores e de atividades produtivas orientam novas questões e novas formas de organização. Tanto nos países centrais quanto nos periféricos, os discursos se voltam às antigas e novas formas de solidariedade econômica, no sentido de nortear mecanismos de regulação econômico-políticos que não passem apenas pelo mercado ou pelo Estado. Nessa perspectiva, a existência de uma economia popular aparece como potencialidade, na medida em que, nas formas de produção e distribuição econômica que a caracterizam, as atividades econômicas não se desvinculam das relações sociais no seu sentido mais estrito. A permanência da economia popular evidencia as redes de solidariedade existentes no cotidiano das pessoas e as revelam como um substrato importante para processos mais amplos ligados à chamada economia social e solidária.

A busca por uma produção pautada em outros objetivos, que não o lucro, e em outras relações com o trabalho e com os recursos naturais, é fortalecida ainda pelo processo de urbanização extensiva (Monte-Mór, 2015). A extensão das condições gerais de produção aos territórios implica também a politização do espaço social. Formas de organização coletivas pautadas na colaboração e na reciprocidade ganham espaço nas novas formas urbanas, o que pode ser ilustrado pelo avanço em número e organização dos movimentos sociais em torno de pautas como a produção agro ecológica, o comércio justo, a conservação ambiental, a autoconstrução, etc. O maior acesso às redes de comunicação e transportes, à escolarização formal, e mesmo à proteção conferida pela legislação se tornam substratos para a organização em torno da economia social e solidária.

Assumindo tais pressupostos, o enfoque adotado na tese é o de enfatizar a diversidade de processos econômicos existentes em nossa economia, buscando caracterizá-la como *economia plural instituída*, o que justifica olhares diferenciados para racionalidades econômicas, recursos e processos de formação distintos, o que vale tanto para as leituras acadêmicas quanto para as definições de políticas públicas. Como *economia plural instituída*, considero uma economia que se caracteriza pela coexistência de princípios econômicos, que se complementam em

graus diversos, e uma economia que não se autonomiza do social, mas se encontra, ao contrário, submetida às regras e leis definidas em cada sociedade, ou seja, um sistema econômico que é, a priori, uma construção sociopolítica (Polanyi, 2012).

Não se trata, portanto, de pensar uma economia que substitua a ação estatal – numa perspectiva filantrópica, como habitualmente se associa ao terceiro setor, ou de provisão de serviços antes afeitos aos Sistemas de Bem-Estar, como no caso da economia social institucionalizada na França. Ao contrário, é reconhecida a necessidade de articulação da economia popular solidária tanto à esfera pública quanto à esfera privada, buscando apontar a possibilidade de novas formas de regulação que permitam complementar as regulações nacionais ou suprir suas faltas (França Filho, 2001a).

Quanto ao percurso metodológico, a opção é partir das práticas e experiências efetivas e de suas possibilidades, ao contrário do movimento usual que, partindo de um projeto societário utópico, busca avaliar as realizações que ali cabem. Tal construção propõe um olhar sobre a experiência, sobre as lacunas e os consequentes discursos inviabilizados pelo paradigma de conhecimento hegemônico. Esse caminho passa pela compreensão da economia popular e solidária como produtora de “espaços de fronteira”, capazes de fomentar tipos distintos de subjetividade e de sociabilidade que interessam a novos olhares e novas proposições (Sousa-Santos, 2008).

Além disso, assume-se a indissociação das dinâmicas sócio produtivas à sua dimensão espacial, ou seja, as distintas configurações dos circuitos produtivos e as relações entre a economia popular e solidária, a economia empresarial e a economia do setor público são tratadas como construções sociais e políticas necessariamente vinculadas a determinada configuração territorial. A incorporação do aspecto territorial aparece como pressuposto metodológico fundamental.

O argumento principal desenvolvido na tese é que as condições para o fortalecimento da economia popular e solidária, ou sua elevação de um conjunto de pequenas práticas descoordenadas a um sistema mais articulado e orgânico, são mais favoráveis na atualidade do que o eram quando o debate se consolidou na

América Latina, em meados dos anos 1990. Isso se dá pelas modificações no mundo do trabalho, da produção e do consumo na contemporaneidade, quais sejam, i) a crítica crescente aos rumos da sociedade de mercado e os contra movimentos em resposta; ii) a maior articulação das formas populares às cadeias produtivas globais; iii) o processo de politização que se verifica com a expansão do tecido urbano a todo o território. Mas essa elevação da economia popular, de componente precário das redes globais a componente fundamental de uma economia plural, não se dará sem transformações profundas nos mecanismos de regulação que regem as relações cotidianas e as orientações das políticas públicas.

É nessa perspectiva que se colocam os quatro capítulos da tese. O primeiro capítulo trata das tendências do trabalho na contemporaneidade, como a precarização das relações de trabalho e a integração das redes produtivas domésticas e familiares às cadeias globais. São discutidas ainda as peculiaridades desse movimento nos países periféricos, onde as redes de solidariedade e colaboração mútua que não passam pelo Estado ou pelo mercado não foram totalmente suplantadas pelas relações fordistas ou pelo Estado de bem-estar, o que abre possibilidades para a economia popular solidária.

Apesar das diferentes conformações históricas nos países centrais e periféricos, as transformações produtivas das décadas recentes promoveram uma espécie de convergência do debate entre esses países, no sentido da crítica aos processos de mercadificação da natureza e do trabalho vivenciados no crescimento do “precariado” e também na crise ambiental. Tal convergência é o tema central do segundo capítulo. Este capítulo se inicia com a discussão da gênese da categoria economia popular na América Latina, nos anos 1970, como uma tentativa de contraponto ao debate sobre o setor informal urbano. A seguir, discutem-se os distanciamentos e as aproximações entre a economia popular e a economia solidária, categoria que ganha maior espaço no Brasil. Por fim, trata-se a adoção mais recente dos termos economia social e solidária e economia plural, que de certo modo aproximam os debates latino-americanos à discussão sobre a economia social na Europa e no Canadá.

O terceiro capítulo discute a especificidade do caso brasileiro. Na primeira década deste século, foram vivenciados avanços no Brasil em torno da economia

solidária, que apresentou maior inserção nas políticas públicas e avançou em organização e alcance. Entretanto, grande parte das iniciativas não conseguiu superar sua condição de precariedade. Além disso, a ES ainda ocupa um espaço marginal no conjunto das políticas de trabalho e renda do país. O capítulo trata dessa trajetória, discutindo como se dá a definição e adoção da categoria economia solidária pelo movimento e nas políticas relacionadas. É proposta uma ampliação do olhar sobre a EPS no país, por meio da construção de um perfil da economia popular a partir dos Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010. São caracterizados, para os dois anos, os trabalhadores da economia popular e suas relações, explícitas nas características do trabalho, em suas configurações domiciliares e sua distribuição regional.

O quarto capítulo propõe recuperar os argumentos dos capítulos anteriores, inclusive os resultados do exercício empírico, sugerindo apontamentos para uma discussão do caráter contemporâneo da EPS no Brasil. Tendo como horizonte a economia plural e o desenvolvimento endógeno, são discutidos os potenciais de articulação entre os circuitos da economia urbana e as possibilidades abertas pelos processos de urbanização extensiva. Tais apontamentos buscam contribuir para a discussão sobre mecanismos alternativos de regulação que considerem a diversidade de lógicas e de princípios econômicos que caracteriza a economia brasileira.

Este trabalho é assumido como um relato do momento atual de um processo de pesquisa e de extensão iniciado em meados dos anos 2000, e que, acredito, encontra-se em seu início. Nesse sentido, a tese não busca fornecer respostas definitivas, mas sim levantar apontamentos e possibilidades, buscando tangenciar a complexidade dos processos em questão. Os apontamentos colocados ao longo do trabalho têm o intuito de fornecer indicações para uma agenda de pesquisa que parta tanto das pesquisas domiciliares quanto de estudos de caso de orientação qualitativa e que abranjam realidades mais específicas do ponto de vista de recortes setoriais e territoriais.

1 O LUGAR DO TRABALHO NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A reconfiguração das relações econômicas em nível global, a partir da década de 1970, lançou luz às formas produtivas atuantes em pequena escala, marcadas pelas relações de trabalho flexíveis e pelos laços pessoais. Compreendidas no projeto moderno como desintegradas do sistema capitalista e fadadas ao desaparecimento com os processos de desenvolvimento, tais formas ganham relevância nos mercados de trabalho dos países centrais e periféricos, na contemporaneidade.

Na acumulação flexível ficam claros os limites do assalariamento formal, o que garante espaço para o trabalho associado, por conta própria e informal, entre outras configurações. Os debates sobre precarização do trabalho apontam essa tendência como uma face negativa da flexibilização produtiva, qual seja, uma nova morfologia do trabalho funcional ao sistema capitalista, uma vez que permite modos diversos de exploração pelo capital.

De fato, no período pós-fordista coexistem uma minoria com empregos estáveis e protegida pelas garantias trabalhistas e um grande e heterogêneo contingente de trabalhadores precarizados. Enquanto nos países periféricos essas formas sempre responderam pela reprodução de boa parte da população, no centro elas se destacam a partir da flexibilização produtiva. Na América Latina, elas se conectam de variadas formas aos processos de trabalho assalariado, seja nas redes de subcontratação, seja no trabalho autônomo, familiar ou associado.

Ao mesmo tempo, os processos contemporâneos reforçam a tendência de “mercadificação” do trabalho e da natureza, ou seja, de compreensão destes como fatores de produção transacionáveis num mercado desenraizado da prática social. A aceleração do fluxo de informações e de produtos eleva a velocidade da substituição, tanto de mercadorias quanto de trabalhadores e dos recursos naturais. Enquanto o trabalho tem seu papel reduzido na constituição das identidades individuais e coletivas, movimentos de contestação desta “sociedade do descarte” apontam para as possibilidades de transformação a partir do questionamento das

finalidades da produção e dos papéis dos trabalhadores e dos consumidores no sistema produtivo.

Este capítulo discute as configurações do mundo do trabalho no pós-fordismo, ressaltando as teses sobre o papel cumprido pelo trabalho na contemporaneidade.

1.1 Da sociedade salarial ao pós-fordismo

Nas décadas finais do século XX tem lugar um processo de reorganização produtiva que altera fortemente as relações capital-trabalho. Em oposição à rigidez das regras e processos que marcaram o Fordismo e seus esquemas de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, o regime de acumulação que se instala a partir dos anos 1970 se apoia na flexibilidade.

A passagem do fordismo para o pós-fordismo implicou profundas alterações das condições gerais dos mercados de fixação de preços, de um lado, e dos mecanismos de controle da força de trabalho, de outro. O primeiro ponto diz respeito à descentralização das decisões dos produtores e dos consumidores e ao papel do Estado e de outras instituições neste processo. Já o segundo ponto diz respeito ao modo como a força de trabalho é direcionada para a adição de valor na produção e para o lucro.

O período de prosperidade capitalista que vai de meados dos anos 1940 até o início da década de 1970 foi viabilizado pela aliança entre o grande capital corporativo, a nação-Estado e o trabalho organizado. A produção em larga escala permitia ganhos crescentes de produtividade a partir de investimentos em capital fixo, melhoria da capacidade administrativa, padronização de produtos, métodos de gerência do trabalho e marketing. A estética do modernismo, em especial em sua ênfase na funcionalidade e na eficiência, orientava a racionalização do trabalho na linha de montagem (Harvey, 2009).

A expansão no pós-guerra se tornou possível pela atuação do Estado fordista-keynesiano, que patrocinou o reestabelecimento das economias destruídas pela guerra orientando, primeiramente, a reconstrução, e num segundo momento, a modernização. A partir da ação estatal tem-se a expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações, o desenvolvimento da infraestrutura para a produção e a manutenção da estabilidade da demanda (Harvey, 2009)³.

A aliança fordista foi viabilizada, sobretudo, pela conversão dos avanços produtivos em expansão dos níveis de consumo. Os ganhos de produtividade se revertiam em melhorias da qualidade de vida da classe trabalhadora, por intermédio de uma política de aumentos reais dos salários e de garantia de direitos sociais universais. Os Estados de bem-estar davam condições para a reprodução da força de trabalho privilegiada, de um lado, por meio das garantias trabalhistas – a Seguridade Social, a exigência de remuneração mensal, o salário mínimo, etc. - e de outro, pelo fornecimento de bens coletivos como saúde, educação e habitação.

Nas empresas, uma política explícita de controle e gerência da força de trabalho orientava a “criação” de um tipo particular de empregado, adequado aos novos processos de trabalho – um trabalhador familiarizado com longas horas de trabalho rotinizado e distanciado da criação e da organização do processo produtivo. A burocratização das organizações sindicais, por sua vez, possibilitou a disciplinação da força de trabalho em troca de ganhos reais de salário, processo influenciado pela intervenção estatal nas negociações.

Castel (2013) discute como a sociedade forjada no capitalismo industrial se configurou como “sociedade salarial”, isto é, baseada na relação salarial fordista. Uma relação salarial comporta um modo específico de remuneração da força de trabalho, o salário, que passa a comandar o modo de consumo e de vida dos trabalhadores e de suas famílias; uma forma de disciplina do trabalho que orienta o ritmo da produção; e um quadro legal que regulamenta as relações de trabalho, ou seja, o contrato de trabalho e as demais disposições a ele relacionadas. São

³ Fundamental nesse processo foi a ampliação do comércio internacional e do investimento interpaíses, o que possibilitou o acesso a matérias primas baratas (notadamente no campo da energia), a absorção da capacidade produtiva – especialmente a estadunidense - pelos países periféricos e, com ela, a disseminação de uma nova ‘cultura do capitalismo’ (Harvey, 2009).

cinco as condições que permitiram a substituição da relação salarial vigente no início da industrialização pela fordista: i) uma clara separação entre os trabalhadores ativos no mercado de trabalho e os inativos, que deveriam ser excluídos ou integrados sob formas regulamentadas; ii) a racionalização do processo de trabalho e a fixação do trabalhador em seu posto através de uma “gestão exata do tempo”, ou seja, o encadeamento sincronizado de tarefas e a separação clara entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho; iii) o acesso do trabalhador à produção de massa por meio do consumo proporcionado pelo salário; iv) o acesso à proteção social e aos bens e serviços coletivos fornecidos pelo Estado; v) a constituição de um direito do trabalho que reconhecia o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social, para além da dimensão individual do contrato trabalhista.

No período fordista, a configuração da “sociedade salarial” viabilizou a sinergia entre o crescimento econômico e o crescimento do Estado Social. A relação salarial fordista prometia uma homogeneização tanto das condições de trabalho quanto dos meios e modos de vida, proporcionando uma relação direta entre elevação dos salários, aumento da produção e ganhos de consumo.

Na prática, entretanto, tal ciclo virtuoso se verificava apenas para um bloco de trabalhadores, formado por aqueles que se encaixavam nos processos de assalariamento conduzidos pelos setores fordistas. O que se observa, de fato, é uma marcada diferenciação entre os grupos sociais, distinção esta que se dá em torno do assalariamento. Nos termos de Castel (2013, p. 478): “*a sociedade salarial pode mostrar uma estrutura relativamente homogênea na sua diferenciação*”. A condição de assalariado é aquela a partir da qual os indivíduos se distribuem no espaço social, medem-se e comparam-se. É a partir da situação de assalariamento que se demarcam os demais grupos, pois é essa inserção que possibilita os padrões de consumo valorizados no esquema fordista: o acesso a bens duráveis, ao crédito e ao lazer. Os objetos consumidos marcam as posições sociais, definindo o valor do indivíduo que consome. No capitalismo fordista, isto se dá em função do lugar que este ocupa na divisão do trabalho.

A incapacidade do sistema fordista de incorporar todos os trabalhadores se coloca como uma característica do sistema, mesmo em seus anos de apogeu,

gerando insatisfação permanente entre os setores produtivos não fordistas - aqueles que não se encaixavam na dinâmica de baixo risco e crescimento estável da demanda que dava suporte aos investimentos massivos em tecnologia (Harvey, 2009). Os trabalhadores inseridos no esquema fordista eram uma classe privilegiada, e com o tempo os excluídos desse sistema passam a organizar movimentos de protesto, denunciando como a raça, o gênero e a origem étnica determinavam o acesso à produção – e ao consumo – de massa.

Parte considerável da força de trabalho, na realidade, inseria-se via ocupações sazonais e instáveis. Eram principalmente migrantes, mulheres e jovens de baixa qualificação e trabalhadores de meia idade que não conseguiam acompanhar as mudanças dos mercados de trabalho. Tais trabalhadores tendiam a ocupar as posições mais precárias nas firmas, receber remunerações mais baixas e serem menos cobertos pelos direitos sociais.

“É o que se chama de ‘quarto mundo’, expressão de um exotismo um tanto suspeito, como se, nas sociedades desenvolvidas, subsistissem pequenas ilhas arcaicas povoadas por todos aqueles que não puderam, ou não quiseram, pagar o preço da integração social e ficaram fora do trabalho regular, da moradia decente, da união familiar consagrada e não frequentaram instituições de socialização reconhecidas. [...]. Causam uma certa vergonha num período de crescimento e de conversão aos valores da modernidade, mas, no fundo, não há nada de escandaloso no fato de que exista, como em qualquer sociedade sem dúvida, uma franja limitada de marginais ou de associais que não jogam o jogo comum.” (Castel, 2013, p. 147)

A divisão entre uma força de trabalho masculina, branca e fortemente sindicalizada e o restante causaria ainda rigidez nos sistemas de produção nos países centrais, uma vez que a oferta de trabalho restrita dificultava a realocação de trabalhadores. De outro lado, os trabalhadores inseridos passam a se mostrar insatisfeitos diante do modo de controle e disciplinação da força de trabalho fordista (Ferreira, 1997). Enquanto isso, na periferia, ficava clara a insatisfação com um projeto de modernização que resultava em integração apenas parcial ao fordismo e em ganhos limitados em termos de elevação dos níveis de vida e avanço da qualidade dos serviços públicos.

Esse conjunto de tensões, somado a outras dificuldades relativas à rigidez na produção⁴, às pressões inflacionárias e aos grandes choques do petróleo nos anos 1970, leva a mudanças estruturais no sistema. O esquema fordista não mais garantia ganhos de produtividade e exigia novas estratégias das firmas e outras formas de regulação pelos Estados nacionais.

Instalava-se assim a acumulação flexível, apoiada no surgimento de novos setores produtivos, em taxas mais altas de inovação, em novos mercados consumidores, e, sobretudo, numa maior velocidade da circulação de mercadorias e informações. Reduz-se assim tanto o tempo de giro da produção – por meio do uso de novas tecnologias e de novas formas organizacionais – quanto o do consumo – pela redução da meia vida dos produtos.

“A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação das formas culturais.”
(Harvey, 2009, p. 148)

O que se observa, em grandes linhas, é um movimento de ampliação da flexibilidade dos mercados de produção e de trabalho e dos padrões de consumo. As empresas passam a se pautar pela produção sob encomenda, pela resposta imediata aos mercados e pela adaptação constante aos ajustes de demanda, sobretudo em bases toyotistas⁵ (Alves, 2007). Ao assumirem os riscos de um ambiente econômico mais instável e volátil, recorrem à subcontratação (flexibilidade externa) ou ao recrutamento e treinamento de pessoal qualificado para as frequentes mudanças tecnológicas (flexibilidade interna). A cultura profissional

⁴ “a desaceleração dos ganhos de produtividade entra em colisão com a relativa rigidez da norma salarial (a prática generalizada da indexação do salário em relação à inflação e à elevação da produtividade da economia) e das relações de emprego vigentes (que conferiam, notadamente, certas garantias - que variavam, é verdade, significativamente, conforme o país considerado de estabilidade do emprego), resultando daí uma compressão (um “esmagamento”) das margens de lucro em vários setores destas economias” (Ferreira, 1997, p. 177).

⁵ O toyotismo tem suas origens no Japão, nos anos 1950, e se caracteriza pela produção fluida, flexível e difusa. Baseia-se na adoção de dispositivos organizacionais como o *just-in-time*, no uso intensivo da terceirização e da subcontratação e no envolvimento pró-ativo do empregado, ou seja, na captura da subjetividade do trabalho pelo capital (Alves, 2007).

tradicional é substituída por uma exigência maior dos trabalhadores, o que dificulta inclusive a inserção dos jovens com educação formal nos novos mercados de trabalho, uma vez que o vínculo formação-emprego passa a se dar em outras bases (Castel, 2013).

O acesso à informação e a facilidade e rapidez na tomada de decisões se tornam determinantes fundamentais dos lucros, tendo em vista o ambiente de crescente incerteza e competição. Ao mesmo tempo, o sistema financeiro global se reorganiza: de um lado, formam-se grandes conglomerados financeiros, de outro, novos instrumentos e mercados possibilitam grande descentralização e rápida proliferação de atividades e fluxos financeiros. O sistema financeiro permite grande parte da flexibilidade geográfica e temporal que a nova fase do capitalismo exige. O capital financeiro parece se tornar o poder coordenador do processo global de acumulação flexível.

1.2 Morfologias contemporâneas do trabalho

A queda do fordismo significou o rompimento do pacto estabelecido entre capital e trabalho, intermediado pelo Estado. O novo regime de acumulação que se estabelece faz renascer uma nova forma de regulação que passa pela intensificação e desregulamentação do trabalho e desverticalização da produção, acompanhada da terceirização. A relação salarial fordista se rompe, enfraquecendo a capacidade de organização e barganha dos trabalhadores.

A acumulação capitalista na contemporaneidade seria, então, caracterizada pela correlação entre a modernização tecnológica e produtiva e taxas crescentes de exploração do trabalho, não apenas nos países periféricos ou dependentes, mas também nos países centrais. Tal tendência estaria presente no comportamento dos salários, na distribuição de renda, no subemprego, no trabalho precarizado, na exclusão social e na permanência da pobreza (Valencia, 2003). É a articulação entre tecnologia e a desregulação do trabalho que permite torná-lo flexível e polivalente, como exige o capital.

A ruína das bases de segurança do trabalho, como o Estado de bem-estar social, as organizações sindicais, os contratos duradouros e os aumentos reais de salários, acompanha a tendência de desemprego estrutural e a destruição de antigos empregos, o que abre espaço para o trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado. De um lado, cresce o desemprego; de outro, a precarização.

“Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente.” (Castel, 2013, p. 517)

Diante da reestruturação do mercado de trabalho, acentua-se a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados – as mulheres, os menos escolarizados, os migrantes. Esses grupos veem na subcontratação uma possibilidade de inserção subordinada:

“Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (‘padrinhos’, ‘patronos’ e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do processo produtivo.” (Harvey, 2009, p.145)

Para Harvey (2009), tal reestruturação das formas produtivas constitui uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego, com o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. A nova configuração das relações de produção e de trabalho é funcional ao capitalismo, permitindo uma maior adaptabilidade por meio da maior dispersão, mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e de consumo.

“Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas. A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta

contra um pai ou um tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional.” (Harvey, 2009, p. 145-146)

Na análise de Harvey (2009), a desvalorização da força de trabalho (por meio da exploração crescente, redução da renda real, desemprego, queda da qualidade de vida, etc.) constitui uma resposta do sistema capitalista à sua tendência de superacumulação. Seguindo o argumento de Marx, o capitalismo carrega em seu funcionamento uma tendência à produção de fases periódicas de superacumulação – situações de capital ocioso e de trabalho ocioso, ou seja, excesso de mercadorias e de capital dinheiro, simultaneamente a um excesso de fator trabalho – desemprego. A década de 1970 representou, nestes termos, mais uma crise de superacumulação capitalista, que foi absorvida pelo próprio sistema por meio da redução dos tempos de giro da produção e do consumo, da maior sofisticação do capital financeiro, do deslocamento espacial da produção na busca de novas formas de exploração da força de trabalho e de novos mercados consumidores e, ainda, no florescimento e no resgate de novas formas de exploração do trabalho.

Entre as grandes tendências observadas no mundo do trabalho, colocam-se: i) uma crescente redução da classe assalariada estável, ocupada sobretudo na indústria de origem fordista; ii) um aumento dos trabalhadores em tempo parcial, subcontratados, temporários, etc.; iii) a dificuldade de inserção de jovens e idosos nos mercados de trabalho; iv) o aumento da participação feminina nos mercados de trabalho, sobretudo em ocupações precarizadas; v) a expansão do terceiro setor, que incorpora conjuntos de trabalhadores desintegrados; vi) aumento do trabalho em domicílio, processo facilitado pelo avanço das comunicações (Antunes, 2005).

De um lado, uma minoria de trabalhadores de alta qualificação é capaz de se inserir na era informacional a partir de um perfil multifuncional; de outro, configura-se uma enorme e heterogênea massa de trabalhadores precários. A classe trabalhadora se fragmenta, assim, a partir de clivagens diversas:

trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados.

Contrariamente às teses sociológicas de “fim do trabalho”⁶ na era pós-fordista, Antunes (2005) defende a existência de uma nova morfologia ou polissemia do trabalho. Apesar do uso crescente do “trabalho morto” (na forma de maquinário e tecnologias), o capital não prescinde do “trabalho vivo”; ao contrário, aproveita-se dele ao máximo, impondo novas formas de exploração, que passam pela precarização, flexibilização e pelo desemprego estrutural. No lugar da substituição do trabalho pela ciência e da produção pela informação, o que se observa é uma maior inter-relação entre as atividades laborativas e as de concepção, entre as atividades fabris e as de serviços, etc. O avanço tecnológico implicou não em eliminação da força de trabalho humana, mas na necessidade de trabalhadores polivalentes, capazes de dar conta da interação complexa entre trabalho e técnica produtiva.

O aumento do peso do setor serviços implica em formas diversas de flexibilidade, como uma maior fluidez das divisões do trabalho, a fusão entre casa e espaço de trabalho, a indefinição sobre o tempo de trabalho, etc. Já o movimento da produção na direção de áreas de custo mais baixo do fator trabalho – notadamente os países asiáticos e os latino-americanos - e a consequente substituição de mão de obra por trabalhadores menos qualificados reduz o patamar dos salários em todo o sistema.

A estrutura de classe que caracterizava a sociedade industrial se transforma em algo mais complexo, mas não menos excludente (Standing, 2013). O “precariado”⁷ não se identifica com as categorias forjadas no capitalismo industrial: classe trabalhadora, classe média, trabalhador informal. A ausência de consciência

⁶ O autor se refere especialmente às obras de Gorz (1982), Offe (1989) e Habermas (1991).

⁷ Standing (2013) denomina por “precariado” o grupo de trabalhadores inseridos no regime de acumulação global sem garantias de emprego, proteção trabalhista ou identidade profissional. Esse grupo heterogêneo abrange desde os migrantes pouco escolarizados oriundos de áreas rurais até trabalhadores de alta qualificação que se inserem por meio de empregos temporários, regimes de meio horário ou estágios e ainda os encarregados do trabalho de reprodução (trabalho doméstico, cuidado de familiares, etc.).

de classe, de identidade ocupacional e de inserção definitiva no sistema coloca em xeque as definições colocadas no período anterior.

O precariado, ou os “supranumerários”, como os chamou Castel (2013), possui poucas relações de confiança com o capital e com o Estado, uma vez que é desprovido das garantias relacionadas ao trabalho. Conta ainda com redes de apoio familiar e comunitário enfraquecidas, já que a instabilidade afeta seus diversos membros. Além disso, enfrenta custos elevados de operação no mercado de trabalho, como o tempo gasto para requerer os benefícios em situação de desemprego, os custos associados à busca de postos de trabalho, ao aprendizado de novas rotinas de trabalho e o tempo e ao rearranjo das atividades domésticas para acomodar as demandas dos novos empregos. Somam-se a isso a insegurança e dificuldade de inserção social motivados pela ausência de vínculos duradouros de trabalho (Standing, 2013).

Entre os trabalhadores considerados precarizados, encontram-se dois grandes grupos. O primeiro é o que entra no precariado por escolha, compreendendo tal inserção como uma estratégia temporária, uma vez que obtém renda e garantias de outras fontes. Este é o caso dos jovens estudantes, dos trabalhadores aposentados que ocupam posições precárias pelo prazer da atividade ou para ganhar uma remuneração extra e das mulheres em idade ativa cujos cônjuges são assalariados e encaram o trabalho como atividade secundária. O segundo grupo são os que fazem parte do precariado por necessidade e por não conseguirem se inserir em outras posições. É formado pelos jovens que não conseguiram aprender um ofício ou que não venceram a concorrência do mercado de trabalho, os idosos que não possuem aposentadoria, pensão ou cobertura de saúde adequada e as mulheres que sustentam a família ou precisam contribuir para o orçamento doméstico. Neste segundo grupo se destacam as mulheres com jornada tripla, que além do tempo no emprego, cuidam dos filhos e de parentes idosos (Standing, 2013).

De fato, a precarização na era pós-fordista coincide com a “feminização do trabalho”: um maior número de mulheres ocupa postos de trabalho, ao mesmo

tempo em que mais empregos são do tipo flexível, tipicamente ocupados por mulheres⁸.

“Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento das práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa.” (Harvey, 2009, p. 148)

Uma nova divisão sexual do trabalho aponta para um maior peso dos homens nas atividades de concepção e mais intensivas em capital, enquanto aquelas atividades mais intensivas em trabalho e mais “manuais” são ocupadas preferencialmente por mulheres. A força de trabalho feminina preenche grande parte das demandas pelo trabalho flexível, desregulamentado e precarizado, aproveitando-se inclusive da experiência advinda do trabalho reprodutivo em sua esfera doméstica (Antunes, 2005). Essa separação de gênero se converte em desigualdade dos salários e dos direitos; cresce a participação das mulheres em termos absolutos, mas sua participação na renda e nos direitos trabalhistas permanece menor. Apesar de terem conquistado maior autonomia em relação ao cônjuge e à família, devido à sua maior independência econômica, as mulheres ocupam uma posição mais vulnerável e menos legítima nos espaços de trabalho (Hirata, 2009). Além disso, são empregos com baixa possibilidade de ascensão profissional e com pouco acesso aos direitos sociais.

Outra face da precarização é a chamada “instabilidade dos estáveis”. Mesmo entre os trabalhadores com vínculos de emprego formais e mais duradouros, a tendência é de perdas de direitos e benefícios trabalhistas, intensificação do

⁸ Como aponta Hirata (2011) em estudo que compara Brasil, Japão e França, as mulheres são mais atingidas pela precariedade que os homens, sendo também maioria na categoria do “desemprego oculto pelo desalento”. O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho ocorre em todas as áreas, no entanto é no trabalho precário que elas se alocam majoritariamente, ou seja, nos empregos mais instáveis, mal remunerados e pouco valorizados socialmente (Hirata, 2009). As mulheres são maioria nas estatísticas de trabalho informal, trabalho em tempo parcial, menor número de horas trabalhadas e níveis mais baixos de escolaridade formal.

trabalho ou aumento das horas trabalhadas, aumento da insegurança no emprego e na carreira (Alves, 2007). A intensificação do trabalho é um resultado das novas formas de organização da produção e também da pressão a que são submetidos os trabalhadores estáveis, ameaçados de serem substituídos por outros, dispostos a aceitar salários menores, com poucos ganhos reais no tempo, e condições de trabalho mais difíceis. O resultado dessa intensificação do trabalho pode ser visto tanto na saúde física e psíquica dos trabalhadores quanto no crescente distanciamento entre os ocupados e aqueles que não ocupam emprego (Hirata, 2011).

Em suma, na era pós-fordista, a superexploração do trabalho, a precariedade e a exclusão se convertem em suportes da economia mundial em seu conjunto (Valencia, 2003). Enquanto nos países do Norte o trabalho em tempo parcial é a figura que garante o trabalho vulnerável e flexível, nos países do Sul este é o modelo do trabalho informal, desprovido de direitos e de status (Hirata, 2009). A contradição entre elevação da produtividade e aumento da exploração do trabalho esteve presente nas diversas fases de expansão econômica da América Latina, como no processo de industrialização do século XX. Na nova fase do capitalismo, passa a ser uma característica de todo o sistema.

1.3 Pós-fordismo periférico

Ainda que com características distintas, determinadas em cada formação econômico-social, a tendência de precarização do trabalho que acompanha a acumulação flexível se estabelece tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista. Na periferia, entretanto, ela assume outros contornos, uma vez que o fordismo foi incapaz de integrar toda a sociedade em torno do emprego assalariado formal e, menos ainda, ao consumo de massa. Ali, as redes de solidariedade, auto emprego, serviço doméstico, entre outras, persistem e cumprem papel relevante na reprodução das famílias, conjugando-se de formas várias às frações do sistema produtivo voltadas mais diretamente à acumulação.

Embora tenha se configurado como regime de acumulação hegemônico nas economias centrais no pós-guerra, não é possível falar de uma homogeneidade dos padrões fordistas intra ou interpaíses (Ferreira, 1997). Dentro de cada país, o paradigma fordista, ainda que dominante, não era exclusivo, uma vez que seus princípios produtivos se adequavam de forma diferenciada aos diversos segmentos e ramos do aparelho produtivo. Além disso, características internas aos países não permitiam que os padrões surgidos nos Estados Unidos se replicassem perfeitamente nos outros espaços nacionais⁹.

No caso dos países de industrialização tardia, os regimes de acumulação locais se articularam ao fordismo central e ao restante da periferia segundo lógicas diversas. Lipietz (1988), ao tratar desses países, fala de um “fordismo periférico”:

“Trata-se de um fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento do lado dos bens de consumo duráveis. Ele, porém, permanece sendo “periférico”, no sentido de que, primeiramente, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis da fabricação qualificada e, principalmente, da engenharia, permanecem em ampla medida exteriores a estes países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica entre o consumo das classes médias modernas locais, com o acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo popular duráveis, e as exportações para o centro destes mesmos produtos manufaturados a preço baixo. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social mundial) por bens duráveis é por certo antecipada, porém ela não está institucionalmente regulada numa base nacional em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais.” (Lipietz, 1988, p. 97)

No Brasil, o fordismo se deu de forma incompleta e precária, abrangendo uma parcela limitada dos setores produtivos e se articulando a modos distintos de organização do trabalho. O período fordista no país foi relativamente bem-sucedido em estimular o crescimento econômico e em diversificar e modernizar o parque

⁹ Para Boyer (1989a, 1989b), as diferenças mais relevantes se relacionam às formas de organização do processo de trabalho, à estrutura de qualificações, à mobilidade da força de trabalho, ao modo de formação dos salários e aos estilos de vida e normas de consumo. A partir de uma análise dessas características nos países centrais, o autor pensou uma tipologia de variantes ou configurações nacionais do fordismo.

industrial. No entanto, não conseguiu superar a dependência de bens de capital e nem alavancar a inovação tecnológica, uma vez que a burguesia local se associava ao capital externo em condições de dependência tanto financeira quanto tecnológica. A industrialização dependeu em grande medida de configurações externas, tanto em relação aos investimentos produtivos pelas transnacionais quanto aos empréstimos contraídos pelo Estado.

O que diferenciou mais claramente o “fordismo periférico” brasileiro foram os parcos avanços no consumo de massa e na edificação de um Estado de Bem-Estar Social. O modo de definição dos salários não permitia o repasse dos ganhos de produtividade ao consumo e, ao contrário, implicava em redução do poder de compra nos períodos de descontrole inflacionário. Sendo assim, os mercados internos para os bens fordistas, sobretudo os bens duráveis, constituíram-se a partir de uma distribuição de renda altamente distorcida. Do ponto de vista dos trabalhadores, o acesso aos bens produzidos em bases fordistas se limitou a uma pequena classe assalariada (Ferreira, 1997).

Quanto à organização da produção, um conjunto de características demarca essa especificidade: i) o predomínio de formas autoritárias de controle e gestão da mão de obra na produção; ii) processos produtivos marcados por más condições de trabalho (longas jornadas e alta intensidade do trabalho); iii) elevados graus de instabilidade (incluindo alta rotatividade do emprego) e da precariedade/informalidade do trabalho, influenciado pela abundância de mão de obra (Ferreira, 1997). O modo de produção fordista no Brasil se combinava a outras formas de organização do trabalho, resultando numa configuração peculiar.

Em outras palavras, no caso brasileiro não se configurou de fato uma relação salarial fordista, o que pode ser atribuído à ausência de condições essenciais, como representação efetiva da classe trabalhadora, massificação do consumo, implementação de um Estado de bem estar social com direitos universais, etc. A repressão ao movimento sindical e a outras organizações de trabalhadores e o controle estatal sobre os sistemas de remuneração, durante a ditadura militar, foi um fator fundamental desse processo.

O fordismo brasileiro se caracterizou, então, como mais dependente e mais autoritário, marcado pela não consolidação de um Estado de bem-estar, e ancorado na instalação de empresas estrangeiras, no financiamento externo, na repressão da força de trabalho e na concentração de renda. O modelo desenvolveu uma classe operária e uma classe média que se estabeleceu em um quadro de vida “quase fordista”. No entanto, um setor imenso do assalariado não usufruiu dos benefícios do milagre econômico: os trabalhadores migrantes das áreas rurais, os trabalhadores do setor informal e os ocupados nas pequenas firmas do setor formal (Lipietz, 1991).

A partir da década de 1980, o esquema fordista é conduzido à sua crise tanto por características internas ao modelo quanto pelas políticas de ajuste macroeconômico, e na década seguinte, pelo avanço na liberalização da economia. A âncora entre capital interno e capital externo, mediada pelo Estado, que caracterizou o fordismo brasileiro, foi quebrada pelo processo guiado pela ortodoxia econômica e que implicou em desnacionalização da economia (privatização de empresas nacionais e retirada do Estado nas decisões econômicas), elevação do papel das instituições financeiras e desemprego da mão de obra. Um conjunto de reformas conduziu à flexibilização dos direitos trabalhistas e à redução da intervenção estatal na área econômica.

Mas é a partir dos anos 1990 que se observam no Brasil os grandes movimentos no sentido da flexibilização, alterando as características da precarização do trabalho. Enquanto a década de 1990 foi caracterizada pelo desemprego aberto e pelo crescimento da economia informal¹⁰, a partir de 2003 o avanço da formalização é acompanhado de relações contratuais mais flexíveis, de

¹⁰ A reconfiguração produtiva do fim do século se traduz no chamado “processo de informalidade”: “um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (Cacciamali, 2000, p. 163). Disso resultam dois movimentos principais: o primeiro diz respeito à reconfiguração das relações de trabalho assalariadas na direção dos contratos temporários, da ausência de garantias trabalhistas, do uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções) e dos menores salários, especialmente para os de menor qualificação; o segundo remete ao trabalho por conta própria ou em microempresas por aqueles com dificuldades de ingresso ou reemprego no mercado de trabalho formal.

maior rotatividade no emprego e da estagnação dos rendimentos médios, sobretudo nos setores reestruturados em bases toyotistas¹¹ (Alves, 2011).

De fato, o mercado de trabalho brasileiro sempre teve um caráter flexível, pois permitia certa autonomia ao empregador para ajustar os salários e a oferta de trabalho segundo a conjuntura econômica. Apesar da ampla legislação trabalhista, os empregadores determinavam aspectos centrais nas relações de emprego, tanto por características estruturais do mercado de trabalho, como o excedente de mão de obra, quanto pela facilidade de descumprimento dos direitos trabalhistas, pelo controle do movimento sindical, durante a ditadura, e pela própria legislação, que impingia baixos custos para o rompimento do vínculo de trabalho pelo empregador. Mas é no contexto da abertura comercial e financeira e avanço do neoliberalismo que a flexibilização ocorre com maior intensidade, em parte devido à reconfiguração da proteção trabalhista e social. O avanço da flexibilização nesse período se dá em relação ao tempo de trabalho, às formas de terceirização e subcontratação, aos contratos de tempo determinado, tempo parcial, na forma de estágios, etc. (Krein, 2007).

Como lembra Santos (2006), nem mesmo durante o período de industrialização e de elevado ritmo de crescimento econômico, o peso do trabalho assalariado e da grande empresa alcançou no Brasil relevância semelhante à dos países desenvolvidos. Ao contrário, constituiu-se um setor expressivo de pequenos negócios no meio urbano, que vai desde as micro e pequenas empresas mais estruturadas, atuantes junto à indústria, construção civil e terciário mais avançado, até as organizações do trabalho familiar e os trabalhadores por conta própria.

¹¹ Já nos anos 1980, parte do setor industrial brasileiro incorpora técnicas japonesas aos processos de produção, embora esse processo assuma peculiaridades neste país. O trabalho em equipe e a maior participação do trabalhador nos processos de concepção enfrentam resistências por parte do empresariado, o que contribui para a persistência de estruturas hierárquicas e da falta de autonomia dos operários (Leite, 2005).

“O Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao *Welfare State*. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores e, nos tempos que correm, torna-se uma possibilidade cada vez mais remota. Diferentemente do que ocorreu durante o período desenvolvimentista, a força de trabalho no Brasil está se deslocando do polo dinâmico e moderno para outras formas de inserção, precarizadas e que trazem menores rendimentos ou, então, simplesmente, para o desemprego aberto.” (Kraychete, 2006, p. 2)

Boa parte desses negócios compõe a chamada economia informal, que estaria, assim, associada ao movimento de precarização, uma vez que suas formas são subordinadas aos novos processos de produção capitalistas, não sendo possível atribuir a ela qualquer grau de autonomia ou independência (Tavares, 2002). A flexibilização das relações de trabalho no Brasil permaneceria como sinônimo de precarização, a despeito do crescimento das formas de ocupação alternativas, como as autogestionárias (Lima, 2006).

Como ressalta Leite (2005, 2011), a reestruturação produtiva pela qual passa o país, por um lado, acompanha a tendência internacional de desverticalização produtiva, terceirização e precarização do trabalho, e, por outro, revela as singularidades da inserção do país na economia globalizada, bem como as especificidades da cultura empresarial e sindical brasileiras. Estudos voltados a setores específicos¹², integrados em diversos graus à nova divisão internacional do trabalho, indicam as tendências de substituição de grandes unidades produtivas por formas fragmentadas e descentralizadas de organização, provocando o reaparecimento de formas precárias de trabalho tanto na indústria quanto no comércio, nos serviços e no setor público:

¹² Leite (2011) cita um grande número de estudos para os setores de confecções, calçados, telecomunicações, indústria automobilística, química, petroquímica, setor bancário, hotelaria, artes (música e dança), além dos serviços públicos como saúde e coleta de resíduos.

“O que ocorreu é praticamente o oposto do esperado: o desenvolvimento econômico e tecnológico, e as condições em que ambos estão ocorrendo, causaram a (re)aparição de formas pretéritas de trabalho, as quais adquirem novos conteúdos e significados no atual contexto de reestruturação e modernização das empresas. Os velhos modos de trabalho, reconfigurados no atual processo de acumulação, emergem, nesse sentido, profundamente relacionados com a tendência à terceirização” (Leite, 2011, p. 118, tradução nossa)

Os grupos mais vulneráveis do mercado de trabalho (notadamente, as mulheres e os negros) permanecem nas ocupações precárias, ocupando os elos mais instáveis e desprotegidos das cadeias produtivas. Nesses elos, fica claro o recurso à subcontratação, à contratação de pessoas jurídicas para atividades antes realizadas pelos assalariados, ao uso do trabalho cooperativo como forma de escapar das obrigações trabalhistas, ao trabalho em domicílio, entre outros (Leite, 2011).

Nos anos recentes, a tendência foi de avanço do emprego formal, manutenção do desemprego em níveis baixos e elevação dos rendimentos médios. Um conjunto de fatores contribuiu para essa configuração, como os aumentos reais do salário mínimo, as políticas de transferência de renda e a regularidade das taxas de crescimento econômico. A elevação da participação do trabalho formal é favorecida pelo aumento da vigilância do Ministério do Trabalho sobre as situações irregulares de uso da força de trabalho pelas empresas, pela atuação efetiva do Ministério Público do Trabalho e pela regulamentação do trabalho doméstico (Salas e Leite, 2014). Apesar da tendência geral positiva, persiste uma estrutura heterogênea do mercado de trabalho, observada nas desigualdades regionais e de renda, nas condições de inserção nos mercados, no acesso às proteções sociais e aos serviços públicos. As diferenças raciais e de gênero ainda são marcadas¹³. O trabalho informal, embora tenha perdido participação em termos relativos, cresceu

¹³ Os negros e as mulheres convivem mais frequentemente com a informalidade e o desemprego, além de ocuparem prioritariamente os empregos precários (DIEESE, 2012). Entretanto, a situação destes grupos é a que tem o maior avanço na década (Salas e Leite, 2014).

em números absolutos, o que revela uma dinâmica de subcontratação e também de crescimento do trabalho por conta própria¹⁴.

Ao tratar da crise da sociedade salarial, Castel (2013) ressalta como o crescimento do Estado Social, nos países centrais, substituiu as formas de solidariedade e ajuda mútua e os grandes atores coletivos que garantiam a unidade das sociedades. A versão fordista do capitalismo havia reestruturado as formas modernas de solidariedade e troca em torno do trabalho, sob a garantia do Estado. Com o advento do neoliberalismo, o Estado Social se retira de cena e o trabalho perde sua centralidade. “*Se o Estado se retira, é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor*” (Castel, 2013, p. 509)¹⁵.

No Brasil, entretanto, a sociedade salarial nunca se estabeleceu de forma completa. O Estado Social não se instalou de fato, os direitos universais não foram garantidos, o consumo não se massificou. Os vínculos familiares e as redes de proteção permaneceram, articulando-se à produção industrial nas redes de subcontratação e terceirização, estruturando parte do setor informal urbano, o trabalho doméstico e as redes de produção e consumo agrícolas.

Coraggio (2012a) trata da heterogeneidade que caracteriza a inserção periférica como uma imperfeição dos efeitos do mecanismo de mercado, por fatores diversos (como a baixa concorrência, pequena escala, insuficiência de capital, etc.)

¹⁴ Entre 1999 e 2009, segundo dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego – DIEESE) para as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, os chamados empregos protegidos (empregos com carteira assinada e estatutários do serviço público) foram os que apresentaram maior crescimento (48,6%). Quanto às inserções informais, houve 26,1% de aumento no emprego subcontratado, 20,6% no emprego ilegal (empregados sem carteira assinada) e 18,7% entre os trabalhadores por conta própria. O emprego doméstico cresceu 10,2%, enquanto o número de pequenos empregadores não variou em 10 anos, correspondendo a 0,9% do total de ocupados (DIEESE, 2012).

¹⁵ Como cita Castel (2013), lembrando Polanyi, o domínio da economia a partir do século XIX só foi possível porque foi limitado por ordens de regulação não mercantis. O mercado autorregulado é incapaz de fundar uma ordem social; ao contrário, poderia destruir a ordem pré-existente. A formação social que aclimatou a sociedade de mercado no decorrer da Revolução Industrial foram as tutelas tradicionais e as formas de solidariedade como os vínculos familiares e as redes de proteção. Tais condições amorteceram as forças desestabilizadoras do mercado que abateram as populações que constituíram a mão de obra das primeiras concentrações industriais, notadamente os migrantes do interior. Num segundo momento, são as regulações sociais que cumprem esse papel – as proteções sociais, os direitos sociais, as propriedades sociais. “*A ‘invenção social’ é que domesticou o mercado e humanizou o capitalismo*” (Castel, 2013, p. 563).

e da persistência de formas institucionais que protegem a vida das populações que resistem à mercantilização. Por ambos os motivos, persistem as organizações econômicas com distintos graus de hibridismo, próprias das redes de mutualidade-reciprocidade e de administração doméstica, que mantêm relações de auto abastecimento e cuidado fora do mercado, em defesa de sua integridade, inclusive quando a opção do mercado parece mais vantajosa de imediato.

Nesse processo, reforçam-se as relações de trabalho enraizadas em sistemas de produção tradicionais ou pré-capitalistas, concentradas no setor informal urbano e que absorvem a população precarizada em cada ciclo recessivo do capital (Valencia, 2003). Nesse sentido, em oposição às teorias clássicas do subdesenvolvimento, Quijano observa, para a América Latina, uma “nova heterogeneidade estrutural”: ao invés do desaparecimento do setor tradicional e de uma crescente homogeneização segundo a lógica do capital, assiste-se a uma reconstituição das relações de reciprocidade, configurando padrões heterogêneos: *"o mercado existe em vinculação com a reciprocidade"*, uma vez que *"a fábrica, o mercado, o dinheiro, são dominantes. Porém nem a fábrica tem desalojado o artesanato, nem o capital agrário à agricultura camponesa."* (Quijano, 1989, p. 41).

Na análise de Quijano (2013), sempre foram diversas as formas de articulação em torno do trabalho na América Latina. A reciprocidade, a escravidão e a servidão são formas pré-capitalistas no sentido cronológico, pois existiam antes do estabelecimento do capital como relação social. Entretanto, elas sempre coexistiram com a relação de trabalho assalariada, que não foi única e nem predominante no capitalismo latino-americano. As relações de escravidão, servidão, reciprocidade e da pequena produção mercantil se articularam em torno do mercado e da relação capital-salário, eixo central no capitalismo. Elas não foram substituídas por um processo de assalariamento suposto como hegemônico no capitalismo. Ao contrário, formaram um complexo amálgama de formas de controle e exploração da força de trabalho.

De fato, as formas de solidariedade baseadas no parentesco e no convívio social se mantiveram vivas nos países do sul, a despeito de não serem consideradas nos planos de desenvolvimento destes países que, ao contrário, contribuíram para a substituição dos sistemas tradicionais de reciprocidade pelas

relações ocidentais de mercado (Lisboa, 2004). Com as transformações econômicas do fim do século XX, observa-se na América Latina – e em todo o mundo – um reflorescimento da pequena produção, dos serviços de ajuda mútua, etc. Tal movimento ocorre não em bases pré-capitalistas, mas completamente conectado aos movimentos do trabalho assalariado. Elas se organizam em torno da relação capital-salário, compondo uma estrutura global de controle do trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos (Quijano, 2013).

Em resumo, em consonância com o movimento global, o período pós-fordista no Brasil é de flexibilização e precarização do trabalho. No entanto, as relações de trabalho no país carregam uma heterogeneidade que é característica de seu processo de desenvolvimento, o que se expressa, por exemplo, na permanência das redes de solidariedade comunitária e familiar, que não foram completamente suplantadas, uma vez que a relação salarial fordista nunca se instalou totalmente. As bases aqui existentes de organização do trabalho – mercantil e não mercantil -, configuraram um desenvolvimento heterogêneo, marcado pela coexistência de tempos históricos e sociais interdependentes.

1.4 O trabalho na “sociedade do descarte”

A era pós-moderna é a da fragmentação, da indeterminação e da desconfiança dos discursos universais. Os pilares do projeto moderno são colocados em questão, como a crença no progresso linear, no planejamento racional em grande escala e nas ordens sociais ideais. A racionalidade técnico-burocrática que perpassa o projeto exprime seu caráter opressor, elitista e tecnocêntrico. Peça central nesse questionamento foram os movimentos que eclodem nos anos 1960 e que expressam críticas e práticas contra culturais, notadamente contra o urbanismo modernista, que se somam então aos movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada (Harvey, 2009).

O pós-moderno, então, se volta para a diferença, para a complexidade e para a exaltação das diferentes vozes. As representações da vida cotidiana, por meio da arte, por exemplo, ressaltam seu caráter efêmero e contingente, em oposição ao projeto de modernidade orientado para a ciência objetiva e a arte autônoma que buscava a emancipação humana.

A aceleração do tempo de giro do capital influencia as maneiras de agir, de pensar e de sentir na pós-modernidade. Cresce a volatilidade e efemeridade dos produtos, das técnicas de produção, dos valores, das ideias e das ideologias. No domínio da produção, o que se observa é a grande ênfase dada à instantaneidade (refeições instantâneas e outras comodidades) e à descartabilidade (desde utensílios e roupas até os valores e estilos de vida). A emergência da “sociedade do descarte” significa uma nova maneira de lidar com as novidades e com a obsolescência instantânea (Harvey, 2009).

Simultaneamente aos avanços no controle de qualidade dos produtos, aumenta a produção do descartável e do supérfluo, reduz-se a durabilidade dos produtos, eleva-se a produção de lixo, etc. O mesmo movimento se observa na força de trabalho, que se torna mercadoria supérflua, assim como os bens e serviços produzidos (Antunes, 2005).

“Claro que aqui não se está questionando o que seria um efetivo avanço tecnocientífico quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais (o que não é o caso da lógica contemporânea), mas, sim, a engrenagem de um sistema de metabolismo social do capital que converte em descartável e supérfluo tudo que poderia ser preservado e reorientado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para se evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, do meio ambiente, da relação metabólica entre homem e natureza.” (Antunes, 2005, p. 44)

O pós-fordismo é o momento de constituição de um novo “indivíduo” – desfilado de laços coletivos (Estado nação, classe, família), crescentemente responsabilizado por sua situação de empregabilidade e por sua capacidade de resiliência diante dos choques do mercado de trabalho e de outras ordens. O discurso do indivíduo “empreendedor de si mesmo” contribui para a naturalização

da condição de precariedade ao atribuir apenas ao indivíduo sua alocação nas redes de trabalho e de consumo (Barbosa, 2011).

Como afirma Castel (2013), a despeito da erosão da sociedade salarial, o trabalho permanece como referência importante, não apenas em sua dimensão econômica, mas também simbólica e cultural. Quebrado o pacto social do fordismo, o trabalho permanece como determinante central da produção, em interação constante com as novas tecnologias, novos modos de gerenciamento e novas formas de política social. A tendência, no entanto, é de, cada vez mais, compreender o trabalho como mercadoria, e o trabalhador como fator de produção transacionável. A flexibilização dos mercados de trabalho fortalece a tendência sistêmica de “mercadificação” do trabalho, uma vez que permite que um mercado (agora auto regulável) determine a relação de emprego. Atua no sentido contrário do processo induzido pela legislação trabalhista e pela proteção social estabelecida no pós-guerra (Krein, 2007).

O movimento de mercadificação do trabalho e da natureza está no centro da constituição da sociedade de mercado que caracteriza a economia capitalista. Para Polanyi (2011), a economia de mercado implica compreender o trabalho, assim como a terra e o dinheiro, como mercadorias, ou seja, como algo criado para a venda no mercado. As economias modernas partem da suposição de que essas *commodities* fictícias se comportarão como *commodities* reais.

“Trabalho é apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.” (Polanyi, 2011, p. 78)

A transformação desses itens em mercadorias “fictícias” subordina a sociedade à lógica dos mercados supostamente autorregulados. A economia de mercado só pode existir em uma “sociedade de mercado”, onde todas as

transações são subordinadas à lógica de compra e venda. Incluir o trabalho e a terra no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.

Ao tratar especificamente a força de trabalho, Polanyi argumenta que esta não seria usada indiscriminadamente sem afetar o indivíduo humano que é o portador dessa mercadoria peculiar. “Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta” (Polanyi, 2011, p. 79)¹⁶. A mudança na organização do sistema de mercado leva à mudança na organização do trabalho, o que significa uma alteração da própria sociedade. Mas nenhuma sociedade suportaria os efeitos desse sistema apoiado em ficções, a menos que sua substância humana natural fosse protegida dos movimentos desse “moinho satânico”.

Polanyi argumenta que os economistas clássicos almejavam uma sociedade em que a economia estivesse “desincrustada”¹⁷, e estimularam os políticos a perseguir esse objetivo. Mas este é um projeto utópico, impossível, na medida em que a criação de uma economia de mercado plenamente autorregulada exigiria que os seres humanos e o meio ambiente se convertessem em puras *commodities*, o que significaria a destruição da sociedade e do ambiente natural. Tal constatação levou historicamente a própria sociedade a criar mecanismos de proteção, contra movimentos ao avanço dos mercados. A esse processo o autor chama de “duplo movimento” - de um lado, o *laissez-faire*, para expandir o escopo do mercado, e de outro o contra movimento estabilizador, necessário ao funcionamento do primeiro.

¹⁶ Sennett (2009) discute a instrumentalização da subjetividade dos trabalhadores, na reestruturação produtiva contemporânea, que os desqualifica para pensar a relação produtiva e a própria sobrevivência.

¹⁷ Em oposição à proposição de uma sociedade regulada pelos mercados, Polanyi sugere o conceito de incrustação. Não há diferenças entre a sociedade primitiva e a civilizada nesse aspecto: o sistema econômico funde-se invariavelmente com o social. Os incentivos brotam de fontes diversas, como o costume, a tradição, o dever público e o compromisso privado, a prática religiosa e a filiação política, a obrigação judicial e outros. “*Hierarquia e status, compulsão legal e ameaça de punição, aprovação na vida pública e bom nome na vida privada, tudo isso garante que o indivíduo contribua com a parte que lhe compete para a produção*” (Polanyi, 2012, p. 217).

“Desincrustar o mercado é como esticar um elástico gigante. Os esforços para ampliar a autonomia do mercado aumentam o nível de tensão. A certa altura, ou o elástico se rompe – representado a desintegração social – ou a economia volta para uma posição mais incrustada.” (Polanyi, 2011)

Nesse sentido, os recentes movimentos de questionamento da sociedade do consumo e da descartabilidade põem em xeque a lógica da mercantilização tanto da natureza quanto do trabalho. Nos países centrais e periféricos, ressurgem as organizações em torno do trabalho associado, da produção orgânica de alimentos, da reciclagem de resíduos, dos coletivos culturais, das moedas alternativas, dos circuitos locais de produção e consumo (LETS – local employment and trade systems), entre outros contra movimentos. Esse conjunto de iniciativas de pequeno porte ganha espaço nas políticas públicas e nos fóruns sociais, movimenta-se a partir das redes sociais e outras formas de comunicação recentes e agrega trabalhadores tanto das classes populares quanto das classes médias e altas.

Do ponto de vista acadêmico, surgem leituras das realidades econômicas contemporâneas a partir da compreensão dessas práticas diversas. Cattani *et al* (2009) apresentam um glossário dos termos surgidos no debate, desde fins do século XX, e que tentam dar conta dessa “outra economia”: comércio justo, economia social, economia solidária, moeda social, economia popular, finanças solidárias, tecnologia social, entre outros. Na maior parte dos casos, são categorias criadas a partir de iniciativas existentes, em situações em que os pesquisadores se envolvem diretamente com os produtores organizados e também com a formulação de políticas públicas. São tentativas de leituras transdisciplinares, envolvendo a sociologia do trabalho, antropologia econômica, economia do trabalho, psicologia social, entre outras disciplinas.

Já Gibson-Graham¹⁸ (2008) defende uma “ontologia da diferença econômica” como ponto de partida para uma ação acadêmica que seja ao mesmo

¹⁸ Nome conjunto adotado pelas geógrafas feministas Julie Graham e Katherine Gibson, que fundaram a Community Economies Research Network e o Community Economies Collective.

tempo reflexiva e transformadora. Propõe, assim, um projeto de teorização da diversidade econômica, que enfatize as formas de produção e de trabalho consideradas usualmente “não capitalistas” (o trabalho não pago, fora do mercado, esquemas informais de crédito e serviços de proximidades, moedas alternativas e complementares, etc.), em detrimento de uma representação do capitalismo como estrutura dominante e concentradora de poder. Esta leitura estruturalista, na visão das autoras, contribui para a dominação e o enfraquecimento das formas de organização alternativas. Nesse sentido, ao invés de categorizar as unidades produtivas e as relações econômicas entre capitalistas e não capitalistas, as leituras devem partir da diversidade de práticas econômicas coexistentes em cada realidade em estudo, evidenciando seu potencial em termos de empregabilidade, sociabilidade e, sobretudo, de construção de novos olhares sobre as economias.

Essa proposta de “tornar o diferente visível” vai ao encontro da concepção de Sousa-Santos (2002, 2008) de uma “sociologia das ausências”, que oferece alternativas à experiência hegemônica e, assim, provê condições para a ampliação do campo de experiências possíveis. Tal construção passa pela superação do modelo de ciência moderno e da decorrente separação entre a racionalidade científica e o chamado senso comum, propondo um olhar sobre a experiência e sobre as lacunas e os discursos inviabilizados pelo paradigma de conhecimento hegemônico. Um olhar inovador nesse sentido pressupõe a superação das dicotomias características do pensamento moderno: natureza/cultura, natural/artificial, observador/observado. Passa pela compreensão dessas práticas econômicas alternativas como produtora de “espaços de fronteira”, produtores de tipos distintos de subjetividade e de sociabilidade, que interessam a novos olhares e novas proposições (Sousa-Santos, 2002, 2008).

No Brasil, tal movimento é de reforço de um conjunto de tradições que não se desenraizaram completamente da prática social, tendo em vista nosso estilo de desenvolvimento, marcado pela modernização incompleta e excludente. Onde a reciprocidade e a produção não mercantil nunca perderam completamente seu lugar se abrem possibilidades de transformação.

2 ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA: DA PRECARIZAÇÃO EXISTENTE AO PROJETO PLURAL

A economia popular e solidária ganhou expressão no Brasil na década de 1990, como uma resposta ao desemprego e à precarização do trabalho. Nos anos posteriores, ganhou espaço nas políticas públicas e cresceu em organização e alcance.

Enquanto no fim do século XX o debate latino-americano se baseava na contestação da noção de economia informal e na discussão sobre o desemprego estrutural e o subemprego, no século atual este se articula mais diretamente à proposição de outro sistema centrado no trabalho e na convivência entre os princípios econômicos, acercando-se das idéias de economia social e economia plural. O movimento recente aproxima as questões do centro e da periferia em torno da contestação do “economicismo” e em favor de uma “outra economia” marcada pela solidariedade, sustentabilidade e emancipação (Cattani *et al*, 2009).

O presente capítulo apresenta esse debate, partindo da leitura de Milton Santos, na década de 1970, dos circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos. A análise do autor evidencia, em primeiro lugar, a complementaridade existente entre a economia empresarial, articulada ao capital internacional (o circuito superior da economia urbana), e a economia de pequena escala, caracterizada pelos vínculos pessoais e por menores níveis de intensidade tecnológica (o circuito inferior da economia urbana). Em segundo lugar, coloca luz sobre a racionalidade do circuito inferior, suas relações e suas redes. Ao se distanciar das noções tradicionais de dualismo econômico e de setor informal, e por partir de um olhar sobre a economia urbana, a abordagem de Milton Santos se torna, de certo modo, precursora da discussão sobre a economia popular.

Em seguida, é apresentada a categoria economia popular, trabalhada inicialmente por Luis Razeto e Jose Luis Coraggio, em contraposição à noção de setor informal urbano. Esses autores focaram a racionalidade interna das unidades domésticas populares, voltada à reprodução da vida, e suas articulações. A

economia popular é pensada como parte relevante das economias latino-americanas, trazendo componentes de cooperação e reciprocidade que podem se tornar embriões para processos de emancipação. Esta discussão é complementada, no Brasil, pelo debate em torno da economia solidária, que tem sua origem no marco do cooperativismo socialista europeu, e que neste país assume contornos peculiares ao se centrar na produção coletiva autogestionária.

Por fim, discute-se como o debate latino-americano se articula ao movimento de questionamento da sociedade de mercado e de proposição de uma “outra economia” centrada na convivência entre os princípios econômicos e voltada à solidariedade e à predominância do trabalho sobre o capital. Essa leitura é sintetizada nos trabalhos recentes de Coraggio e apresenta forte conexão com o debate nos países centrais e ainda, com o debate acadêmico sobre os limites da teoria econômica convencional. Nesse sentido, a “economia social e solidária” seria um conjunto de iniciativas de caráter transformador no sentido de um projeto de sistema econômico ideal, a substituir a “economia do capital”.

2.1 Do circuito inferior à economia popular e solidária urbana

A associação das economias latino-americanas a estruturas duais, conformadas por um setor moderno e um setor tradicional, sendo este último tratado como arcaico e fadado ao desaparecimento pela incorporação ao primeiro, começa a ser contestada nos anos 1970. Em oposição à categoria “setor tradicional”, são propostas as noções de setor informal, circuito inferior da economia e economia popular¹⁹. Essas interpretações enfatizam o caráter dinâmico e heterogêneo do setor, bem como seu papel estrutural e funcional ao sistema. Apresentaremos aqui as duas últimas concepções, buscando um contraponto ao conceito de economia informal, e entendendo o circuito inferior como uma categoria precursora da economia popular.

¹⁹ Outras leituras também são propostas, como a de “polo marginal” de Quijano (1970).

Em fins da década de 1970, Milton Santos propôs uma leitura das cidades dos países subdesenvolvidos a partir de dois circuitos (ou sistemas) econômicos. O espaço dos países subdesenvolvidos, ao se organizar e se reorganizar em função de interesses externos, configura-se como descontínuo, instável e multipolarizado. Cria-se assim um circuito da economia urbana altamente beneficiado pelas modernizações, e outro que só parcialmente se beneficia, ou absolutamente não se beneficia, do progresso técnico e das vantagens ligadas a ele.

A origem dessa configuração estaria nos processos de industrialização e de modernização – seletiva e incompleta - do século XX, guiados por firmas multinacionais intensivas em tecnologia e geradoras de um número limitado de empregos. O circuito chamado "superior" é composto principalmente de atividades capital-intensivas, em grande parte imitativas, de produção em grande escala, articulada para fora da cidade e da região, e tendo como objetivo principal a acumulação de capital. É formado pelo comércio e indústria para exportação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, negócios bancários, comércio atacadista e transporte. Já o circuito "inferior" abrange as atividades de pequena dimensão, principalmente serviços não modernos abastecidos pelo comércio em pequena escala, intensivos em trabalho e com relevante potencial criativo e articulação na cidade e região. Trata-se primordialmente da pequena produção manufatureira, em grande parte artesanal, e do comércio não moderno, além das atividades domésticas.

A relação entre os dois sistemas de fluxos (circuitos) da economia urbana é determinada por condições históricas gerais, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores e as realidades regionais (Santos, 2008). É o circuito superior que ocupa posição privilegiada diante do apoio governamental e do crédito. Por esse motivo, as unidades do circuito inferior muitas vezes recorrem a arranjos de ajuda mútua. O controle da informação e o apoio do aparelho de Estado atuam a favor do circuito superior, que é capaz de “criar” ou “atrair” demanda por meio da publicidade. Já o circuito inferior se apoia no consumo; ele resulta da demanda.

Como a demanda de toda a população é influenciada diretamente pelo sistema superior e suas redes, fica claro o caráter de dependência do sistema inferior.

No circuito inferior, prevalece o trabalho familiar e autônomo, organizado em unidades produtivas de pequeno porte. Enquanto no circuito superior os preços são definidos nos mercados oligopolizados, no inferior prevalecem a barganha e os acordos pessoais, levando a maior margem de variação dos preços. A noção de lucro também é distinta entre os circuitos. No primeiro caso, a acumulação de capital é essencial para a continuidade da atividade e o acompanhamento dos avanços tecnológicos. No segundo, prevalece a lógica do curto prazo:

“No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida” (Santos, 2008, p. 102).

Os circuitos convivem em complementaridade e competição, embora fique clara a relação de subordinação entre eles. Milton Santos rejeita a noção de “dualismo”, embora assuma ser este o ponto de partida de sua teoria. Ao recusar tal denominação, esclarece que ambos os circuitos são fruto do mesmo processo: a difusão da informação e do consumo ocorrida a partir da segunda metade do século XX e que leva à transformação de todo o aparelho de produção. Para ele, o que se verifica não são formas de produção com idades tecnológicas diferentes coexistindo no espaço. Trata-se de formas diferentes de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo, e a situação preexistente: *“trata-se de uma aceitação da modernização em diferentes graus”* (Santos, 2008, p. 55).

Milton Santos se distancia, assim, do argumento das teorias do subdesenvolvimento de que as distinções de renda seriam atribuíveis a diferentes níveis de produtividade, assim como a substituição do “setor tradicional” pelo “setor moderno” como parte natural do processo de desenvolvimento. Essas teorias, fortemente influenciadas pelo modelo de oferta ilimitada de trabalho de Lewis (1954), enxergavam o setor tradicional como “arcaico” ou “atrasado” e fadado ao desaparecimento na esteira do crescimento econômico. A teoria dos circuitos se propõe a romper com a oposição moderno-tradicional, e também a considerar, para

além da produção, as esferas do consumo, da distribuição, do emprego, bem como o papel da informação e do Estado, na configuração das formações econômico-sociais.

Outro aspecto enfatizado é o estado de permanente transformação do circuito inferior, frequentemente num esforço de adaptação aos movimentos do superior, o que o distancia da noção de imobilismo e homogeneidade geralmente associada ao setor tradicional. Enquanto este último era associado a uma cultura estática e homogênea, em oposição à “sociedade moderna”, o denominado circuito inferior é marcado pela constante mutação, uma vez que sua sobrevivência depende da adaptação às mudanças conjunturais. Sua alta capacidade de adequação às variações de demanda é dada pela mobilidade tanto da mão de obra quanto do capital empregados. A mudança de atividade é facilitada pela pequena quantidade de capital investido. A precariedade das instalações ou sua localização no domicílio de residência facilita sua readaptação. Os vínculos informais de emprego e a baixa necessidade de qualificação permite a contratação de trabalhadores em momentos de expansão e, em seguida, sua demissão.

A análise de Milton Santos se contrapõe ainda à noção de setor informal então predominante, disseminada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT²⁰. Estudos específicos da OIT para a América Latina dentro do PREALC - Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe - entendiam o setor informal como resultado do padrão de desenvolvimento capitalista na região - substituição de importações - que proporcionava poucos empregos e, acoplado ao padrão de crescimento demográfico, gerava um excedente de mão de obra que busca o auto emprego para sobreviver. A existência do setor era relacionada diretamente ao processo de migração das áreas mais pobres para aquelas que sofriam a rápida urbanização.

²⁰ O termo “mercado de trabalho informal” foi proposto por Hart (1973) a partir de estudo etnográfico realizado em Gana. O conceito foi apropriado pela OIT, inspirando trabalhos na África, Ásia e América Latina. Marco importante da discussão, o relatório da OIT sobre emprego e renda no Kenya (OIT, 1972) buscava definir o “setor informal” como uma categoria que reunisse as atividades geradoras de renda para os trabalhadores pobres no meio urbano. Essa abordagem orientou discussões sobre padrões de crescimento, distribuição de renda e políticas de emprego e renda nos países atrasados, assim como a formulação de políticas para alívio da pobreza e da desigualdade (Cacciamali, 1982).

Marco importante do PREALC, o trabalho de Tokman e Souza (1976) associou o setor informal a uma posição hierárquica inferior no âmbito da heterogeneidade estrutural. Aqui, o setor é tratado como um conjunto de atividades de baixo volume de capital, estruturadas a partir de unidades produtivas muito pequenas, de baixo nível tecnológico e organização formal escassa ou nula. Nelas não predomina a divisão entre proprietários do capital e trabalhadores (como ocorre no setor formal), e nem a relação assalariada, embora a produção seja voltada prioritariamente para o mercado. Os níveis de rendimentos e de emprego do setor informal seriam altamente dependentes da dinâmica do setor moderno.

A leitura dominante do setor informal inspirou um conjunto de políticas de enfoque microeconômico, ou seja, orientadas para a unidade produtiva, e que objetivavam reduzir a burocracia estatal para incentivar a formalização, além de capacitação, crédito, separação entre o negócio e as decisões familiares, etc. São ações pensadas para, supostamente, elevar as unidades informais ao patamar de empresas formais e modernas. Como aborda Cacciamali (1982), a maior parte dos estudos sobre o setor informal o enxergavam sob a ótica da firma capitalista. Seria um setor composto por “minifirmas” prestes a crescer ou permanecer indefinidamente como tal. De Soto (1987, 2001) leva essa visão ao extremo do pensamento neoliberal ao propor a titularização de propriedade dos ativos dos pobres com o objetivo de formalizar a “economia subterrânea”²¹.

O que a abordagem de Milton Santos esclarece, em contraponto, é que a existência deste conjunto de unidades produtivas constitui um componente das estruturas capitalistas periféricas, cumprindo papel fundamental e subordinado, e sendo marcado por uma racionalidade interna distinta, pela heterogeneidade e pela constante mutação. Ao contrário do que pregava a abordagem dominante sobre o setor informal, não haveria uma tendência de desaparecimento ou substituição do circuito inferior pelo superior na medida em que ocorresse a formalização junto ao Estado ou a melhoria dos níveis tecnológicos. O circuito inferior não é visto como

²¹ O trabalho de De Soto (1987, 2001) se inscreve em uma vertente liberalizante que atribui a existência da informalidade à legislação e às regulações, vistas como heranças coloniais dos países atrasados. A inadequação dos marcos regulatórios seria a origem da expansão das atividades informais, e, ao mesmo tempo, constituiria obstáculo para o desenvolvimento das pequenas unidades produtivas.

um “degrau” do processo de desenvolvimento a ser ultrapassado, mas sim como uma característica estrutural, alimentada dentro do próprio sistema.

Em linha semelhante, e num diálogo mais direto com a noção de informalidade, o trabalho de Cacciamali (1982)²² defende o dinamismo do setor informal, que sofre constante desenvolvimento e modernização no seio da produção capitalista. Tal setor, para a autora, ocupa espaço intersticial e subordinado aos movimentos das firmas capitalistas, na medida em que a penetração e o avanço destas imprimem restrições ao seu desenvolvimento. A subordinação se dá no âmbito da ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias primas e equipamentos e ao crédito e na implantação da tecnologia, impactando tanto a esfera de produção quanto de circulação. Essa dinâmica provoca constante destruição e recriação das atividades informais. Para a autora, o setor informal não se restringe à produção de bens e serviços de má qualidade e de baixo valor agregado e nem se encontra preso a tecnologias obsoletas. Tampouco se restringe aos trabalhadores pobres e migrantes. Apesar disso, um conjunto de desvantagens inerentes dificultam sua extensão e o crescimento.²³

Também numa tentativa de contraponto à idéia de setor informal e ainda nos anos 1970, outros autores propuseram uma compreensão da realidade latino-americana a partir das lógicas de produção e reprodução ali existentes. Em perspectivas próximas, Orlando Nuñez²⁴, Luis Razeto e Jose Luis Coraggio propõem a categoria economia popular. Esta não se definiria apenas pela categoria

²² A tese de Cacciamali (1982), centrada no trabalho por conta própria em São Paulo, parte da hipótese de segmentação na produção, ou diferenciação das atividades produtivas, no sentido das formas de organização do trabalho e da produção, associando o setor informal urbano a formas de organizar a produção que não se baseiam no trabalho assalariado, ou seja, ao conjunto de produtores que, de posse dos meios de produção, desenvolvem suas atividades com base na própria força de trabalho.

²³ Recentemente, a informalidade passa a ser tratada dentro dos modelos de segmentação do mercado de trabalho, no âmbito da teoria econômica neoclássica, ou sob um enfoque estrutural, de origem marxista, que enfatiza a subordinação do setor ao processo de acumulação (Cacciamali, 2000). Já a OIT ampliou o conceito de setor informal para o de economia informal, agregando à análise da unidade produtiva as relações de trabalho não protegidas ou reguladas de forma legal (Tokman, 2011).

²⁴ Orlando Nuñez discute a experiência da Nicarágua, a partir da revolução sandinista, associando a economia popular a um conjunto heterogêneo de trabalhadores que possui como identidade o pertencimento a um projeto de desenvolvimento nacional, alternativo ao capitalista (Nuñez, 1995).

social de seus atores (os pobres ou os excluídos do mercado de trabalho formal), mas pela qualidade de suas relações e valores (valores de solidariedade, relações de cooperação) e por sua escala de organização, pequena o suficiente para permitir relações econômicas interpessoais, não necessariamente intermediadas pelo mercado e pela concorrência. Ao enfatizar tais aspectos, buscam diferenciar a “economia popular urbana” do “sistema informal urbano” (Coraggio, 2003).

A economia popular é pensada como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos membros das classes trabalhadoras a partir do uso da própria força de trabalho e de recursos próprios. Essas organizações se destinam a prover e repor os meios de vida, agregando unidades de trabalho, e não de inversão de capital (Kraychete, 2006). Esta economia se baseia no trabalho familiar, por conta própria, artesanal, na autoconstrução da moradia, na economia camponesa. Sua dinâmica combina a produção doméstica com as relações mercantis, numa conexão difusa entre valores de uso e valores de troca que não caminha para o desaparecimento nem para a desconexão com o mercado. O trabalho é o principal fator produtivo dessas unidades, cuja organização interna passa pela produção associada (cooperativas, associações, grupos de compra, sistemas de troca locais), pequenos negócios familiares e pelo trabalho individual (autônomos, “conta própria”), voltados ou não ao mercado.

Razeto (1993) aponta a modernização parcial que opera nos países latino-americanos como a origem da economia popular:

"Estas capacidades e competências do mundo popular, excedentárias no que diz respeito às exigências do mercado e do mundo formal, não permaneceram inativas pelo fato de que as empresas e o Estado não as ocuparam. Tendo sido excluídos tanto das possibilidades de trabalhar quanto de consumir no mundo formal e tendo enfrentado um agudo problema de subsistência, o mundo dos pobres se ativou economicamente, dando lugar a atividades e organizações muito distintas que configuram o que denominamos 'economia popular'. Esta economia popular combina recursos e capacidades (produtivas, tecnológicas, organizacionais e comerciais) de caráter tradicional com outras de tipo moderno, dando lugar a um incrivelmente heterogêneo e variado multiplicar-se de atividades orientadas a assegurar a subsistência e a vida cotidiana. Ela opera e se expande buscando interstícios e oportunidades que encontra no mercado, busca aproveitar benefícios e recursos proporcionados pelos serviços e subsídios públicos, se insere em experiências promovidas por organizações não governamentais, e inclusive às vezes consegue reconstruir

relações econômicas baseadas na reciprocidade e cooperação que predominavam em formas mais tradicionais de organização econômica.” (Razeto, 1993, p. 11, tradução nossa)

Para Coraggio (1994, 2000, 2003), as células da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente²⁵. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade, étnicas, etc.), organiza os recursos e as capacidades de seus membros (seu fundo de trabalho) para gerir a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo último a reprodução da vida nas melhores condições possíveis (reprodução ampliada). Enquanto a reprodução simples equivale à manutenção da vida dos membros da unidade doméstica em um nível aceito como mínimo, a reprodução ampliada denota uma melhora de qualidade de vida ao longo do tempo, não apenas por aumento dos rendimentos, mas também pelo acesso aos bens públicos, melhor qualidade do consumo, melhores padrões de relação social, melhores condições de moradia, etc.

Lisboa (2004) identifica Milton Santos como precursor da categoria economia popular, pois esta retoma um conjunto de características que o autor atribui ao circuito inferior da economia urbana. Por exemplo, para Milton Santos, ao contrário do que assume a dicotomia formal-informal, não se trata de assumir a existência de um conjunto de decisões racionais e coordenadas em oposição a um outro grupo de ações irracionais e incorretas. O circuito inferior também é provido de uma racionalidade, e, ademais, as racionalidades econômicas são sempre múltiplas.

A racionalidade da economia popular se distancia daquela da economia capitalista, uma vez que não se verificam ali os pressupostos da acumulação e nem o objetivo de expansão – a maior possível - do capital. A racionalidade econômica está, ali, subordinada às necessidades de reprodução das unidades domésticas, o

²⁵ São excluídas da definição as unidades domésticas rentistas, ou seja, que vivem da riqueza acumulada, e ainda, as que vivem da exploração do trabalho alheio.

que implica, por exemplo, dificuldade de substituição de trabalhadores e o grande peso dado ao fator trabalho frente ao capital.

“Ao contrário das empresas que - na busca do lucro, da competitividade e da produtividade - dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem ‘despedir’ os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.” (Kraychete, 2006, p. 5)

Dito de outro modo, um comportamento tido como irracional ou ineficiente, sob a lógica do capital, assume outro significado nas unidades econômicas populares. Por exemplo, a perda de emprego de um dos membros na unidade doméstica é vista como um “custo adicional” do negócio, uma vez que os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para o consumo familiar básico (Kraychete, 2006). Os meios de trabalho se confundem com os meios de reprodução cotidiana. A produção se une à reprodução, sendo que a primeira se subordina à última, e não o contrário.

Tendo por base a economia chilena²⁶, Razeto (1993) classifica as atividades da economia popular em cinco grupos: a) soluções emergenciais, como mendicância de rua e integração a sistemas de assistência pública ou privada orientados àqueles em extrema pobreza²⁷; b) atividades ilegais como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas, etc.; c) iniciativas individuais informais como comércio ambulante, serviços domésticos, trabalhos ocasionais, etc. (aqui se inserem os trabalhadores por conta própria, como entregadores, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de material reciclável, etc.); d) microempresas e pequenos negócios de caráter individual, familiar, ou de dois ou três sócios, geralmente dirigidos pelos próprios proprietários (ex. lojas de bairro, oficinas de costura, mercearias, bares, etc.); e) empresas associativas, como cooperativas,

²⁶ Razeto *et al* (1983) fazem uma extensa análise da economia popular que se desenvolve no Chile a partir da instalação do regime militar no país, em 1973. O modelo econômico que acompanha o regime, de caráter neoliberal, promoveu excessiva concentração de renda e marginalização no mercado de trabalho. As atividades da economia popular tratam então, primordialmente, de enfrentar o problema de subsistência e de satisfação das necessidades básicas, sobretudo de alimentação.

²⁷ Nesse sentido, diferencia-se de Coraggio. Este último autor associa a assistência social e os mecanismos estatais de redistribuição à “economia social e solidária” (ver Coraggio (2013b)).

empresas geridas pelos trabalhadores, e outras, entre as quais se destacam as organizações econômicas populares – OEP's: pequenos grupos, de caráter associativo e solidário, geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. As OEP's seriam o polo mais avançado da economia popular, uma vez que têm como tendência (ainda que não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir e consumir bens e recursos alternativo ao capital. Característica relevante dessas organizações são seus valores de solidariedade e ajuda mútua, além da combinação de atividades econômicas, sociais, culturais e educativas²⁸.

As unidades da economia popular poderiam, ainda, ser associadas a três níveis, de acordo com sua capacidade de solução dos problemas econômicos, sua estabilidade no tempo e o valor dado por seus membros à atividade: i) nível de sobrevivência, quando a atividade é transitória e emergencial e permite apenas a satisfação de necessidades básicas (por exemplo, em condições de subnutrição, insalubridade, habitações precárias, etc.); ii) nível de subsistência, quando a atividade permite a satisfação de necessidade básicas, mas não permite nenhuma forma de acumulação ou crescimento, sendo dificilmente assumida como condição permanente; iii) nível de crescimento, quando os trabalhadores envolvidos conseguem uma progressiva melhora de vida a partir da atividade, valorizam os aspectos de organização das unidades (por exemplo, a autogestão) e se envolvem em processos de capacitação e em atividades culturais que ampliam as possibilidades de êxito das iniciativas, que são assumidas como uma opção permanente de vida. A partir desses três níveis ou graus de desenvolvimento e dos cinco tipos de atividades, seria possível construir uma matriz de quinze subconjuntos ou subsetores das principais situações encontradas na economia popular (Razeto, 1993).

As OEP's chilenas, por sua vez, seriam subdivididas em cinco grupos: i) as “oficinas de trabalho”, pequenas unidades produtivas coletivas, agregando de 3 a 15 membros, com o objetivo de produção e comercialização de bens e serviços, orientada para o mercado; ii) organizações de desempregados, orientadas para a

²⁸ O modelo de organização das OEP's aspira à autonomia e à transformação socioeconômica e político-cultural (Razeto *et al*, 1983), à semelhança do que é associado no Brasil à economia solidária.

obtenção de emprego dos mesmos; iii) organizações para o consumo básico, dedicadas à obtenção de alimentos e outros recursos indispensáveis (coletivos de preparação e fornecimento de alimentos, restaurantes populares, coletivos de compras, hortas familiares, grupos de ajuda mútua, etc.); iv) organizações para problemas habitacionais, como os movimentos dos sem-teto, movimentos para compra conjunta de terras, mutirões de construção e outros; v) organizações populacionais de serviços, que se reúnem para atender coletivamente problemas de educação, saúde, recreação, muitas vezes para públicos delimitados (jovens, mulheres, aposentados) (Razeto *et al*, 1983). Essas organizações teriam a ação comunitária como princípio, ou seja, os grupos tendem a se enxergar como mais que instrumentos de solução de problemas imediatos, práticos e materiais. A ação comunitária é um motivo da realização dos grupos, uma conquista e um estímulo (Quijano, 1989).

Apesar de sua grande heterogeneidade interna, as OEP's compartilhariam de dez características distintivas: i) são iniciativas que se desenvolvem entre os setores populares, ou seja, os mais pobres e marginalizados; ii) são experiências associativas de pequeno porte, em que os membros se reconhecem em sua individualidade; iii) buscam de forma explícita organizar seus recursos, programar suas atividades e adotar decisões para a conquista de objetivos bem definidos; iv) possuem claro conteúdo econômico, tendo surgido para solucionar problemas e necessidades econômicas, e realizando atividades de produção, consumo, distribuição de rendimentos, poupança, etc.; v) buscam satisfazer as necessidades e resolver os problemas sociais de seus integrantes através da ação direta, ou seja, mediante o próprio esforço, não possuindo, portanto, caráter reivindicatório; vi) implicam relações e valores solidários, sendo baseadas no estabelecimento de laços de colaboração mútua, cooperação no trabalho, responsabilização solidária; vii) são formas de organização que buscam a democracia, autonomia e autogestão; viii) não se limitam a um só tipo de atividade, mas combinam suas atividades econômicas com outras de cunho educativo, de desenvolvimento pessoal e do grupo, de solidariedade, de ação política e religiosa; ix) pretendem ser alternativas às formas de organização predominantes (definidas como capitalistas, individualistas, consumistas, autoritárias, etc.), e contribuir para uma mudança social na direção de uma sociedade melhor ou mais justa; x) são organizações que

buscam superar a marginalidade e isolamento, conectando-se entre si de forma horizontal, por meio de redes que permitam pensar em objetivos de maior dimensão e alcance, assim como buscam a colaboração de instituições não governamentais e públicas que oferecem serviços de capacitação, assistência técnica e apoios vários (Razeto, 1993).

Para Razeto (1993), nem toda economia popular é de solidariedade, e nem a economia de solidariedade é necessariamente popular, uma vez que a solidariedade na prática econômica pode se dar também em outros âmbitos. *“Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois nas práticas dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação”* (Lisboa, 2004, p. 15). As OEP's seriam as unidades, dentro da economia popular, que mais se aproximam da economia de solidariedade, constituindo então uma “economia popular de solidariedade”, uma espécie de interseção entre as duas esferas.

A economia de solidariedade pode ser encontrada, para Razeto (1993), nas atividades, empresas e circuitos econômicos onde a solidariedade aparece como elemento articulador dos processos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Essa solidariedade poderia ser compreendida como um fator econômico, na medida em que a cooperação pode incrementar a produtividade, reduzir custos e proporcionar benefícios adicionais, estabelecendo o que o autor chama de “economias de associação”. Ela estaria presente, por exemplo, na transferência gratuita de informações e conhecimento, na realização solidária da gestão (cuja forma mais elevada é a autogestão), no sistema de propriedade dos meios de produção (coletivos ou individual e compartilhado), nas formas de distribuição interna e externa dos ganhos, e no consumo, pela minimização de seus efeitos negativos.

Enquanto campos teóricos, tanto a economia popular quanto a economia solidária negam o uso do trabalho como mercadoria ou mero fator de produção (Tiriba, 2003). Nesse sentido, diferenciam-se da economia informal, que é associada, por tais correntes, à exploração da força de trabalho dos que não

possuem os meios de produção²⁹. Mas a economia solidária é compreendida no Brasil de forma específica³⁰, a partir dos empreendimentos coletivos onde predominam a cooperação na atividade econômica, o uso em comum dos meios de produção e a autogestão (Gaiger, 2009). As unidades básicas são as cooperativas, associações e grupos informais onde a distinção entre capital e trabalho é minimizada. Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações.

Embora o termo “economia popular solidária” tenha se consolidado em diversos espaços de debate no Brasil³¹, a distinção entre a “economia popular” e a “economia solidária” fica clara na corrente protagonizada por Paul Singer neste país. Para Singer (2000), a unidade básica de análise da economia solidária é a unidade de produção, e não a unidade doméstica, célula da economia popular, para Coraggio. Segundo o autor, a unidade doméstica é, por definição, uma unidade de consumo, e não necessariamente produtora de mercadorias. Ainda na concepção de Singer (2000), a formulação de Coraggio, ao considerar todas as unidades domésticas não rentistas de trabalhadores, permitiria excluir os rentistas miseráveis (dependentes das transferências governamentais) e incluir os assalariados de alta renda.

Desse modo, a economia solidária é associada às unidades produtivas organizadas coletivamente e de forma autogestionária. Singer (2000, 2002) associa

²⁹ Enquanto a economia informal é associada diretamente à flexibilização das relações entre capital e trabalho, a economia popular se liga à reprodução ampliada da vida, e não do capital (Tiriba, 2003).

³⁰ A associação da economia solidária exclusivamente aos empreendimentos coletivos autogestionários é uma peculiaridade do caso brasileiro, como trata Coraggio (2012c). Este assunto será tratado no terceiro capítulo.

³¹ Por exemplo, no Estado de Minas Gerais, onde se promulgou a Lei Estadual que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (Lei nº 15028/2004) e foi elaborado recentemente o Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária (FMEPS, 2015).

a economia solidária a uma economia não capitalista (ou alternativa pós-capitalista) caracterizada por princípios socialistas ou cooperativistas, formada por empresas igualitárias, em que a posse é de todos que ali trabalham e os lucros são repartidos. Ela se configuraria como um modo de produção intersticial, inserido nos vácuos deixados pelo capitalismo (Singer, 2002). Outros autores, como Gaiger (2003), vão criticar essa proposição, ao assumir a dificuldade da economia solidária em consolidar bases tecnológicas próprias, associando-a então a uma “forma social de produção” abrigada, contraditoriamente, no modo de produção capitalista.

Em comum aos termos “economia popular” e “economia solidária” está a atenção dada à dimensão sociopolítica, tanto no sentido da democracia interna às unidades quanto de autonomia decisória em relação ao setor público e ao setor privado (não sujeição ao controle de outras instituições, ainda que parceiras). Tal ênfase sugere que a avaliação do desempenho desses empreendimentos não deve se restringir à sua rentabilidade ou capacidade de gerar renda, mas, ao contrário, envolve os ganhos em termos de sociabilidade, envolvimento e participação nas decisões políticas, padrões de consumo e relação interpessoal, desenvolvimento de uma cultura do trabalho alternativa, etc.

Por abrangerem formas diversas de produção, flexíveis no que diz respeito aos critérios de seleção dos trabalhadores, horário e local de trabalho, entre outros, a economia popular e a economia solidária surgem como alternativas para o público que não se “encaixa” em processos de emprego formal e assalariamento, por sua escolaridade, experiência, configuração familiar, etc. É reconhecido na literatura que tais organizações têm se colocado como estratégias de sobrevivência perenes por parte da população vulnerável, como apontam Abramovay *et al* (2003):

“É bem verdade que parte muito expressiva dos nano e microempreendedores iniciam suas atividades por falta de alternativa no mercado de trabalho (...). Mas a perenidade dos negócios, os vínculos de proximidade em que se apoiam, a experiência adquirida em sua gestão e as funções sociais que preenchem não permitem que sejam encarados como uma forma de organização transitória e obsoleta a ser sepultada juntamente com as péssimas condições sociais que hoje a caracterizam.” (Abramovay *et al*, 2003, p. 236)

Nesse sentido, cabe pensar em que medida a economia popular e solidária, em suas múltiplas faces, apresenta-se como característica permanente das economias latino-americanas e em que situações ela se configura como embrião de processos de transformação. Embora seja frequentemente associada a um movimento conjuntural ou transitório, resultante de processos de desemprego e exclusão, é possível pensá-la como parte de um processo de organização popular mais amplo e permanente, sugerindo-a como um recurso para processos alternativos de desenvolvimento. Cabe compreender o real potencial emancipatório e transformador contido nessas práticas.

2.2 Economia popular, reestruturação produtiva e autonomia

Para Tiriba (2003), a economia popular se manifesta em diferentes tempos históricos, integrando-se aos modos de produção ou modelos de desenvolvimento econômico de forma hegemônica ou subalterna. Não é um fenômeno exclusivo das sociedades capitalistas, estando presente nas sociedades de caçadores e coletores, escravistas, socialistas, etc. Mas é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela se apresenta, fortemente, como “economia dos pobres”, pois é quando se explicita a recorrência à mesma como estratégia de sobrevivência.

“Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômico-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semiperiféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população “sobrevivendo” às margens do mercado numa economia de “subsistência”, subordinada sem dúvida.” (Lisboa, 2004, p. 13)

Em fins do século XX, o termo economia popular era associado aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e àqueles que buscam complementar a renda, por auferirem baixos salários e possuírem poucas garantias nos empregos assalariados. A economia popular era, naquele momento, o “abrigo” dos desempregados e dos subempregados, que se ampararam nas redes de solidariedade entre os trabalhadores, suas famílias e a comunidade local (Icaza e Tiriba, 2009). É possível questionar, então, até que ponto a economia popular surge como parte do próprio capitalismo, funcional na diminuição dos conflitos sociais ao amortecer os choques das crises. O movimento de flexibilização dos mercados de trabalho fornece, sem dúvida, um impulso a essa economia.

“O atual estágio do capitalismo não apenas faz evidenciar a existência de uma economia solidária junto à economia popular (e mesmo fora da mesma), como também a revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução com a multiplicação do trabalho à distância e no domicílio (afetando a localização espacial das atividades produtivas, redesenhando os espaços urbanos e os comportamentos sociais.” (Lisboa, 2004, p. 13)

De fato, o movimento de flexibilização e a consequente descentralização da produção e do trabalho alimenta uma diversidade de relações subordinadas, que vão desde a subcontratação direta até as atividades aparentemente autônomas, mas que contribuem para reduzir os custos de mão de obra e também de matéria prima. Esse conjunto de atividades, muitas vezes informal e precarizado, teria um papel de redução de custos e de enfraquecimento da base sindical, assumindo caráter universal, uma vez que existe tanto no centro quanto na periferia capitalista, e cumprindo papel fundamental para a penetração dos mercados internacionais (Tokman, 2011).

Nesse sentido, a crítica de fundo marxista se ampara tanto na incapacidade de a economia popular solidária se constituir um modo de produção alternativo ao capitalismo, dadas suas fragilidades internas, quanto no fato dessas formas serem *a priori* subordinadas ao processo de acumulação capitalista, contribuindo somente

para mascarar a luta de classes ao renegar aos trabalhadores uma função subordinada nos esquemas de produção³².

Para Tiriba (1999, 2005), no entanto, na economia popular subsistem antigas relações sociais de produção, as quais poderiam ser o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esses resquícios de formações pré-capitalistas poderiam orientar relações econômico-sociais que, em um determinado momento histórico, poderiam contrapor-se ao modo de produção capitalista. Nas práticas dos setores populares estaria a gênese de processos mais gerais de solidariedade e de cooperação.

Se o movimento de flexibilização dos mercados de trabalho, de um lado, estimula o “trabalho abstrato”, subordinado a processos de produção exógenos, embora desvinculado da relação de assalariamento, de outro encontramos o “trabalho autônomo” de fato, quando o trabalhador possui o controle do processo de produção. Enquanto no primeiro caso pode-se falar em trabalho precário, no segundo, o maior controle sobre o tempo e sobre o processo de trabalho pode ampliar as possibilidades do trabalho ao potencializar o conhecimento acumulado e as redes existentes (Lago, 2009).

Como apontam Razeto *et al* (1983), embora a participação em uma organização econômica popular seja em boa parte dos casos a única alternativa no curto prazo para enfrentar a necessidade imediata de sobrevivência, é comum que seus participantes se identifiquem progressivamente com essa solução, passando inclusive a preferi-la a outras, economicamente mais rentáveis, uma vez que aprendem a valorizar o trabalho por conta própria, sem patrão, em um ambiente de maior confiança e solidariedade, e ainda devido às possibilidades de desenvolvimento cultural, capacitação e convivência com outras pessoas, oferecidas pelas organizações.

³² Nessa linha, Germer (2007) critica fortemente a associação, por Paul Singer, da economia solidária aos princípios socialistas. Para o autor, tal relação é feita com base em imprecisões teóricas quanto ao conceito de “modo de produção” de Marx e sobre o papel conferido ao cooperativismo pelos autores clássicos do socialismo. Já Wellen (2012) ressalta a funcionalidade da economia solidária à reestruturação produtiva, ao terceirizar e precarizar força de trabalho para o capital. Ambos os trabalhos associam a emergência do debate sobre a economia solidária no Brasil à fragilidade teórica e à mudança de leitura da questão social em algumas frentes históricas de luta da classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores.

Focando os trabalhadores por conta própria no Brasil, Machado *et al* (2008) apontam que a decisão do auto emprego, por aqueles na base inferior da distribuição de rendimentos, pode ser considerada fruto de uma opção/estratégia:

“Os trabalhadores menos escolarizados percebem rendimentos mais elevados como autônomos do que como assalariados com carteira assinada, devido a questões como o histórico familiar na atividade, a experiência profissional pregressa como assalariado, a flexibilidade da jornada de trabalho, entre outras, que contribuem para definir essa inserção.” (Machado *et al*, 2008, p. 380).

Já Favreau (2004) indica que as unidades da economia popular (trabalhadores autônomos, pequenas empresas familiares), na medida em que se desenvolvem, podem se tornar tanto empresas do setor privado quanto organizações da economia social, sendo que esta última opção significa a participação em uma estratégia de organização coletiva para a cooperação e a construção de sistemas de troca locais. Neste caso, a relação com movimentos sociais e entidades de apoio e fomento, como ONGs, assume grande importância. Tiriba (1999, 2005), por sua vez, enfatiza a importância dos processos educativos que encaminhem para o exercício e para o horizonte da autogestão, defendendo uma "pedagogia da produção associada".

Para Quijano (1998), a grande diversidade de organizações que integram a economia popular na América Latina impede que esta seja associada diretamente a uma economia alternativa. O que se pode afirmar, a partir da observação das realidades dos países latino americanos, é a existência de um grande conjunto de unidades produtivas que não são plenamente do tipo empresarial, uma vez que não se baseiam exclusivamente nas relações de assalariamento e nem no mercado. A organização do trabalho e dos recursos, nessas unidades, passa pelas normas de organização familiares e comunitárias, em diferentes graus, assim como o uso da força de trabalho ocorre apenas parcialmente no mercado. Mas em muitas situações a lógica do capital é presente, totalmente ou em parte: “*em muitos casos se trata, certamente, de um capitalismo dos pobres*” (Quijano, 1998, p. 228, tradução nossa).

Em muitos casos, portanto, a reciprocidade e o princípio de ação comunitária não são o resultado de decisões ideológicas, ou mesmo de uma ética de solidariedade inerente ou de adesão a um projeto político-ideológico de sociedade.

A solidariedade e reciprocidade podem ser, em realidade, o único recurso possível para a sobrevivência. Mas daí surge um conjunto de questões relevantes para o debate contemporâneo na América Latina, como as relações entre reciprocidade e mercado, as relações entre o trabalho não assalariado e o capital, entre as racionalidades do capital e das comunidades, etc. (Quijano, 1998).

Lembrando o conceito de autonomia, Souza (2008) ressalta a potencialidade da economia popular expressa no trabalho autônomo.

“Autonomia, para os gregos antigos, significava: dar-se a si próprio a lei; ou, trocando em miúdos: a situação em que os indivíduos que formam o corpo de cidadãos participam de maneira igualitária do estabelecimento das regras que vão reger os assuntos de interesse coletivo. Ser autônomo, nesse sentido, significa não ser oprimido e explorado; significa não ser governado por leis de cuja elaboração a esmagadora maioria das pessoas não teve a menor chance de participar.” (Souza, 2008, p. 5)

Nesse sentido, cabe questionar as possibilidades de ampliação da autonomia dadas pelo trabalho que não se caracteriza pela submissão à disciplina fabril ou a um patrão.

“É claro que, nesse sentido, os “trabalhadores autônomos” pobres são muito pouco autônomos, uma vez que estão inseridos, de maneira subalterna, em uma sociedade profundamente desigual e injusta. Apesar disso, o fato de não terem um patrão, de não estarem submetidos à disciplina de uma fábrica e de poderem, de alguma maneira, organizar seu tempo do modo como lhes parecer melhor, merece ser visto como uma possibilidade interessante. Não se deseja sugerir, com isso, que a informalidade e a precarização crescente das relações de trabalho não sejam, de forma imediata, problemas graves nos marcos da problemática geral do capitalismo contemporâneo. O que se quer dizer é simplesmente isso: que a situação dos “autônomos” não precisa ser vista apenas como limitação; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como potencialidade, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas.” (Souza, 2008, p. 5)

É aqui que se inserem os projetos políticos, econômicos e societários propostos a partir da economia popular e da economia solidária existentes. A diversidade de conceitos existentes nesse campo evidencia projetos variados, embora próximos do ponto de vista dos objetivos: economia do trabalho, economia

plural, economia social e solidária, economia popular solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia solidária, economia para a vida, são alguns desses verbetes. Os projetos têm o objetivo comum de pensar uma economia para além da lógica do capital e da mercantilização do trabalho e da natureza. Propõem pensar uma “outra economia” pautada em processos de cooperação solidária, inclusão e sustentabilidade.

2.3 Economia social e solidária e economia plural

Nos anos 2000, a discussão da economia popular e solidária na América Latina se aproxima da “economia social” ou da “economia social e solidária”, como sintetiza Coraggio em seus trabalhos recentes (Coraggio, 2011, 2012c, 2013a, 2013b). Enquanto a economia popular se originou na discussão da problemática urbana, a economia social se coloca num debate mais amplo de compreensão da realidade econômica, como campo teórico, e de leitura das realidades empíricas dos países onde mais se desenvolveu, notadamente a França, além do Canadá e de outros países europeus.

Enquanto campo teórico, a economia social se coloca como subdisciplina em construção, reunindo elementos da antropologia econômica, sociologia econômica, história e economia política. Nessa abordagem, o “econômico” é entendido como projeto pluridisciplinar, onde os princípios de integração discutidos por Karl Polanyi se tornam centrais na compreensão das realidades. As correntes que encampam o termo criticaram o fato de a ciência econômica não integrar a dimensão social. Desse modo, a economia social nega o economicismo hegemônico na literatura econômica atual, propondo um enfoque diferenciado tanto da economia neoclássica quanto da economia política marxista.

No cerne da economia social está a crítica à subordinação da sociedade ao princípio do mercado, ou o suposto “desenraizamento” que ancora a sociedade de mercado, como pensou Polanyi (2011). A economia, nesse sentido, está “enraizada” na estrutura social, cultural e política, motivo pelo qual não pode ser

compreendida à margem de seu contexto histórico e do sistema social visto como totalidade. Tal leitura compreende o econômico como parte da cultura em seu sentido amplo, e o comportamento humano como indo além do auto interesse; este seria explicado por combinações não universais de interesse egoísta, a obrigação, o cálculo, espontaneidade, solidariedade e outros fatores não intrínsecos, mas culturalmente definidos (Coraggio, 2009a). Além disso, não existem economias naturais; todas as economias são construções sociopolíticas.

“Sua adjetivação como economia “social” significa que todos os fatos econômicos são fatos sociais, nos quais se coloca a multidimensionalidade da sociedade humana: o econômico não pode existir fora da natureza, sem o material, mas tampouco fora do simbólico, a cultura e a política; pretender o contrário é propiciar, como no neoliberalismo, que se liberem automatismos que se mostraram destrutivos da vida.” (Coraggio, 2009a, p. 8, tradução nossa)

Sendo assim, o uso do termo remonta à afirmação de uma economia imbricada com o social, à recusa do economicismo e da autonomização do econômico diante da sociedade, bem como carrega uma forte conotação política, ao expressar um modo de transformação do capitalismo na direção de relações sociais de produção de outra ordem (Lisboa, 2004).

“Essa vertente – sob várias variantes (...) – vê a possibilidade de desenvolver uma socioeconomia, em que os agentes econômicos não são separados de suas identidades sociais, muito menos de sua história e de sua incrustação no mundo simbólico e institucional que denominamos cultura. Ao ver a economia como inseparável da cultura, a Economia Social a enxerga como espaço de ação constituído não por indivíduos utilitaristas que buscam vantagens materiais, mas como indivíduos, famílias, comunidades e coletivos de diversos tipos que se movem dentro de instituições definidas pela prática ou como arranjos voluntários, que atuam por transações entre a utilidade material e os valores de solidariedade e cooperação, limitando (não necessariamente anulando) a concorrência.” (Coraggio, 2011, p. 45, tradução nossa)

Em linha semelhante, Laville (2009a) fala de uma economia plural, percepção analítica que se ancora fortemente na crítica de Polanyi aos fundamentos da economia moderna, como a identificação entre economia e mercado, a autonomia conferida à esfera econômica em relação às demais, à identificação do mercado a uma instância autorregulada e a identificação da

empresa com a empresa capitalista. A economia plural, ao contrário, vai se atentar à presença de outros princípios de comportamento econômico nas sociedades, para além do mercado.

“Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas.” (Laville, 2009b, p. 145)

Em “A Grande Transformação”, Polanyi (2011) recorre às pesquisas etnográficas de Malinowski e Thurnwald para discutir os modos de comportamento econômico distintos do mercado que permearam as sociedades. O princípio do mercado é o que permite o encontro entre a oferta e a demanda de bens e serviços por meio da fixação de preços. No capitalismo, este princípio tende a se sobrepor aos demais, o que se revela na tendência de “mercadificação” do trabalho e da natureza na direção de uma “sociedade de mercado”.

A redistribuição é o princípio segundo o qual a produção é entregue a uma autoridade central que tem a responsabilidade de reparti-la, o que supõe um procedimento de definição de regras de alocação. Relaciona-se a uma chefia em comum e ao padrão institucional de centralidade, um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços.

O terceiro princípio, a reciprocidade, corresponde à relação entre grupos e pessoas em torno de benefícios que se definem a partir de laços entre as partes. É associado à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco, e ao padrão institucional de simetria, que garante o tomar e dar de bens e serviços. Ele se opõe à troca mercantil na medida em que é indissociável das relações humanas, ligadas aos desejos de reconhecimento e de poder. Distingue-se também da troca redistributiva, pois não é imposta por um poder central. Uma forma particular de reciprocidade é aquela exercida com base na unidade familiar, denominada por Polanyi “administração doméstica”, ou “domesticidade”. A domesticidade, considerada um quarto princípio, é relacionada à produção para o próprio consumo e associado ao padrão institucional de autarquia, a um modelo de administração doméstica, de economia do lar (*oikos*) ou de produção para o próprio consumo.

Na visão de Laville (2001), nos sistemas econômicos atuais, organizados simbolicamente em torno do capitalismo (Sahlins, 2003), o mercado é o princípio econômico principal, a redistribuição é um princípio suplementar e a reciprocidade, um princípio residual, uma vez que a economia é compreendida como economia de mercado e a redistribuição pública se autonomiza progressivamente como necessidade³³.

Outra leitura teórica que ampara a economia social é a idéia de dádiva, trabalhada por Marcel Mauss (2003), que trata da rede de vínculos e obrigações presente nas sociedades, e que envolve a circulação de bens (tanto materiais quanto simbólicos) em torno da obrigação tripla: dar, receber e devolver. Mauss desenvolve sua tese sobre a dádiva a partir de referências etnográficas de instituições como o Potlach dos índios Kwkiutl (Columbia Britânica) e o Kula das ilhas Trobriand (Nova Guiné). O conceito de dádiva é utilizado como contraponto ao utilitarismo, numa perspectiva que assume que a motivação inicial da ação ou decisão não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, a solidariedade e a reciprocidade³⁴.

O debate sobre a economia social é amplo e inconcluso, e sua origem empírica se encontra em fontes diversas, como os mecanismos de ajuda mútua das sociedades antigas (grega, romana, egípcia) e o socialismo associacionista que permeou o movimento operário europeu do século XIX, fortemente sensibilizado, à época, com o alto custo humano da revolução industrial³⁵. Conforme Defourny (2009), no presente século a economia social é descrita em duas vertentes principais. A primeira parte da identificação das formas institucionais ou jurídicas

³³ Castel (2007) apresenta um esquema de compreensão das realidades dos países do Sul a partir dos princípios de comportamento econômico de Polanyi, em cruzamento com a esfera do mercado (entendido como *locus* de realização do valor de troca da produção). O resultado são sete possibilidades de atividades econômicas, que podem ser agrupadas em três categorias: as atividades capitalistas e/ou de redistribuição, as atividades de reciprocidade pura e as atividades da economia popular solidária. Esta abordagem não é apresentada em detalhes neste trabalho por ser passível de críticas diversas, como coloca Lisboa (2004).

³⁴ Ver, por exemplo, o Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais - M.A.U.S.S. <http://www.revuedumauss.com/>.

³⁵ Outras referências à economia social podem ser encontradas nos teóricos religiosos e nos pensadores liberais como León Walras e John Stuart Mill (Defourny, 2009; Defourny e Develtere, 1999).

da maioria das iniciativas da economia social, quais sejam, as empresas de tipo cooperativo ou cooperativas, as sociedades de tipo mútuo ou de ajuda mútua, as organizações associativas ou associações, e as fundações, instituições privadas não centradas apenas no lucro. A segunda vertente procura destacar os traços comuns às unidades que ela agrupa, e que podem ser resumidos em quatro: a) a finalidade principal é a prestação de serviços aos membros ou à coletividade, enquanto o lucro cumpre papel secundário; b) são marcadas pela autonomia de gestão, o que as diferencia da provisão de serviços pelo setor público; c) os membros exercem seu controle democrático, sendo que a participação na gestão independe do capital detido por cada um dos membros; d) as pessoas e o objeto social têm primazia sobre o capital na distribuição dos excedentes.

Do ponto de vista empírico, portanto, a economia social seria o conjunto de unidades de produção cujas finalidades não são centradas no lucro e que não se encaixam na distinção habitual entre setor privado e setor público. Suas atividades buscam combinar democracia econômica com utilidade social, passando pela solidariedade e pela hibridação de recursos mercantis, não mercantis e não monetários. Nesse sentido, a economia social abrange tanto empresas familiares e comunitárias quanto os chamados “negócios sociais”, instituições filantrópicas, organizações de voluntários, organizações para o comércio justo, etc. (Pearce, 2009).

Na Europa, onde a economia social é discutida mais amplamente, essas atividades se ligam às especificidades do modelo social ali vigente. Nesse sentido, são geralmente opostas as grandes organizações da economia social, mais antigas e fortemente institucionalizadas, e a “nova economia social” ou “economia solidária” emergente, sendo esta última a grande responsável por inovações sociais e efervescências democráticas (Defourny, 2009). Esta nova “geração da economia social” aborda questões de destaque atual, como os serviços de proximidade, a reabilitação de bairros pobres, o auxílio às pessoas idosas ou em dificuldades, o comércio justo, as finanças éticas e solidárias, a agricultura sustentável, a gestão ambiental dos resíduos e a inserção profissional dos pouco qualificados (Defourny,

2009). Laville (2012, p. 41) denomina este novo conjunto de atividades como “economia social e solidária”³⁶.

O projeto europeu de uma economia social e solidária é composto então de um movimento heterogêneo de experiências que têm como ponto comum a busca pela recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo uma preocupação diante da tendência de mercantilização da sociedade, promovida pela hegemonia do pensamento econômico neoliberal no plano político. Essas iniciativas ganham força no contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, em especial os Estados de bem-estar, de um lado, e os mercados de trabalho baseado nas relações assalariadas, de outro (França Filho, 2001a).

Já a compreensão latino-americana da economia social e solidária se distingue da conceituação européia. Enquanto na Europa tais formas foram fortemente impulsionadas pelo movimento operário no início do século XIX, na América Latina a economia solidária não tem sua origem no movimento sindical, mas em distintos setores da sociedade, com relevância para os mais pobres e não integrados ao assalariamento, apoiados pelas igrejas e outras entidades, e alimentando-se nas raízes culturais locais. Tampouco as experiências da economia social surgem do esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, pois este sempre teve na América Latina um papel menor, assim como as formas econômicas tradicionais fundadas na reciprocidade não sofreram aqui esvaziamento, tal como na Europa (Lisboa, 2004).

Para França Filho (2001a), a singularidade brasileira da economia solidária reside no legado ainda forte de uma economia popular, ou seja, um conjunto de formas de produção e distribuição econômica em que não se desvinculam as atividades econômicas das relações sociais no seu sentido mais estrito. Este conjunto de atividades permeia os circuitos estatais e do mercado, num processo

³⁶ Gaiger (2009) vê a adoção recente do uso do termo “economia social e solidária” como uma solução de compromisso entre os promotores antigos da economia social e os mais recentes, o que permitiria englobar tanto a economia social institucionalizada e voltada à assistência quanto a mobilização cidadã em torno de uma frente de lutas mais ampla. Para Lisboa (2004), a aproximação recente da economia social à economia solidária recupera e explicita sua dimensão política enquanto alternativa de organização do trabalho e da sociedade.

que reflete as incompletudes da nossa modernidade. As redes de solidariedade existentes no cotidiano das pessoas é um substrato importante para processos mais amplos ligados à economia social e solidária. Nesse sentido, o interesse pelas formas de solidariedade econômica (tanto as antigas quanto as novas) une os países periféricos e os centrais, envolvendo iniciativas diversas em torno de outros mecanismos de regulação econômico-políticos que não passam apenas pelo mercado ou pelo Estado.

Coraggio sintetiza a compreensão no plano teórico: *“(...) à medida que fomos avançando na elaboração, ocorreu um movimento conceitual que segue esta sequência: crítica do conceito empiricista de setor informal urbano _ economia popular urbana _ variantes de economia social e solidária _ economia do trabalho”* (Coraggio, 2004, p. 5, tradução nossa). A economia popular urbana e a economia social e solidária seriam partes integrantes do sistema econômico existente na América Latina, sendo esta última parte de um processo de transição no sentido do sistema econômico desejado, centrado no trabalho e nos valores de reciprocidade. O sentido da economia social assumido por Coraggio é tanto o da “imbricação” da economia no social quanto o da responsabilidade compartilhada da qualidade da vida humana.

“Uma economia social (que poderíamos chamar “social-ista” se não fossem as conotações relativas ao “socialismo real” que carrega o termo) é uma que não reduz a sociedade a uma somatória de indivíduos, nem a economia ao resultado da interação competitiva entre indivíduos supostamente livres de toda restrição. É uma economia em que as pessoas compartilham conscientemente com as demais a responsabilidade por todos e pela condição humana da sociedade de que fazem parte. Uma economia que se institucionaliza de forma que todas e todos ganhem sua liberdade construindo consciente e democraticamente as bases necessárias para a reprodução da vida.” (Coraggio, 2012c, p. 19, tradução nossa)

Na visão de Coraggio (2009a), as economias latino-americanas não são economias de mercado puras, e nem suas sociedades, sociedades de mercado completas. Tampouco o mercado é ali a única instituição que media as relações entre tais sociedades e a base natural. Elas seriam economias mistas, formadas por três setores ou subsistemas: i) a economia empresarial de capital, setor

heterogêneo, orientado para a reprodução/acumulação privada de capital; ii) a economia popular, orientada para a reprodução da vida das unidades domésticas, altamente heterogênea e fragmentada, incluindo desde a atividade de subsistência até segmentos altamente vinculados à economia empresarial; e iii) a economia pública, orientada para uma combinação de necessidades sistêmicas, muitas vezes em contradição: o bem comum, combinado à governabilidade dependente do capital, à acumulação de poder particular e à legitimação estratégica do sistema. Esta leitura de uma economia mista formada por três subsistemas ou setores busca se contrapor ao esquema tradicional de dois subsistemas (Estado-mercado ou público-privado). O critério da racionalidade interna é colocado acima dos demais (como o tamanho do empreendimento ou a propriedade dos meios de produção) para compreender as relações intra e intersetoriais através das quais a sociedade “resolve” a questão econômica (Muñoz, 2013). A economia popular constitui um conjunto heterogêneo de unidades que sempre teve ali um papel relevante na reprodução de grande parte dos trabalhadores, articulando-se de maneiras diversas às outras duas esferas econômicas.

Como se tratam de *economias mistas sob a hegemonia capitalista*, as economias latino-americanas se baseiam em valores civilizatórios que legitimam a acumulação ilimitada de capital e a mercantilização das relações humanas (Coraggio, 2009a). Embora a organização interna das unidades domésticas se oriente pela reciprocidade, a solidariedade não constitui o comportamento predominante em suas relações externas. Sendo assim, ao buscar reproduzir sua vida em condições sempre melhores, operando no interior de um sistema com predomínio da cultura capitalista, os comportamentos podem se reorientar para a busca individual da máxima satisfação, a posse e o consumo ilimitado de mercadorias, a minimização dos esforços, a concorrência destrutiva, a busca do lucro mediante a exploração do trabalho alheio e a acumulação de capital privado (que pode se tornar um fim em si mesmo). Nesses contextos, as organizações da economia popular que obtêm êxito na captação do excedente podem passar a fazer parte da economia empresarial capitalista.

A construção de um sistema econômico em que persistam ou prevaleçam a solidariedade e a reciprocidade se afirma, então, como ação política (Coraggio,

2012b). A construção desse projeto requer o reconhecimento, conceitual e empírico, de uma heterogeneidade característica.

“[uma heterogeneidade que] longe de ser um empecilho, da perspectiva da modernidade, é um recurso, tanto pela possibilidade de resolver um sustento que o mercado livre não consegue, como por ser o campo de constituição de atores sociais que podem assumir esse projeto de reinstitucionalização dos processos econômicos³⁷” (Coraggio, 2009a, p. 16).

Nesse sentido, Coraggio (2012c) propõe uma leitura atual de Polanyi (2011, 2012) que oriente a construção de um projeto político na direção de uma *economia com mercado* distinta de uma *economia de mercado*. Nesse sentido, diferencia a “economia popular realmente existente” da “economia do trabalho”, ideal utópico de um sistema econômico em que predomine a lógica da “reprodução ampliada da vida” em detrimento da lógica de acumulação de capital. A “economia social e solidária” ou “economia solidária” seria o conjunto das práticas solidárias existentes nas três esferas (economia popular, economia empresarial capitalista e economia do setor público) e que constituem possíveis embriões da transição da “economia do capital” para a “economia do trabalho”³⁸ (ver Figura 1) (Coraggio, 2009a).

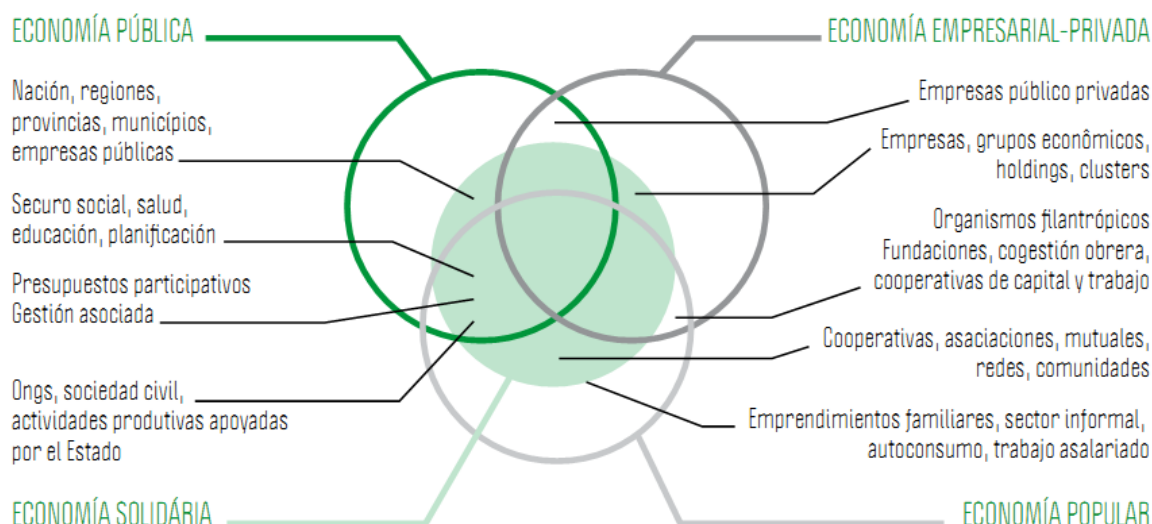
“Há componentes solidários na economia popular, mas esta não é sempre e nem predominantemente solidária. Eles existem, muito importantes, na economia pública (principalmente as relações de redistribuição progressiva). E existem também no setor empresarial privado (ainda que seja uma solidariedade filantrópica e unilateral). Neste diagrama há uma tensão (setas azuis) pela luta contra hegemônica, contra a dominância da lógica capitalista. Se avança ampliando o sector de economia solidaria, articulando-o como um subsistema orgânico, construído a partir do solo fértil de recursos e

³⁷ Recondição dos processos econômicos no sentido de relações solidárias e orientadas ao “bem comum” (Coraggio, 2012b).

³⁸ “Atualmente coexistem/competem diversos projetos ou propostas com a pretensão de converter-se em paradigma para organizar o campo de práticas econômicas populares. Nesse sentido, propusemos que o conceito de Economia do Trabalho tem o maior potencial para organizar o pensamento teórico, para organizar as pesquisas e o desenho de estratégias diante das teorias da Economia do Capital e da Economia Pública. Também adotamos o termo Economia Solidária para definir a que consideramos a corrente ideológica mais significativa para impulsionar a economia social na América Latina. E finalmente, para ter um conceito guarda-chuva referente às organizações usualmente entendidas como organizações ‘econômicas’ voluntárias que buscam por sua vez um resultado econômico no sentido amplo (não só pecuniário) e um produto em relações sociais, adotamos o conceito de Economia Social” (Coraggio, 2002, p. 2)

relações de reciprocidade e redistribuição da economia pública e popular e ampliando seu sentido da reprodução da vida dos membros de cada unidade doméstica à reprodução ampliada da vida de todos (solidariedade).” (Coraggio, 2013a, p. 18, tradução nossa)

Figura 1 – Representação da economia mista



Fonte: Coraggio, 2012d.

À leitura da economia mista se soma um projeto de sistema econômico ideal, centrado no trabalho e na reprodução ampliada da vida. A economia do trabalho só pode ser pensada em contraponto à economia do capital, e ao sentido conferido ao trabalho por esta última. A economia do capital tem como característica principal a tendência de mercadificação do trabalho, considerado mercadoria fictícia, como colocado por Polanyi. Na economia do capital, as decisões são tomadas a partir do mercado, princípio econômico dominante, onde os indivíduos são pensados como utilitaristas e calculistas e seguem a lógica da concorrência e da acumulação de capital. Já a economia do trabalho concebe a economia como um sistema que combina cinco princípios de integração social: a) autarquia da unidade doméstica, que produz individual ou coletivamente para o próprio consumo ou uso; b) reciprocidade intra e intercomunidades, com base na ajuda mútua; c) redistribuição progressiva, com foco tanto nos indivíduos quanto nas comunidades; d) intercâmbio (troca) em mercados regulados de modo a evitar abusos ligados a monopólios,

exploração do trabalho e danos à pequena produção causados pela concorrência; e) planejamento participativo, com base no reconhecimento das organizações e redes das economia social e solidária e na coordenação das ações econômicas dos múltiplos agentes (Coraggio, 2007).

A economia do trabalho não se pauta pelo crescimento quantitativo de uma massa de mercadorias, mas pela realização do potencial das pessoas e pela qualidade de vida e das relações. Ela seria organizada a partir da desalienação do trabalho. A questão social, na economia do trabalho, não reside na busca do pleno emprego, a fim de que todos possam obter renda e os padrões de consumo ditados pelo capital. Ela implica descobrir, reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, definidas a partir dos próprios trabalhadores e com o fim de desfrutar plenamente a vida cotidiana (Coraggio, 2009b).

A economia social é tratada por Coraggio (2009b) como transição da economia mista para a economia do trabalho: *“a economia popular representa o ponto de partida socioeconômico das práticas de economia social orientadas à institucionalização de uma economia do trabalho.”* (Coraggio, 2009b, p. 125). Essa transição só é possível a partir do reconhecimento do peso e do potencial da economia popular e de uma crítica que a supere:

“essa economia popular reativa e adaptativa não pode garantir a sobrevivência de todos no contexto da transformação do capitalismo global. Ela requer uma abordagem sistêmica para transformar esse todo caótico em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução, que volte a relacionar o trabalho (outro trabalho) com a satisfação de necessidades definidas historicamente por sociedades democráticas.” (Coraggio, 2009b, p. 125)

Para Coraggio (2012b), não se pode esperar que a economia social e solidária na América Latina, à semelhança do que ocorre na Europa, se limite a ocupar nichos não atingidos pelo mercado ou pelo Estado, como os dos serviços de proximidade, ou seja conduzida por um grupo de indivíduos de alto “capital social” que sejam capazes de organizar esquemas de serviços de proximidade ou comunidades autônomas e autogestionárias. A carência massiva de necessidades

básicas, o grau de desigualdade de acesso à formação técnico-científica e a estigmatização dos pobres pelas classes médias e altas dificultam o desenvolvimento de relações solidárias simétricas que atravessem todo o espectro social. Apesar do avanço na institucionalização dessas formas, nos anos recentes³⁹, a economia popular é composta, em sua maior parte, de trabalhadores em situação de precariedade, sem acesso aos direitos trabalhistas, muitas vezes em condições de subsistência.

Ao discutir a ação política necessária, Coraggio (2013a) propõe compreender os sistemas econômicos como construções sociopolíticas e não como resultado de evoluções naturais e necessárias, afastando-se da noção de “sequência de modos de produção”, segundo a qual todas as sociedades caminham inevitavelmente para uma sociedade de mercado. Assim como a economia capitalista de mercado foi uma construção política a partir da Revolução Industrial (Polanyi, 2011), outras construções são possíveis, sobretudo em momentos de desajuste estrutural (Coraggio, 2012c). Discutem-se assim as possibilidades de (re)orientação da economia pública e da economia popular para uma economia centrada no trabalho e na racionalidade reprodutiva: *“não há uma realidade econômica necessária à qual se deve adaptar-se ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias sempre são possíveis”* (Coraggio, 2012a, p. 2, tradução nossa)

Nesse sentido, o autor aponta três correntes de pensamento e ação dentro do campo da economia social e solidária. A primeira é aquela que busca a reinserção dos trabalhadores excluídos no mercado de trabalho, atuando a nível microeconômico e focando o alívio da pobreza. Tal corrente se pauta na lógica do mercado ao definir os fins e meios dos empreendimentos; prevalece a racionalidade instrumental e o paradigma da empresa de capital, explícito, por exemplo, na

³⁹ Coraggio (2012c) retrata como, ao longo da primeira década dos anos 2000, ocorreram avanços na institucionalização da ESS na América Latina, por meio de novos marcos legais, do reconhecimento das formas próprias da ESS, da definição de novas responsabilidades do Estado ou modificando os marcos constitucionais. Essa mudança política se deu como resultado da ação dos movimentos sociais (Equador, Bolívia), de mobilizações de dentro do Estado em situações de crise (Argentina, Venezuela), da reconcentração do eleitorado popular ao redor de projetos anunciados como progressistas (Brasil, Uruguai, Paraguai) e, ainda, pela redução do endividamento externo dos países, que lhes permitiu maiores investimentos em programas sociais compensatórios.

separação entre a economia doméstica/familiar e o micro empreendimento. A esta corrente, Coraggio (2013a) denomina “integracionista”, pois entende como papel das novas (ou velhas, renovadas) formas econômicas preencher o vazio que deixa o capitalismo global, garantindo a sustentabilidade por meio da competição dessas empresas entre si e com as firmas capitalistas. Tal visão orienta a ação dos organismos multilaterais, notadamente do Banco Mundial, e se alinha à concepção mais conservadora do setor informal, discutida anteriormente.

A segunda e a terceira correntes se pautam pela lógica da reciprocidade e possuem orientação sistêmica, ao contrário da primeira, que foca os empreendimentos individualmente. Diferenciam-se entre si quanto à compreensão do papel da economia social e solidária no contexto da economia como um todo. A segunda corrente assume a necessidade de considerar esta economia como um subsistema da economia mista, reconhecendo e fortalecendo suas redes e interfaces com os dois outros subsistemas. Enfatiza a necessidade das redes, não apenas econômicas, mas também de reciprocidade e solidariedade, uma vez que o objetivo é superar a fragmentação dos empreendimentos e promover um setor orgânico e articulado. Parte, portanto, de toda a economia popular, assumindo os empreendimentos individuais e familiares, além dos associativos, e problematizando a sustentabilidade e eficiência dos empreendimentos promovidos, não apenas no sentido econômico.

Já a terceira corrente considera a necessidade de superar o sistema econômico e cultural capitalista, propondo a construção da “outra economia”. Trata de redefinir as relações econômicas em nível sistêmico, propondo uma forma superior às práticas próprias do capital, substituindo as relações de concorrência entre interesses particulares por relações de redistribuição, de solidariedade e reciprocidade e o predomínio do bem comum legitimamente estabelecido. Esta corrente parte de uma profunda crítica do sistema capitalista, problematizando a importância dos demais princípios econômicos, e propondo novas concepções de Estado, mercado, formas de propriedade, grau de mercantilização do trabalho e da natureza, etc.

Coraggio (2013a) assume a necessidade de reconhecimento das três correntes, assumindo como parte da tarefa política a construção de alianças, em

um movimento conjunto. Cada uma das correntes enfatiza um aspecto relevante da ESS, sendo tais aspectos complementares, refletindo a própria diversidade de conceitos e debates em torno do tema. De fato, tratam-se de níveis distintos de intervenção que se interdependem para sua real concretude.

“Pode-se atuar no nível 3, mas sem a base das práticas dos níveis 2 e 1, não seria possível ir além de um projeto estatizante. Pode-se atuar no nível 1, mas sem o nível 2 se perde eficácia e sustentabilidade. Se não se chega ao nível 3, as realizações no nível 1 e até 2 podem permanecer isoladas ou subordinadas dentro de uma economia onde predomina o princípio do mercado.” (Coraggio, 2013a, p. 23, tradução nossa)

Tal construção passa, no entanto, por outra concepção de desenvolvimento econômico que compreenda a heterogeneidade de princípios econômicos e de relações de produção como um recurso a ser potencializado em uma economia orientada para o trabalho. Trata-se de expandir as concepções de economia, de tecnologia, de ação política e de desenvolvimento.

3 O CASO BRASILEIRO: VOLTANDO O OLHAR À ECONOMIA POPULAR

Este capítulo discute o percurso da economia popular e solidária (EPS) no Brasil nas últimas décadas. Como se irá demonstrar, esta economia ganhou visibilidade no período, tanto dentro do conjunto das políticas públicas quanto no campo acadêmico. Esses avanços se deram, fundamentalmente, em torno do que se chamou no país “economia solidária” – ES -, conceito que ganhou aqui contornos específicos a partir da trajetória histórica desse movimento social e das necessidades práticas envolvidas no mapeamento das iniciativas e no desenho das políticas.

A primeira seção do capítulo trata o avanço institucional ocorrido a partir de 2003. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes – junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, em junho daquele ano, significou a ampliação das ações de apoio, nas três esferas de governo, e o aumento do interesse acadêmico no tema. Implicou, ainda, um crescimento das redes compostas pelos empreendimentos e pelas entidades de assessoria e fomento, incluindo as universidades.

O avanço, no entanto, não resultou na superação da condição de precariedade de boa parte das iniciativas, o que pode ser associado a fatores internos aos empreendimentos, à configuração e ao andamento das ações de apoio e à inserção dessas práticas em um ambiente econômico adverso. Além disso, o espaço destinado à economia solidária no conjunto das políticas públicas sugere que esta ainda é compreendida como marginal e incompatível com o modelo principal de desenvolvimento adotado pelos governos. Em que pesem os avanços vivenciados, a ES assume ainda um papel periférico nos debates e nas ações de apoio e fomento.

Parte dos esforços em torno da ES se destinou ao mapeamento das iniciativas existentes, no intuito de ampliar sua visibilidade e subsidiar o desenho das políticas. Na segunda seção do capítulo, são discutidos esses esforços e os principais resultados obtidos.

Os mapeamentos nacionais da economia solidária enfrentaram o desafio da heterogeneidade das práticas e da dispersão destas no território. Uma vez que a opção metodológica foi por um trabalho participativo, envolvendo diretamente as entidades não governamentais de apoio, os governos subnacionais e os empreendimentos, os recenseamentos consistiram numa espécie de “mutirão”, com efeitos diversos sobre a conformação da ES nos anos posteriores.

Tal processo partiu de uma definição dos empreendimentos que impactou de forma significativa a configuração do movimento nacional, o desenho das políticas e os estudos acadêmicos. Segundo a concepção adotada, fazem parte da economia solidária os empreendimentos coletivos autogestionários, ou seja, as cooperativas, associações e grupos informais que se declaram como autogeridos, além dos bancos comunitários e das entidades de assessoria e fomento. A definição exclui, portanto, o trabalho individual e familiar que constitui parte da economia popular.

A escolha pelos empreendimentos de caráter coletivo e autogestionário visou o distanciamento das ideias de economia informal e de economia popular, uma vez que estas guardariam um caráter de subordinação e de dependência em relação à economia capitalista. Ao contrário, a economia solidária se aproximaria do “polo avançado da economia popular” pensado por Razeto (1993), uma vez que se articula necessariamente ao elemento comunitário, de ação conjunta e cooperativa (Gaiger, 2007).

Um dos pontos defendidos nesta tese é de que o olhar sobre as formas alternativas de produção e de consumo não se deve ater apenas aos empreendimentos autogestionários já constituídos, mas sim partir das formas econômicas populares em seu conjunto vasto e heterogêneo, que passa pelos empreendimentos familiares, individuais e coletivos, e que organizam sua produção em torno de seus próprios recursos materiais e seu próprio fundo de trabalho, estando ou não formalizados junto ao Estado. Essa diversidade de formas pode ser pensada como um substrato a processos mais amplos relacionados à economia social e solidária, como defendem Coraggio (2013a), Laville (2009b) e França Filho (2001a, 2001b). Assume-se, além disso, que uma maior visibilidade da economia

solidária dentro das políticas públicas pode ser alcançada por meio de um olhar mais atento à importância da economia popular dentro da economia brasileira.

Nesse sentido, na terceira seção do capítulo apresenta-se um exercício de leitura da economia popular no Brasil a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Em que pesem os desafios metodológicos envolvidos, busca-se identificar os trabalhadores da economia popular e suas relações, explícitas nas características do trabalho, nas configurações domiciliares e na distribuição regional. Propõe-se aqui uma compreensão da economia popular como um grupo mais amplo que a economia solidária e responsável por uma parcela significativa do trabalho e da renda gerada no país. Propõe-se ainda um diálogo com os mapeamentos da ES, buscando evidenciar as vantagens de um olhar mais ampliado sobre as práticas que compõem a EPS.

A discussão apresentada neste capítulo busca trazer subsídios para uma releitura contemporânea da economia popular e solidária no Brasil, tendo por base os processos econômicos vivenciados na última década, e que são apresentados no capítulo final.

3.1 Emergência da economia popular e solidária e avanço institucional recente

Embora a economia popular tenha sido amplamente considerada nos debates latino americanos e nos brasileiros⁴⁰, como descrito no segundo capítulo, os principais avanços em termos do debate acadêmico e do apoio governamental no Brasil se deram em torno da economia solidária.

A economia solidária se situa no conjunto dos movimentos sociais ligados a experiências locais de organização e defesa de interesses comuns que emerge

⁴⁰ Um marco desse debate no Brasil foi o encontro realizado em 2000, em Salvador, que reuniu os principais pensadores no tema e resultou na publicação do livro “*Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*” (Kraychete et al, 2000).

no processo brasileiro de redemocratização, nos anos 1980. Essas iniciativas adotam a auto-organização popular como forma de solucionar suas demandas e assumem princípios democráticos e cooperativos em sua gestão interna, configurando-se predominantemente como cooperativas, associações e grupos informais (Singer, 2002; Gaiger, 2012).

O avanço da economia solidária se dá, sobretudo, a partir dos anos 1990⁴¹, com a auto-organização dos trabalhadores marginalizados em função da crise social e do desemprego estrutural. Nesse processo, deve-se ressaltar o papel de entidades não governamentais atuantes na difusão do cooperativismo e na capacitação para a autogestão.

Segundo Singer (2002), o surgimento efetivo da ES no Brasil pode ser relacionado a quatro grandes movimentos ou impulsos. O primeiro foi o financiamento, nos anos 1980, pela Cáritas - entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - de milhares de projetos de pequeno porte denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários). Os PACs visavam à geração de trabalho e renda para moradores das periferias metropolitanas e das áreas rurais. Boa parte das iniciativas desenvolvidas se tornaram empreendimentos econômicos solidários, parte deles nos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST (Movimento dos Sem Terra)⁴².

O segundo movimento está ligado à falência de empresas nacionais, em função da crise e da abertura comercial do período, que foram então assumidas pelos trabalhadores. Tem notoriedade aqui a atuação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que orientou a conversão de diversas firmas falidas em cooperativas autogeridas⁴³.

⁴¹ Embora o cooperativismo tenha chegado ao país por meio dos imigrantes europeus, no início do século XX, as cooperativas então criadas – cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas nas áreas rurais – não operavam sob a base da autogestão, o que não as caracterizava, portanto, como parte da economia solidária (Singer, 2002).

⁴² Entre 1995 e 2000, a Cáritas brasileira apoiou 1004 PACs envolvendo cerca de 57 mil trabalhadores em atividades produtivas, de formação e de mobilização (Bertucci e Silva, 2003). Não foram encontradas informações para os anos anteriores.

⁴³ Em 2007, a Anteag reunia 270 empresas recuperadas e 25 mil trabalhadores (IPEA, 2007).

O terceiro impulso se relaciona ao trabalho do MST de promoção da agricultura familiar com base em cooperativas. Nesse período, milhares de famílias passam a ocupar os latifúndios improdutivos e outros terrenos e a produzir alimentos em bases solidárias em áreas rurais e urbanas⁴⁴.

Já o quarto movimento se relaciona às cooperativas e associações fomentadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), inseridas nas Universidades. Essas Incubadoras, organizadas em uma rede nacional, desenvolvem processos de formação em torno de práticas de solidariedade e autogestão, visando à emancipação dos trabalhadores.

Em princípio, essas iniciativas populares não ganharam espaço significativo nos debates acadêmicos e nas discussões centrais referentes às políticas públicas, o que é associado por Gaiger (2012) ao seu caráter então efêmero e descontínuo, além de sua presença difusa no tecido social. Na década de 1990, assiste-se ao fortalecimento das redes de economia solidária e cresce a importância atribuída a esta por alguns setores acadêmicos e por governos municipais e estaduais de esquerda, notadamente do Partido dos Trabalhadores.

“A economia solidária, expressão adotada por consenso no Brasil, passou a designar, sucessivamente, um conjunto de práticas baseadas em princípios de cooperação e autogestão, um movimento social comprometido com um projeto de transformação social e, por fim, um setor constitutivo da esfera pública e da atuação do Estado.” (Gaiger, 2012, p. 57, tradução nossa).⁴⁵

Durante o 1º Fórum Social Mundial, em 2001, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que congregava doze entidades já atuantes no tema, entre elas ONG's de atuação nacional, como a Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), o Pacs (Instituto de Políticas

⁴⁴ Na segunda metade dos anos 1990, o MST contabilizava 300 associações e 10 cooperativas. Atualmente, o Movimento reúne 350 mil famílias em 24 estados e contabiliza cerca de 1.900 associações, 100 cooperativas e 96 agroindústrias. (Fonte: www.mst.org.br)

⁴⁵ Motta (2010) atribui a Paul Singer o uso do termo “economia solidária” pela primeira vez no Brasil, em um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo. O artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado em 11/06/1996, tratava de uma das ações do programa de governo de Luiza Erundina, então candidata à reeleição para a prefeitura de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores.

Alternativas para o Cone Sul) e o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), além da Cáritas Brasileira, do MST e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego, foi um resultado direto dessa articulação. Logo após a eleição de Lula, foi entregue ao presidente uma Carta que reivindicava a criação da Secretaria e a nomeação de Paul Singer como Secretário Nacional⁴⁶. A Secretaria foi criada em junho de 2003 e concomitantemente foram instituídos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto pelos empreendimentos econômicos solidários e pelas entidades de apoio e fomento, e que se desdobra em fóruns estaduais e municipais, e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A definição e condução das políticas de economia solidária no Brasil têm como característica fundamental a relação estreita com a representação dos empreendimentos. O ato de criação da Secretaria, em si, foi resultado da pressão política e da articulação dos movimentos e entidades envolvidos e ligados ao Partido dos Trabalhadores⁴⁷.

“A Secretaria nasce como o rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária, que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente nos 27 estados do país. Esse relato é fundamental para entender como são feitas as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Elas são feitas em estreita parceria com o FBES, no qual estão todos os elementos: empreendimentos, entidades da sociedade civil que apoiam e fomentam a economia Solidária, a própria rede de gestores públicos principalmente municipais na época, e agora também estaduais. Ali a Senaes encontra um solo fértil onde plantar novas políticas públicas de Economia Solidária.” (Singer, 2012, p. 50).

⁴⁶ O documento “Carta ao Governo Lula” foi elaborado a partir de reunião do GT Brasileiro de Economia Solidária fundado no 1º Fórum Social Mundial.

⁴⁷ Singer (2012) descreve a gênese dos debates sobre a economia solidária na cúpula do Partido dos Trabalhadores, por meio de uma série de Seminários promovidos por Lula e por Antônio Cândido entre 1999 e 2002 e que se propunha a discutir os futuros do socialismo.

As políticas de economia solidária são, portanto, definidas e conduzidas com efetiva participação dos empreendimentos econômicos solidários, representados nos fóruns municipais e estaduais e no fórum brasileiro, e do conjunto de entidades de assessoria e fomento, que agrega as incubadoras universitárias, as organizações não governamentais de diversas origens, parte delas ligadas a igrejas e sindicatos, e os governos municipais e estaduais.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela Senaes, em parceria com outros ministérios, governos subnacionais, universidades e entidades da sociedade civil, estão aquelas ligadas à formação, incubação, assessoramento técnico, organização das finanças solidárias, acesso a crédito, avanço nos marcos regulatórios e na formação de mercados institucionais, divulgação da ES, apoio à comercialização por meio de feiras e o mapeamento nacional da economia solidária (Singer, 2012; Schiochet, 2012). As diretrizes das ações foram organizadas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (incluído no Plano Plurianual – PPA – 2008/2011) e no Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (inserido no PPA 2012/2015)⁴⁸. Em 2015, foi elaborado na Terceira Conferência Nacional da ES o 1º Plano Nacional da Economia Solidária.

A atuação da Senaes é vista como exitosa em seus documentos de avaliação institucional (Senaes, 2011, 2012) e também pelos acadêmicos (Goulart e Marin, 2011; Gaiger, 2012; França Filho, 2012). Como pontos a corroborar o êxito são apontados o crescimento das iniciativas de apoio, nas três esferas estatais, o aumento do número de empreendimentos e o reconhecimento da política brasileira de ES junto à comunidade internacional.

Segundo levantamento realizado por Gaiger (2012), em 2011, 22 ministérios, entre 37, e 5 instituições financeiras públicas desenvolviam programas relacionados de algum modo à economia solidária. Ademais, 15 Estados e 180 prefeituras tinham algum tipo de ação ligado a essas iniciativas.

⁴⁸ Além dos programas específicos: Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social), Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e Programa Resíduos Sólidos (também incluído no PPA 2012-2015).

O maior espaço nas políticas públicas é acompanhado de avanço na produção acadêmica no tema. Gaiger (2012) identificou nos dados do CNPq de 2011 130 grupos de pesquisa e 5.508 pesquisadores orientados ao estudo da ES, número que apresentou crescimento na década de 2000. A economia solidária se consolidou como campo de estudos interdisciplinar e fortemente vinculado às ações de extensão universitária e à definição e análise das políticas públicas.

“A produção científica sobre a economia solidária não se desenvolveu somente no interior dos espaços universitários. Quem pesquisa o tema, além das atribuições típicas como a docência e a orientação de trabalhos acadêmicos, usualmente atua em programas de apoio às experiências solidárias e participa dos circuitos de debate, quando não de instâncias representativas e deliberativas, como os fóruns e as redes; normalmente realiza suas pesquisas em conexão com as demandas provenientes dos atores, frequentemente relacionadas aos programas públicos que estimulam ou financiam estudos e avaliações.” (Gaiger, 2012, p. 64, tradução nossa).

A inclusão, em 2011, da ES no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), ação transversal do governo federal voltada à população em extrema pobreza, significou a ampliação dos recursos destinados à Senaes⁴⁹ e do número de programas voltados à ES. O Plano, que tem como eixos a transferência de renda, a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos, inclui a economia solidária como um dos instrumentos de inclusão por meio do trabalho⁵⁰.

No governo Dilma, portanto, a economia solidária assume uma posição mais próxima da geração de trabalho e de renda para as famílias pobres. Segundo Gaiger (2012), a estratégia do PBSM se alinha com estudos que enfatizaram o caráter associativista da economia dos pobres e que estabelecem o fortalecimento

⁴⁹ Dentro do PBSM, a Senaes se comprometeu a atingir 260 mil famílias em situação de pobreza extrema em ações voltadas à organização sociocomunitária, formação e assessoramento técnico, investimentos e finanças solidárias e organização da comercialização solidária (Silva e Schiochet, 2013). A execução orçamentária das ações do Plano pela Senaes, entre 2011 e maio de 2014, foi de R\$406,9 milhões (Singer *et al*, 2014). A título de comparação, o montante destinado a projetos da Senaes entre 2003 e 2010 foi igual a R\$ 206,3 milhões (Schiochet, 2012).

⁵⁰ Para além da economia solidária, são incluídas no eixo inclusão produtiva do PBSM ações voltadas à agricultura familiar (crédito e assistência), à formalização dos empreendedores individuais (criação da figura do microempreendedor individual - MEI), ao microcrédito produtivo orientado (Programa Crescer) e à qualificação profissional pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

destes como agentes econômicos produtivos, e não apenas como consumidores, como uma estratégia para produzir efeitos redistributivos duradouros. As diretrizes gerais da política nacional de ES passam a considerar uma maior interface com as políticas sociais, como a de transferência de renda, reconhecendo a economia popular como terreno de partida para a economia solidária.

“As ações de ES devem estar integradas e articuladas às demais ações do PBSM, de busca ativa, de cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal, de educação profissional e tecnológica, de acesso aos diversos benefícios sociais, entre outras. Tal integração possibilita afirmar a ES como estratégia apropriada para o fortalecimento, organização e reconhecimento das expressões da economia popular urbana e para a inclusão socioeconômica das famílias beneficiárias de políticas sociais, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo popular.” (Silva e Schiochet, 2013, p. 72, grifo nosso)

A inserção da ES no PBSM, no entanto, não se dá sem contradições. Como aponta Schiochet (2012), a relação entre as ações voltadas à economia solidária e aquelas pensadas para os pequenos empreendimentos, as micro e pequenas empresas e à economia popular, de forma mais geral, parece marcada, ao mesmo tempo, por aproximações, contradições e conflitos⁵¹. Nesses embates, é reforçado o caráter não capitalista da economia solidária, o que deveria impedir a aproximação a políticas de apoio ao empreendedorismo^{52 53}.

Em alinhamento com a lógica do PBSM, a política federal de economia solidária incorpora ainda a discussão do desenvolvimento territorial por meio das

⁵¹ Essa contradição pode ser identificada no esforço do movimento da economia solidária, com sucesso, de impedir a vinculação da Senaes à Secretaria da Micro e Pequena Empresa, criada em 2013 e extinta em outubro de 2015. Além disso, o 1º Plano Nacional da Economia Solidária compreende o incentivo ao empreendedorismo com foco no microempreendedor individual e na micro e pequena empresa como uma ameaça ao desenvolvimento da economia solidária (Conaes, 2015).

⁵² Contraditoriamente, a figura jurídica do MEI tem sido utilizada pelos trabalhadores vinculados aos EES como método de obtenção de CNPJ, acesso a crédito e emissão de notas fiscais (informação coletada pela autora junto a membros dos empreendimentos durante reuniões do Fórum Metropolitano de Economia Solidária e durante a participação em feiras da ES).

⁵³ Voltaremos a este ponto na segunda seção do capítulo.

noções de endodesenvolvimento e etnodesenvolvimento⁵⁴. A política se volta a territórios específicos, em especial aqueles ocupados pelas comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhas, buscando tratar as possibilidades de desenvolvimento local a partir das práticas econômicas solidárias que preservem a diversidade cultural e o meio ambiente.

“A abordagem territorial é concebida como método de fortalecimento da Economia Solidária na construção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário, considerando o território como espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades sócio-culturais, caracterizada por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão, social e cultural.” (Conaes, 2015).⁵⁵

Nos doze anos de atuação da Senaes, são inegáveis os avanços institucionais em torno da economia solidária, bem como o crescimento da rede de atores vinculada aos fóruns de discussão, aos processos de incubação e aos estudos e pesquisas no tema. No período recente, a discussão parece ter avançado e amadurecido, no sentido de incorporar uma abordagem territorial das políticas e promover a articulação com as principais políticas sociais do governo federal. Todos esses progressos apontam para uma maior incorporação da ES no conjunto das políticas públicas e para um maior reconhecimento desta nos debates acadêmicos.

No entanto, são diversos os pontos críticos da atuação da Secretaria, e que podem ser também associados, em graus diversos, às políticas conduzidas pelos governos estaduais e municipais. Em primeiro lugar, nota-se o baixo nível de

⁵⁴ A ideia de endodesenvolvimento está ligada à de desenvolvimento endógeno, ou seja, um desenvolvimento a partir dos interesses e estratégias definidos pela comunidade em questão. Já o etnodesenvolvimento se associa a estratégias de desenvolvimento das atividades econômicas em comunidades tradicionais, sem que o mercado ocupe a centralidade dos valores e da organização coletiva.

⁵⁵ Tal abordagem do desenvolvimento territorial se alinha à perspectiva do governo federal, expressa no Plano Plurianual 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), e que reconhece a economia solidária como parte das prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável (Conaes, 2015).

recursos destinados às ações, em relação ao total do orçamento estatal⁵⁶, embora este nível tenha se elevado nos anos mais recentes. Isso é agravado pela morosidade na tramitação dos projetos e pelas dificuldades envolvidas no trabalho conjunto com as entidades não lucrativas da sociedade civil (Singer, 2012; Gaiger, 2012).

Em segundo lugar, tem-se a instabilidade política da Secretaria. A definição e o andamento da política de economia solidária se dão em função da existência de interlocutores específicos, capazes de encaminhar internamente as demandas oriundas da sociedade civil organizada ligada ao tema (Goulart e Marin, 2011). Num contexto de trocas de ministros e secretários em função dos interesses dos partidos de coalizão e de pressão para redução do número de ministérios e secretarias, a Senaes se encontra em permanente ameaça⁵⁷.

A questão de fundo que incorpora os dois pontos acima é a não priorização da economia solidária na agenda do governo federal. De fato, parece haver uma contradição entre o fomento à economia solidária e a adoção, pelo governo federal, de um modelo de desenvolvimento em sintonia com a leitura neoliberal do sistema econômico e com os fluxos do sistema capitalista internacional. Nesse sentido, as políticas de economia solidária aparecem, na prática, como ações residuais e compensatórias e sem articulação direta à discussão sobre o padrão de desenvolvimento a ser seguido.^{58 59}

⁵⁶ A título de ilustração, o orçamento dos Programas “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária” e “Resíduos Sólidos”, dois principais programas ligados à Senaes, em 2014, foi de R\$ 142,4 milhões, o que corresponde a 0,2% do orçamento total do Ministério do Trabalho e Emprego, que foi de R\$ 68,2 bilhões (fonte: Lei Orçamentária Anual 2014). O quadro de pessoal da Senaes era de 19 funcionários, em 2003, e chegou a 45, em 2012 (Senaes, 2012; Singer, 2012).

⁵⁷ Essa informação é corroborada pelo acompanhamento, por esta autora, das discussões do Fórum Mineiro e do Fórum Metropolitano de Economia Solidária.

⁵⁸ Esse fato é agravado pela conjuntura política conservadora que se instala no país em 2015 e que ameaça as conquistas recentes em relação aos direitos sociais das minorias.

⁵⁹ Em um balanço da atuação da Senaes, Schiochet (2012) situa a economia solidária como uma agenda periférica na política governamental de enfrentamento da crise, mas como uma das diversas agendas de diálogo dos movimentos sociais estabelecidas pelo governo petista (Valmor Schiochet foi Diretor de Estudos e Divulgação da Senaes entre 2003 e 2007 e reassumiu o cargo em maio de 2011).

“Estamos falando de uma política pública que não tem uma priorização nos movimentos sociais dos territórios, não tem uma priorização nos programas de governo. O que se percebe é que, até o momento, o acúmulo de forças permitiu pequenos avanços que ainda não a colocam na centralidade das Políticas Públicas.” (Praxedes, 2009, p. 58)

Como aponta Gaiger (2012), a concepção da economia solidária é incompatível com uma visão majoritária do mundo social que é corroborada tanto pelo Estado quanto pela ciência, e que associa as práticas econômicas ao utilitarismo e o trabalho à mercadoria, mero fator de produção nas práticas produtivas. Essa contradição é presente no Brasil e impede alguns avanços reconhecidos como cruciais para o desenvolvimento da economia solidária, como a adequação dos marcos regulatórios; a ampliação e o desenvolvimento do sistema de finanças solidárias e o maior acesso ao crédito público; o aumento do volume de recursos e de pessoal envolvido nas políticas, com o fim de fortalecer as redes de produção, comercialização e consumo, melhorar os processos de capacitação, promover processos de certificação, ampliar o acesso aos mercados institucionais e fomentar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias sociais⁶⁰.

Um exemplo dessa contradição é a inexistência, até o momento, de uma Lei Federal e de um fundo nacional específico para o apoio à ES, a despeito do longo debate sobre os marcos regulatórios, que ocorre desde a criação da Senaes, e da aprovação de leis específicas em diversos estados e municípios. Atualmente, encontra-se em discussão o Projeto de Lei 4685, de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, entre outras providências (Conaes, 2015).

Uma melhor compreensão dos processos efetivos da economia popular e solidária aparece como crucial para o avanço das discussões e para a maior incorporação desta aos debates centrais. Esta tese se situa num esforço de defesa dessas práticas como parcela significativa dos processos econômicos vivenciados no Brasil, o que exige uma compreensão distinta deste sistema econômico que

⁶⁰ Um detalhamento das necessidades e das propostas do movimento é encontrado no 1º Plano Nacional da Economia Solidária (Senaes, 2015).

pode orientar outros modos de regulação. No tópico a seguir, são descritas as tentativas de mapeamento e de mensuração em maior escala.

3.2 Dos esforços de mapeamento das iniciativas e dos resultados obtidos

Com a criação da Senaes, ficou clara a necessidade de informações sobre as diversas realidades da economia solidária no Brasil. A ES é tratada como fenômeno social e econômico recente e pouco conhecido pela sociedade brasileira (Senaes, 2012). Uma ampliação de seu reconhecimento e de sua visibilidade permitiria, por sua vez, maior espaço na agenda do governo federal.

“O mapeamento tem resultados políticos de primeira ordem. Eu me lembro sempre de uma conversa que tive com o presidente Lula, durante a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006. Eu expus a ele o que estávamos fazendo e ele me disse: ‘Olha, Singer, para a gente poder investir mais e dar mais força para a Economia Solidária, é preciso antes que vocês cresçam. Cresçam e apareçam.’” (Singer, 2012, p. 53)

O mapeamento da ES surge, portanto, da necessidade política, sendo compreendido pelos gestores públicos e pelos empreendimentos como um instrumento para o reconhecimento da economia solidária. As informações seriam utilizadas, ainda, como subsídio para a formulação da política nacional, contribuindo para o desenho de programas específicos e para a atuação nas distintas realidades regionais (Senaes, 2012).

Naquele momento, alguns mapeamentos de empreendimentos solidários já haviam sido realizados no país. A ONG Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) organizou junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), desde 1994, o “Sistema Geração de Informação sobre Projetos/Programas de Trabalho e Renda no Brasil”. O sistema reunia centenas de registros de empreendimentos e de entidades de apoio, assessoria e fomento, além da divulgação de metodologias e de experiências bem-sucedidas (Senaes, 2012;

Fase, 1999). Já a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES, constituída em 2000, organizou um sistema *online* orientado ao fomento de redes de produção solidária. O objetivo era a construção de um portal para cadastro de empreendimentos e compartilhamento de informações e tecnologias, prevendo uma interligação futura via comércio eletrônico⁶¹. Por fim, as Incubadoras de Empreendimentos Solidários articuladas à rede Unitrabalho consolidaram, desde 1999, um banco de dados dos empreendimentos acompanhados (Senaes, 2012)⁶².

Todas essas tentativas, no entanto, restringiram-se à rede de empreendimentos de alcance das instituições de apoio. A necessidade de dados nacionais sobre a economia solidária levaria o FBES e a Senaes a uma estratégia ampliada de identificação de iniciativas.

A discussão sobre o mapeamento nacional se deu a partir de uma movimentação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Constituiu-se dentro do FBES um Grupo de Trabalho de Mapeamento, que discutiu as estratégias possíveis de identificação da economia solidária no país. As primeiras estratégias consideradas pelo Grupo foram: i) a incorporação da economia solidária às agências públicas de pesquisa, em especial o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da coleta e tratamento de dados via pesquisas amostrais; ii) a potencialização das iniciativas de mapeamento já existentes, por meio do atendimento de demandas específicas das organizações envolvidas. As duas estratégias foram descartadas; no primeiro caso, pela questão conceitual, os custos e as dificuldades de sensibilização dos órgãos, e no segundo caso, pela pluralidade conceitual e a heterogeneidade dos processos de coleta e tratamento de dados (Senaes, 2012; Motta, 2010).

⁶¹ Embora o portal não esteja mais acessível, uma descrição da RBSES está disponível em <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-6724.html>

⁶² São citados ainda: o Sistema Integra, organizado pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; o Banco de Dados Recopa, desenvolvido pela ONG Capina, do Rio de Janeiro; o banco de dados de economia solidária do Rio Grande do Sul, organizado pela ONG Camp; o banco de dados de Complexos Cooperativos desenvolvido pela ADS/CUT; e o banco de dados da Rede Ecovida, na Região Sul (Senaes, 2012).

Logo, assumiu-se como estratégia principal o mapeamento de abrangência nacional baseado em metodologia participativa, com o envolvimento do coletivo das entidades de apoio e fomento, da representação dos empreendimentos e dos governos subnacionais. O mapeamento daria origem ao Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

O primeiro desafio encontrado foi o conceitual, ou seja, a adoção de uma concepção teórica que contivesse os elementos comuns dos diversos termos então utilizados no Brasil – economia solidária, socioeconomia solidária, economia dos setores populares, economia popular solidária, etc. –, que oferecesse uma identidade ao conjunto de iniciativas e que ao mesmo tempo permitisse sua operacionalização em uma base de dados de caráter permanente e desse suporte às políticas de apoio.

“Não se tratava somente de um desafio conceitual, mas também político. Com os avanços organizativos da sociedade civil e da ação pública (governamental) em torno da ES, fazia-se necessária também a construção de uma identidade social e política para mobilização, articulação e definição das lutas necessárias para seu reconhecimento e legitimação da ES.” (Senaes, 2012, p. 19)

Chega-se então a um conceito síntese, que já era utilizado na prática por parte das organizações envolvidas, e que enfatizava três dimensões comuns às iniciativas da ES: i) ação empreendedora coletiva (empreendimento); ii) atividade econômica (econômico); (iii) vínculos e valores sociais (solidariedade). Essas três dimensões são ampliadas no sentido de pensar um conceito formal. A Economia Solidária passa a ser definida como “*o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores/as sob a forma coletiva e autogestionária*”. (Senaes, 2012, p. 120).

Além disso, criou-se um conceito adaptável à operacionalidade de um sistema de informações, o de empreendimento econômico solidário (EES)⁶³:

“Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): são aquelas organizações: - **coletivas**- serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; - cujos participantes ou sócios/as são trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; - **permanentes**, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; - **que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas** de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário” (Senaes, 2012, p. 121, grifo nosso).

O conceito de EES se torna um critério para a inclusão dos empreendimentos na economia solidária e, logo, no SIES. Essa definição conceitual é discutida e referendada em reuniões nacionais do movimento, no âmbito do I Encontro Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários, em 2004, do Fórum Social Mundial de 2005 e da I Conferência Nacional da Economia Solidária, em 2006 (Senaes, 2012).

Os conceitos adotados para a ES e para os EES permitiram englobar um conjunto heterogêneo de iniciativas então presentes no país. No entanto, excluíram tanto as organizações capitalistas quanto as não capitalistas de caráter individual e familiar (Senaes, 2012). Essa exclusão decorre da ênfase nas ideias de cooperação e autogestão, considerados os pilares da ES, além da solidariedade e da ação econômica.

⁶³ O termo “empreendimento econômico solidário” já era utilizado por Luiz Inácio Gaiger antes da existência da Senaes, o que denota sua influência como principal acadêmico envolvido nos debates sobre o mapeamento (Motta, 2010).

“- a **cooperação** como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares; - a **autogestão** é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva de parte dos bens e meios de produção do empreendimento; - a **solidariedade** é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; e - a **ação econômica** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.” (Senaes, 2012, p. 120, grifo nosso).

Note-se, portanto, que a definição adotada para a ES busca diferenciá-la claramente tanto da economia informal quanto da economia popular. Enquanto o trabalho individual é associado à informalidade, à insegurança e à dependência, a “economia popular tradicional” se vincularia prioritariamente à precariedade e à subordinação, sendo orientada por vínculos de reciprocidade que nem sempre se refletem em princípios democráticos e igualitários (Gaiger, 2007). A economia solidária, ao contrário, seria resultante de uma estratégia consciente dos trabalhadores de adesão a um projeto de transformação social, estando fortemente amparada em uma distinção entre capitalismo e solidariedade.

“Esta distinção se dá no plano dos mitos de criação e no discurso. Nos mitos de origem a ES é uma forma superior de organização que não está definida em oposição às empresas pela dicotomia formalidade / informalidade, mas pela divisão capitalismo / solidariedade. A oposição construída em relação à economia informal está relacionada a uma idéia que podemos chamar de consciência. A informalidade seria uma condição a que os trabalhadores são obrigados porque são expulsos do mercado de trabalho formal. A ES é representada sempre como opção, como manifestação de uma vontade consciente de quem já percebeu que é preciso mudar o sistema. Isso permite que se admita que grande parte da ES estava ‘mascarada’ sob a etiqueta da informalidade nas pesquisas estatais.” (Motta, 2010, p. 133).

Na discussão conceitual envolvida, a economia popular é assumida como um terreno onde a Economia Solidária surge e se fortalece. A ES é o meio pelo qual as potencialidades da economia popular são organizadas e mobilizadas no sentido da transformação social. Esse ponto de vista é defendido no momento da concepção do mapeamento e reiterada na análise das informações coletadas, como se verá adiante.

Como relata Motta (2010), durante o debate conceitual em torno do mapeamento, foram diversos os protestos ao conceito definido no SIES, uma vez que este excluía iniciativas importantes e não dava conta da diversidade da ES. O conceito exclui, por exemplo, as unidades produtivas familiares.

“Note-se que as coletividades que são consideradas famílias não podem ser empreendimentos solidários. Isso se explica pela idéia, presente em vários trabalhos acadêmicos principalmente, de que a família é um arranjo necessariamente hierarquizado e com posições de autoridade bastante fixadas. Isso impediria o exercício de uma democracia verdadeira. Além dessa ouvi outra explicação. Incluir empreendimentos familiares criaria um tipo de concorrência com o Ministério de Desenvolvimento” (Motta, 2010, p. 130)

Também os mutirões são excluídos do conceito de EES:

“Se reconhecem práticas diversas de solidariedade relacionadas a atividades econômicas como os mutirões, citados explicitamente no Guia de Orientações, mas estas não constituem EES. Na Economia Solidária as atividades devem ser explicitamente relacionadas à esfera da economia – entendida como a produção, comercialização de bens e produtos, envolvendo dinheiro – definindo uma coletividade cujos participantes tomam parte de maneira voluntária e consciente” (Motta, 2010, p. 130).

Logo, a definição colocada pelo SIES é, *a priori*, excludente, o que decorre de uma estratégia explícita das entidades envolvidas na discussão conceitual. Como se discutirá adiante, o mapeamento define fronteiras demasiado rígidas para os empreendimentos, em contradição à adaptabilidade e fluidez das iniciativas populares e solidárias.

Entretanto, apesar das críticas que podem ser feitas à estratégia conceitual adotada, deve-se ressaltar seu caráter de legitimação da ES, ou seja, a definição clara dos critérios permitiu dar um rosto à economia solidária, integrar os empreendimentos e as entidades em torno de um eixo comum e se afastar de definições menos claras que poderiam comprometer a legitimidade do movimento, por exemplo, ao permitir a inclusão de “falsas cooperativas” e de microempresas.

Para a construção do SIES, foram constituídas 27 Comissões Gestoras Estaduais e uma Comissão Gestora Nacional, compostas por membros dos empreendimentos, dos governos, das universidades e outras entidades de apoio e de outros movimentos sociais. No trabalho de recenseamento foram envolvidas cerca de 230 entidades, 27 coordenações técnicas estaduais e 600 pessoas (Senaes, 2012).

De um lado, a adoção de um método de pesquisa participativo e descentralizado possibilitou a melhor identificação das identidades regionais, além do fortalecimento das redes locais envolvendo entidades de apoio, EES, movimentos sociais, governos e universidades. O caráter educativo desse processo é evidenciado nas avaliações do SIES.

“Deve-se considerar que, de forma geral, a gestão participativa do SIES tem sido um processo educativo, de uma rica aprendizagem para todas as pessoas e organizações envolvidas. Sabe-se que não é fácil instituir processos participativos na gestão de uma base de informações, mas o processo de implantação do SIES demonstrou que o desejável é também possível para as políticas públicas. O modelo de gestão participativa do SIES proporcionou avanços significativos, desde a possibilidade de identificação dos empreendimentos, com a mobilização de outros atores governamentais e da sociedade civil para contribuição no processo, até a garantia de um maior grau de controle na execução das ações e na aplicação dos recursos disponibilizados.” (Senaes, 2012, p. 127).

De outro lado, o processo passou por dificuldades diversas, como morosidade nos processos de contratação e problemas administrativos junto às entidades parceiras que realizaram o trabalho nos municípios (Silva e Carneiro, 2014). Por essas razões, o mapeamento se estendeu por um período mais longo que o previsto.

“O mapeamento é feito de forma amadora, o que não é uma crítica, mas não são pessoas que estão o ano inteiro fazendo isso, são selecionados basicamente por chamada, são entidades da Economia Solidária que têm alguma capacidade de organizar levantamentos de campo. Dado a grande extensão desse nosso país, leva-se anos até que o levantamento esteja completo” (Singer, 2012, p. 53).

Além disso, o SIES não apresenta validade amostral do ponto de vista estatístico, uma vez que os EES foram identificados por meio de indicações das entidades de pesquisa e dos próprios empreendimentos. Sendo assim, a análise dos dados coletados será realizada aqui em linhas gerais, reportando os trabalhos de autores que participaram ativamente do processo de concepção dos questionários, coleta e tratamento dos dados e, por isso, complementaram as informações que constam na base de dados a outras, observadas em campo.

O mapeamento ocorreu em diversas rodadas e deu origem a duas bases de informações do SIES. O primeiro mapeamento, ocorrido entre 2005 e 2007, levantou 21.859 empreendimentos no país. Segundo Gaiger (2009), o primeiro mapeamento nacional identificou dois grupos principais de EES:

- i) aqueles empreendimentos cuja atividade representa a principal fonte de ocupação e de renda de seus integrantes e onde se verifica a socialização dos meios de produção e a coletivização do trabalho. Neste grupo estão as empresas autogestionárias recuperadas, as cooperativas agropecuárias, de reciclagem e de trabalho, os grupos informais de produção e as comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas;
- ii) os empreendimentos cuja atividade coletiva aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos integrantes. Neste grupo se encontram as associações de pequenos produtores rurais, as centrais

de comercialização, as cooperativas de habitação e de crédito, os bancos populares, os clubes de troca e as hortas comunitárias.

Segundo compilação da Senaes (2012), o primeiro mapeamento levantou as seguintes características da ES:

- Os EES envolviam cerca de 1,7 milhão de trabalhadores em todo o país e se distribuíam em 2.934 municípios, com maior concentração na região Nordeste (43,5%), seguida de Sudeste (18%), Sul (16,6%), Norte (12%) e Centro-Oeste (10%). Praticamente a metade dos empreendimentos (48%) atuava apenas na área rural, enquanto 35% atuavam em áreas urbanas apenas e 17%, em ambas as situações;
- A grande maioria dos empreendimentos identificados surgiu na década de 1990. O principal motivo da criação dos EES é a alternativa ao desemprego (46%). 44% foram criados com o objetivo de complementar a renda dos sócios e 27%, pela possibilidade de gestão coletiva da atividade⁶⁴;
- A maior parte dos EES se organizava sob a forma de associação (52%), grupos informais (36%) e cooperativas (10%);
- As atividades principais são ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (42% do total de produtos listados), produção de alimentos e bebidas (18,3%) e produtos artesanais diversos (13,9%). Esses produtos destinavam-se predominantemente ao comércio local e municipal. Apenas 7% dos EES declararam o território nacional como destino do produto, e 2% declararam exportar;
- Nas áreas rurais, predominam os empreendimentos organizados como associações e que atuam na agricultura e na pecuária. Já nas áreas urbanas, os EES se vinculam predominantemente aos setores de alimentação, confecções, artesanato, reciclagem, crédito e finanças (Ogando, 2012);
- Quanto aos resultados financeiros, 59% dos EES conseguiam remunerar seus associados. Para 38% dos empreendimentos, a

⁶⁴ Para esta questão, admitia-se mais de uma resposta por EES.

remuneração média era inferior a meio salário mínimo, enquanto para 24% esse valor ficava entre meio e um salário mínimo (Senaes, 2012)⁶⁵;

- Em relação às dificuldades enfrentadas, a maior parte dos EES as associava à comercialização (61%), ao acesso ao crédito (47%) e à ausência de assistência ou apoio técnico (27%)⁶⁶. Os dados indicam ainda a baixa construção de cadeias entre os empreendimentos: 37% declaravam comprar insumos dos associados e de outros EES ou comercializar/trocar produtos e serviços com outros EES.
- Com respeito à relação com os consumidores e com a questão ambiental, 67,4% dos EES declararam se preocupar com a qualidade de vida dos consumidores e 58,2% afirmaram ter compromisso social ou comunitário. 28,6% ofereciam produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e 31,8% reaproveitavam os resíduos. 59,4% dos EES eram integrantes de movimentos sociais e populares e 42,2%, de redes ou fóruns de ES (Senaes, 2012).

Os dados obtidos na primeira rodada do SIES subsidiaram programas e projetos da Senaes, permitindo a mobilização dos empreendimentos para as feiras periódicas e conferências, diagnósticos de demandas, seleção para projetos específicos, campanhas de divulgação da ES e a proposição de indicadores de avaliação.

Após uma avaliação do processo de construção e dos resultados do primeiro mapeamento, o questionário foi reestruturado e, a partir de 2009, retomou-se o processo de coleta de informações, o que comporia o chamado segundo mapeamento nacional (SIES 2009-2013). Nessa segunda rodada foram revisitados os EES mapeados inicialmente e incluídos novos empreendimentos, além de atualizadas as informações sobre as entidades de apoio e fomento e inseridas informações sobre as políticas públicas de economia solidária (Gaiger, 2013).

⁶⁵ Este dado deve ser avaliado considerando-se que parte dos EES busca complementar a renda dos sócios e parte não envolve a geração de renda monetária (por exemplo, empreendimentos da agropecuária, pesca e extrativismo voltados ao próprio consumo).

⁶⁶ Para esta questão, admitia-se mais de uma resposta por EES.

No segundo mapeamento, a meta era de revisita a todos os empreendimentos que compuseram a primeira rodada do SIES e a inclusão de pelo menos 25% de novos empreendimentos. O que se observou, no entanto, foi uma alteração substantiva no universo de EES recenseados. Por exemplo, em contradição ao observado no primeiro mapeamento, 65,1% dos empreendimentos que constam na segunda base de dados foram criados na década de 2000 (Silva e Carneiro, 2014). Essa diferença entre os conjuntos de EES recenseados pode ser relacionada a estratégias distintas de coleta dos dados (por exemplo, a participação de novas entidades no processo de mapeamento e um maior rigor em relação aos critérios de inclusão/exclusão), à inclusão de novos EES e à inexistência, no segundo momento, de parte dos empreendimentos incluídos no primeiro recenseamento. Sobre este último ponto, Ogando (2012) associa as dificuldades em encontrar os empreendimentos no segundo mapeamento ao fato de muitos terem deixado de existir, mudado de nome ou de endereço ou deixado de atender os critérios do SIES, por exemplo, ao se formalizar como microempresa. Além disso, parte dos empreendimentos parece ter sido cadastrada no primeiro mapeamento de forma incorreta (por exemplo, segundo o autor, alguns empreendimentos individuais teriam sido incluídos no primeiro mapeamento) ⁶⁷.

No segundo mapeamento, foram colhidas informações de 19.708 empreendimentos, número inferior ao esperado, que era de 30 mil, segundo Gaiger (2013). Seguindo a análise de Silva e Carneiro (2014), os principais resultados do SIES 2009-2013 foram:

- Assim como no primeiro mapeamento, a maior concentração de empreendimentos ocorre na região Nordeste (40,8%), mas desta vez seguida de Sul (16,7%), Sudeste (16,4%), Norte (15,9%) e Centro-Oeste (10,3%) (Silva e Carneiro, 2014). Os EES distribuíam-se em 2.713 municípios;

⁶⁷ Como observa Ogando (2012) para o mapeamento no Rio Grande do Sul, cerca de metade dos empreendimentos incluídos no primeiro mapeamento não foram encontrados na segunda fase ou deixaram de existir. Por outro lado, um número equivalente de novos empreendimentos foi acrescentado à base de informações. Ogando (2012) também associa boa parte dos novos empreendimentos a pessoas que vieram de outros EES, embora essa informação não possa ser confirmada pelas informações do questionário.

- 54,8% dos EES atuavam em áreas rurais, 34,8% em áreas urbanas e 10,4%, em ambas. Os empreendimentos foram criados principalmente para complementar a renda dos sócios (48,8%) e como alternativa ao desemprego (46,2%). 40,7% foram criados pela possibilidade de gestão coletiva da atividade, percentual bastante superior ao do primeiro levantamento⁶⁸;
- Quanto à forma de organização, 60% dos EES se configuravam como associações, 30,5% como grupos informais e 8,8% como cooperativas;
- A agricultura familiar e o artesanato apareciam como atividades predominantes;
- As informações do segundo mapeamento reiteram as dificuldades dos empreendimentos com relação à formação de redes/cadeias solidárias. No entanto, um dado inédito que aparece nesta segunda rodada é o percentual de EES que apresentam venda para órgãos governamentais (15%), dado que engloba principalmente os agricultores familiares articulados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Silva e Carneiro, 2014).

O SIES 2009-2013 reforçou o diagnóstico geral do primeiro mapeamento na maior parte dos pontos. Como ressaltam Silva e Carneiro (2014), os dados novamente evidenciam as dificuldades relacionadas à comercialização, ao assessoramento técnico e ao acesso ao crédito. No entanto, ressalte-se a identificação de um número considerável de empreendimentos, mesmo num contexto de aumento do emprego formal no país, o que revela a opção de um grande conjunto de trabalhadores pelo trabalho associativo, a despeito da conjuntura de expansão da economia.

Em 2014, foi instituído o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). O Cadsol é tratado pelos membros do movimento da ES, pelas entidades de apoio e pelos gestores públicos como um “terceiro

⁶⁸ Para esta questão, admitia-se mais de uma resposta por EES.

mapeamento”⁶⁹, embora constitua, em verdade, uma tentativa de inscrição dos empreendimentos em um cadastro nacional. Os empreendimentos cadastrados na segunda rodada do mapeamento encontram-se automaticamente inscritos no Cadsol, enquanto novos empreendimentos podem se cadastrar pela Internet, sendo incluídos mediante análise de uma comissão local. A inscrição no Cadsol permitirá ao empreendimento receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), documento que facilitaria o acesso às políticas de apoio, como o Sistema Nacional de Comércio Justo, programas de assessoria, fomento e financiamento, entre outros (Senaes, 2015). Ainda não foram divulgadas informações sobre os empreendimentos cadastrados no Cadsol.

Para Gaiger (2013), os mapeamentos nacionais trazem à luz questões cruciais para o entendimento da economia solidária no Brasil. Em primeiro lugar, os mapeamentos apontam para fatos que contrariam o senso comum, como a existência de um número bastante significativo de pessoas que se vinculam a organizações coletivas autogeridas, distanciando-se, nesse sentido, da informalidade e das cooperativas de fachada, caminho associado comumente aos trabalhadores de baixa renda que não se inserem no mercado formal. Ou seja, a associação ao movimento da economia solidária aparece como prática relevante para a população de baixa renda, mesmo em momentos de baixo desemprego e avanço do emprego formal, o que questiona o caráter residual muitas vezes associado a essas práticas.

Outro resultado relevante é o grande número de empreendimentos compostos majoritariamente por mulheres, o que marca o protagonismo feminino como característica da economia solidária. Segundo Gaiger (2013), os empreendimentos fundados ou liderados por mulheres são aqueles que apresentam maior envolvimento comunitário. Além disso, o movimento da economia solidária frequentemente trata o tema do gênero e das desigualdades

⁶⁹ Informação coletada a partir da participação em reuniões do Fórum Mineiro de Economia Solidária.

vivenciadas por homens e mulheres no mercado de trabalho e em outras instâncias⁷⁰.

Outra vertente de interpretação do mapeamento se refere às novas realidades das populações tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e outras), que baseiam suas atividades econômicas em formas primárias de sociabilidade e que se associam recentemente à Economia Solidária, aproximando suas demandas daquelas do movimento. Essas populações identificam na ES um terreno propício ao debate da sua produção econômica, que segue racionalidades distintas daquela vinculada às políticas tradicionais de trabalho e emprego.

Um movimento similar ocorre com outros públicos específicos, como as mulheres, os jovens em situação de risco, os portadores de deficiência e os beneficiários das políticas sociais. A ES aparece como uma alternativa para o público que não se encaixa ou que se insere de forma precária nos padrões de emprego assalariado.

A ES se alimenta, em grande medida, da participação anterior dos trabalhadores em instâncias coletivas, como organizações de bairro, de classe e outros movimentos sociais. O mapeamento identifica as experiências comunitárias e populares como local prioritário de surgimento da economia solidária.

“O processo de identificação dos empreendimentos, na primeira Fase do Mapeamento, bem como a fisionomia da economia solidária revelada pelos dados gerais apurados, referendam a importância de duas condições favoráveis à emergência dessas iniciativas: a) as experiências populares prévias em práticas associativas, comunitárias ou de organização de classe, nas quais se criam laços de confiança, uma identidade comum e competências para a defesa coletiva de seus interesses; b) o grau de compatibilidade entre a economia solidária e a economia popular, amoldando-se a primeira aos arranjos familiares e semi-coletivos que asseguram a subsistência dos trabalhadores e inserem-se em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência (...). Com poucas exceções, os empreendimentos solidários não substituem nem prescrevem essas formas

⁷⁰ Motta (2010) relata a maior participação de mulheres nos fóruns e mapeamentos da ES e como a temática do gênero é inserida nos debates e inclusive no vocabulário utilizado nos encontros. A importância da questão levou à inclusão de questões específicas sobre o tema no segundo mapeamento.

populares de vida econômica, mas as potencializam ao reorganizarem os fatores produtivos, materiais e humanos, num processo de metamorfose normalmente incompleto e essencialmente híbrido.” (Gaiger, 2007, p. 6).

Outro dado que surge do primeiro mapeamento é a concentração de empreendimentos no interior do Nordeste, o que sugere uma vertente associativa na região que não aparece na interpretação dominante do associativismo no Brasil, geralmente associada à imigração europeia no sul do país (Gaiger, 2013). O Nordeste e o Norte despontam como regiões de especial atenção para o estudo e a destinação de ações voltadas à ES.

Por fim, coloca-se em discussão a relação entre a solidariedade social e econômica e o sucesso ou a continuidade do empreendimento, ou seja, o fato de a solidariedade ser, em parte dos casos, um insumo relevante para a constituição e manutenção das iniciativas, podendo inclusive ser associada a critérios de eficiência e sustentabilidade⁷¹. Essa discussão origina uma vertente de estudos voltados a tipologias dos empreendimentos e à adequação do conceito de empreendedorismo à economia solidária⁷².

⁷¹ Gaiger e Correa (2010) propõem um modelo conceitual e analítico dos empreendimentos econômicos solidários, a partir de dois vetores (vetor solidário e vetor empreendedor) e quatro dimensões (autogestão, eficiência, cooperação e sustentabilidade).

⁷² Para Ferrarini e Gaiger (2010), compreender a economia solidária como mais que uma alternativa de curto prazo significa discutir as peculiaridades de sua dinâmica empreendedora. De acordo com a lógica dominante, frente ao empreendedorismo típico os EES seriam inferiores ou marginais, uma vez que apresentam baixa criação de valor, reduzidos níveis de inovação de produto e de gestão, maior aversão ao risco e precedência do critério de necessidade ao aproveitamento das oportunidades. Apesar disso, um conjunto de ‘ativos’ dos empreendimentos podem significar uma ‘capacidade empreendedora potencial’, como os saberes e a criatividade dados pela experiência dos envolvidos, a maior flexibilidade envolvida e a participação e cooperação no trabalho, capazes de reduzir custos de transação. Já para Coraggio (2008), a construção de um critério de sustentabilidade dos empreendimentos mercantis associativos deve partir da diferenciação entre a ‘sustentabilidade mercantil econômica estrita’ e a ‘sustentabilidade socioeconômica’. Enquanto a primeira foca somente a capacidade dos empreendimentos de superarem seus custos no tempo (análises custo-benefício), a segunda assume a economia social e solidária como um processo de transição, considerando a importância dos subsídios, tanto externos – governamentais e de instituições de apoio – quanto internos – recursos da unidade doméstica que são utilizados na produção, como instalações, bens de consumo, trabalho familiar não remunerado, etc.

Apesar do caráter educativo e político do processo de construção do mapeamento e das inúmeras questões teóricas iluminadas pelo SIES, as críticas aos dados são expressivas. Motta (2010) descreve a estranheza de recepção dos resultados estatísticos pelos trabalhadores constituintes dos empreendimentos, que contestavam, por exemplo, o fato de o número total de homens na ES ser superior ao de mulheres, ou de a ES ocorrer com maior frequência nas áreas rurais que nas urbanas. Alguns dados contestaram o perfil da ES que o próprio movimento reivindicava, colocando em xeque seu caráter de “censo da economia solidária” (Motta, 2010).

Motta (2010) discute ainda como o conceito de EES aproxima os empreendimentos da idéia de empresa, por exemplo, ao exigir que eles estejam associados a uma atividade produtiva permanente, em que um conjunto de insumos é convertida em produtos, e que possuam um número determinado de sócios. Essa lógica nem sempre é a da ES, que é muitas vezes marcada pela fluidez.

“A economia solidária é muito adaptável, assim como é a economia popular de um modo geral. Portanto, empreendimentos mudam muito rápido de configuração entre seus componentes e de nome. Isso é muito comum no artesanato e na alimentação, por exemplo. Um dia duas mulheres fazem comida juntas, no outro se separam e cada uma vai para o seu lado, juntam-se a outras, põem outro nome (mas não saem da economia solidária, nem das instâncias de participação) e depois já estão juntas de novo e assim por diante.” (Ogando, 2012, p. 8).

Como já mencionado, os critérios adotados no mapeamento se mostraram insuficientes para captar a complexidade dos empreendimentos, que em geral combinam atividades individuais e coletivas, permanentes e transitórias, numa fluidez que não se encaixa facilmente em esquemas classificatórios (Gaiger, 2013). Ogando (2012) relaciona a dificuldade de apreensão dos empreendimentos de economia solidária à complexidade que a caracteriza:

“Porém, há dificuldade em reconhecer a economia solidária para alguns devido à ambivalência dos arranjos produtivos (Gaiger, 2012). Por exemplo, no caso dos grupos informais a confusão se dá entre a economia informal e grupos informais de economia solidária (ex. alguns grupos que vendem produtos que não são produzidos por eles). No caso das associações, a confusão se dá entre as associações de representação e comunitárias (como

associações de mães, APAE) e as associações de fins econômicos (a maior parte dos empreendimentos econômicos solidários). E no caso das cooperativas a dúvida está entre aquelas de grande porte que são administradas como empresas e as cooperativas autogestionárias de fato (além das falsas cooperativas de trabalho, conhecidas como “cooperगतos”).” (Ogando, 2012, p. 3).

Tendo em vista a flexibilidade e adaptabilidade da economia popular solidária, o mapeamento deixa de fora um conjunto numeroso de iniciativas. Ogando (2012) cita o exemplo de dois artesãos que trabalhavam juntos e, ao se casarem, deixaram de formar um EES, já que o critério do SIES exclui os empreendimentos familiares.

Outro fato reconhecido é a não inclusão de grupos de produção que se associam mais diretamente a outros movimentos, como é o caso de uma parcela dos catadores de materiais recicláveis mais articulada à política nacional de resíduos sólidos, e mesmo os empreendimentos da agricultura familiar e da agricultura urbana.

Muitos empreendimentos não são incluídos no mapeamento, ainda, por desconsiderarem a existência da economia solidária ou por não se sentirem parte dela. A associação direta da economia solidária à política de apoio parece influenciar esse último ponto.

“Não foram raros os entrevistadores que traziam pedidos dos entrevistados para “entrar” na economia solidária (sendo que muitas vezes eram tão ou mais solidários do que outros que participam ativamente). Outros reclamavam do fato de apenas alguns receberem apoio, pois tinham contato direto com algum político. Muitos achavam que estávamos fazendo o registro do empreendimento para um projeto de política pública diretamente.” (Ogando, 2012, p. 11).

Como afirma Ogando (2012), a partir de sua própria experiência como gestor estadual e como entrevistador na construção do SIES, o que se mapeou de fato não foi o conjunto dos EES, mas aqueles que fazem parte do movimento de economia solidária, ou seja, aqueles que são “visíveis” para a política pública, por possuírem alguma relação com os fóruns ou com entidades de apoio. Ou seja, muitos empreendimentos que caberiam nos critérios do SIES não foram incluídos

por estarem “distantes” da rede constituída de produtores e de apoio à economia solidária.

De fato, a economia solidária é muito mais abrangente do que o mapeamento consegue identificar. É possível vê-la em parte da economia informal e da economia popular, nas iniciativas de caráter temporário, como hortas comunitárias e mutirões, e mesmo nas iniciativas que não tem a atividade produtiva como foco, como aquelas que se destinam à assistência. Por outro lado, reconhece-se a necessidade de estabelecer fronteiras para a economia solidária, uma vez que esta sofre distorções, muitas vezes incorporando relações hierarquizadas do tipo patronal, e, em parte dos casos, com a anuência dos trabalhadores (Ogando, 2012).

Sendo assim, embora se reconheça a incompletude do mapeamento, relacionada tanto às dificuldades operacionais quanto à rigidez dos critérios de inclusão de empreendimentos, o SIES se mostrou de grande relevância como primeira estratégia de identificação da ES a nível nacional, permitindo subsidiar ações e traçar apontamentos para uma compreensão do fenômeno da ES. O potencial dessa base de informações ainda foi pouco explorado em termos acadêmicos.

Quanto à economia popular em seu sentido mais amplo, são raros os estudos se destinam a compreendê-la do ponto de vista empírico. Kraychete (2000, 2006) tece considerações para a economia popular a partir de uma aproximação à economia informal. Já Tiriba (2003) faz uma análise dos trabalhadores da rua em Angra dos Reis, identificando-o como um subgrupo da economia popular. Além disso, são encontrados na literatura estudos de caso sobre cooperativas populares, quase sempre numa perspectiva muito mais próxima da autogestão e da economia solidária⁷³.

Na próxima seção, é apresentada uma tentativa de leitura da economia popular a partir dos dados dos Censos Demográficos. Discutem-se as possibilidades de aproximação da economia popular por meio das pesquisas

⁷³ Ver, por exemplo, Santos e Deluiz (2009).

domiciliares e as potencialidades dessa estratégia empírica. Assumindo a economia popular como um grupo mais amplo e heterogêneo que a economia solidária, quais seriam as interseções entre essas leituras e quais as principais diferenças identificadas a partir dos dados secundários?

3.3 O que dizem os Censos Demográficos

Nesta seção, busca-se contribuir para a discussão sobre a configuração contemporânea da economia popular e solidária no Brasil, procurando enxergá-la nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Este exercício se justifica pela defesa, exposta nos capítulos anteriores, de reconhecimento da economia popular como elemento constituinte de nossa economia e orientador de novas leituras econômicas que permitam proposições inovadoras e modos de regulação alternativos. É justificado, ainda, pela inexistência de sistematizações mais amplas sobre essa economia no Brasil.

De modo mais geral, pretende-se partir dos dados domiciliares para caracterizar os trabalhadores da economia popular e suas relações, explícitas nos processos de trabalho, em suas configurações domiciliares e sua distribuição regional. Que função cumpre a economia popular na reprodução das famílias, e no todo do sistema econômico? E que modificações se deram nesta economia nos anos recentes, com os movimentos de reconfiguração produtiva e as transformações significativas no mercado de trabalho? Quais são seus principais atores, como se organizam em torno da unidade familiar e quais os meios a partir dos quais organizam sua reprodução?

Propõe-se ainda um diálogo com os mapeamentos nacionais da economia solidária, no sentido de identificar quais são as realidades da economia popular e solidária que não são consideradas parte da ES. Assumindo a economia popular como um grupo mais amplo e heterogêneo que a economia solidária, quais seriam suas interseções e suas diferenças?

A escolha pelo Censo Demográfico se deu por sua cobertura regional, uma vez que abrange as áreas rurais e apresenta representação amostral no nível municipal. Tendo em vista a inexistência de sistematizações amplas sobre a economia popular no Brasil, bem como a heterogeneidade que marca essa economia, do ponto de vista dos trabalhadores e de sua configuração regional, acredita-se que a leitura a partir dos Censos Demográficos é a mais adequada. Além disso, a análise dos dois pontos do tempo (2000 e 2010) possibilita uma visão das grandes mudanças ocorridas na primeira década deste século.

3.3.1 Construção metodológica

A economia popular e solidária constitui realidade de difícil apreensão por meio das pesquisas amostrais existentes, uma vez que as categorias dessas pesquisas se orientam por critérios em princípio incompatíveis com tal formalização teórica. As pesquisas não permitem identificar diretamente, por exemplo, as cooperativas e associações, as organizações econômicas populares pautadas na solidariedade, ou mesmo as unidades produtivas familiares.

Sendo assim, o primeiro esforço foi o de elaboração de uma metodologia de identificação da EP nos dados dos Censos Demográficos. Para essa construção, partiu-se da tipologia de Hirata e Machado (2007) para o setor informal, que foi adaptada para se chegar a uma aproximação da economia popular. São combinadas informações do setor de ocupação do trabalhador com sua posição na ocupação e, ainda, a composição do trabalho na família. O detalhamento desta construção metodológica é apresentado no Anexo A.

Buscou-se identificar as unidades produtivas segundo o número de trabalhadores envolvidos dentro do domicílio. O Quadro 1 resume o procedimento de chegada a essas unidades produtivas, que são denominadas: i) unidade doméstica individual, quando o trabalhador atua sozinho em relação aos demais

membros do domicílio; ii) unidade doméstica familiar, quando mais de um trabalhador do domicílio atuam na mesma ocupação ou em ocupações próximas⁷⁴.

Quadro 1 – Construção do recorte da economia popular, segundo unidades domésticas

Unidade produtiva	Construção a partir de variáveis de ocupação dos Censos Demográficos
Unidade doméstica individual	- Trabalhador por conta própria atuando sozinho; - Trabalhador para o próprio consumo atuando sozinho.
Unidade doméstica familiar	- Trabalhadores por conta própria (2 ou mais) do mesmo domicílio atuando na mesma ocupação ou em ocupações próximas; - Trabalhador(es) por conta própria do mesmo domicílio atuando na mesma ocupação ou em ocupações próximas, com o auxílio de trabalhador(es) não remunerado(s); - Trabalhadores na produção para o próprio consumo (2 ou mais) do mesmo domicílio atuando na mesma ocupação ou em ocupações próximas; - Empregador(es) do mesmo domicílio atuando na mesma ocupação ou em ocupações próximas, com o auxílio de trabalhador(es) não remunerado(s) ou empregado(s) sem carteira residentes no domicílio e em ocupações próximas.

Fonte: Elaboração própria.

Grosso modo, a análise proposta se baseia numa divisão da força de trabalho ocupada em cinco grandes grupos de trabalhadores:

- A economia popular, composta pelas unidades domésticas individuais ou familiares, segundo descrição do Quadro 1;
- A economia informal, composta pelos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores na produção para o próprio consumo que não foram considerados parte da economia popular;
- Os trabalhadores domésticos;
- A economia formal, composta pelos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada e pelos profissionais liberais;

⁷⁴ Como ocupações próximas, são consideradas as ocupações dentro de cada grupo definido no Quadro 2, apresentado adiante.

- A economia do setor público, composta pelos trabalhadores estatutários e pelos militares.

O foco do exercício empírico é colocado sobre as unidades produtivas de pequeno porte amparadas no fundo de trabalho e em recursos próprios. Acredita-se que esse conjunto de trabalhadores se aproxima das definições de Razeto (1993) e Coraggio (1994, 2000) para a economia popular, uma vez que é compatível com as seguintes características:

- O exercício do trabalho é realizado a partir de meios de produção próprios, podendo contar com mão de obra familiar;
- Escala de organização pequena o suficiente para admitir relações econômicas interpessoais, não necessariamente intermediadas pelo mercado e pela concorrência;
- Ausência de relação sistemática de emprego ou assalariamento;
- Remete a unidades produtivas que se amparam no fundo de trabalho, em que os meios de produção são muitas vezes parte da reprodução familiar, e que se inserem em redes de cooperação intra e inter domiciliares.

Considerando-se ainda a grande heterogeneidade de ocupações dentro do recorte adotado, assumiu-se uma divisão em 3 grupos, que é apresentada no Quadro 2. O primeiro grupo diz respeito às ocupações na agropecuária, caça, pesca e extrativismo. O segundo abrange as ocupações do comércio e dos serviços. Já o terceiro grupo abrange a produção artesanal, a construção civil e as ocupações ligadas à indústria. A descrição completa das ocupações incluídas em cada Grupo pode ser encontrada no Anexo B.

Quadro 2 – Descrição dos Grupos de análise na economia popular

Grupos de análise	Grupo de ocupações	Ocupações consideradas (CBO-Domiciliar Censos 2000 e 2010)
Economia popular – Grupo 1	Agropecuária, caça, pesca e extrativismo	6110 a 6430
Economia popular – Grupo 2	Comércio e serviços	3761 a 3764; 5101 a 5243
Economia popular – Grupo 3	Fabricação artesanal, construção civil e indústria	7101 a 9922

Fonte: Elaboração própria.

Ao contrário do que ocorre para o conjunto de empreendimentos captados pelo SIES, não é possível identificar as iniciativas que se orientam pela solidariedade interna ou externa. Sendo assim, o recorte corresponde a uma leitura mais ampla da economia popular, possível a partir dos dados secundários.

Desse modo, nesta seção, sempre que se mencionar a economia popular, faz-se referência ao recorte acima descrito, assumindo as dificuldades metodológicas descritas no Anexo A, dados os desafios envolvidos na aproximação às categorias das pesquisas domiciliares. Ainda que não se possa associar o extrato diretamente à economia popular solidária, assumimos ser este um recorte significativo, que permite observar grandes tendências para os dois momentos de análise.

3.3.2 Participação no emprego total

Um primeiro resultado que se deve evidenciar é a estabilidade do grupo, em termos absolutos, entre 2000 e 2010, o que ocorre a despeito do aumento da participação dos postos de trabalho formais no total da economia (Tabela 1). Isso significa que a economia popular permanece como estratégia significativa de inserção para um conjunto de trabalhadores e de famílias, apesar das melhorias das condições gerais de renda, escolaridade, moradia, entre outras que se

verificam no período. Este resultado é próximo do encontrado para a economia solidária e reportado por Gaiger (2013) e Silva e Carneiro (2014).

O conjunto de trabalhadores na economia popular, segundo o recorte adotado, reunia 16,7 milhões de pessoas em 2000, correspondendo a 25,4% do total de ocupados no país. Esse grupo cresce marginalmente em termos absolutos, chegando em 2010 a 17,2 milhões de trabalhadores e 19,9% dos ocupados. A Tabela 1 retrata o processo de formalização do trabalho que ocorre ao longo da década de 2000, com um aumento expressivo da participação dos assalariados com carteira assinada e dos empregadores e autônomos. Tanto o recorte da economia popular quanto os trabalhadores domésticos e os grupos da economia informal (assalariados sem carteira, e trabalhadores não remunerados e produtores para o próprio consumo não considerados no recorte adotado) perdem participação relativa no período, embora signifiquem, em seu conjunto, uma parcela bastante significativa do total: 43,7%, em 2010, contra 53,8%, em 2000.

Tabela 1 – Trabalhadores da economia popular e em outras categorias de ocupação, Brasil, 2000 e 2010

		2000			2010			2000-2010	
		Em milhões	%	% acum.	Em milhões	%	% acum.	Em milhões	Cresc. (%)
Economia popular	Economia popular - Grupo 1	7,0	10,6	10,6	7,6	8,8	8,8	0,7	9,4
	Economia popular - Grupo 2	4,9	7,5	18,1	4,1	4,7	13,6	-0,8	-16,8
	Economia popular - Grupo 3	4,8	7,3	25,4	5,4	6,3	19,9	0,6	13,5
Trabalhadores domésticos	Domésticos	5,0	7,6	33,0	6,0	6,9	26,8	0,9	18,9
Economia informal	Assalariados sem carteira	12,2	18,6	51,6	13,4	15,6	42,4	1,2	10,0
	Outros *	1,4	2,1	53,7	1,1	1,3	43,7	-0,3	-19,4
Economia formal	Assalariados com carteira	22,4	34,2	87,9	37,1	43,0	86,7	14,7	65,3
	Empregadores e autônomos	4,2	6,5	94,4	7,0	8,1	94,8	2,7	64,4
Economia do setor público	Setor público	3,7	5,6	100,0	4,7	5,4	100,0	1,0	25,9
	Total	65,6	100,0	100,0	86,4	100,0	100,0	20,7	31,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

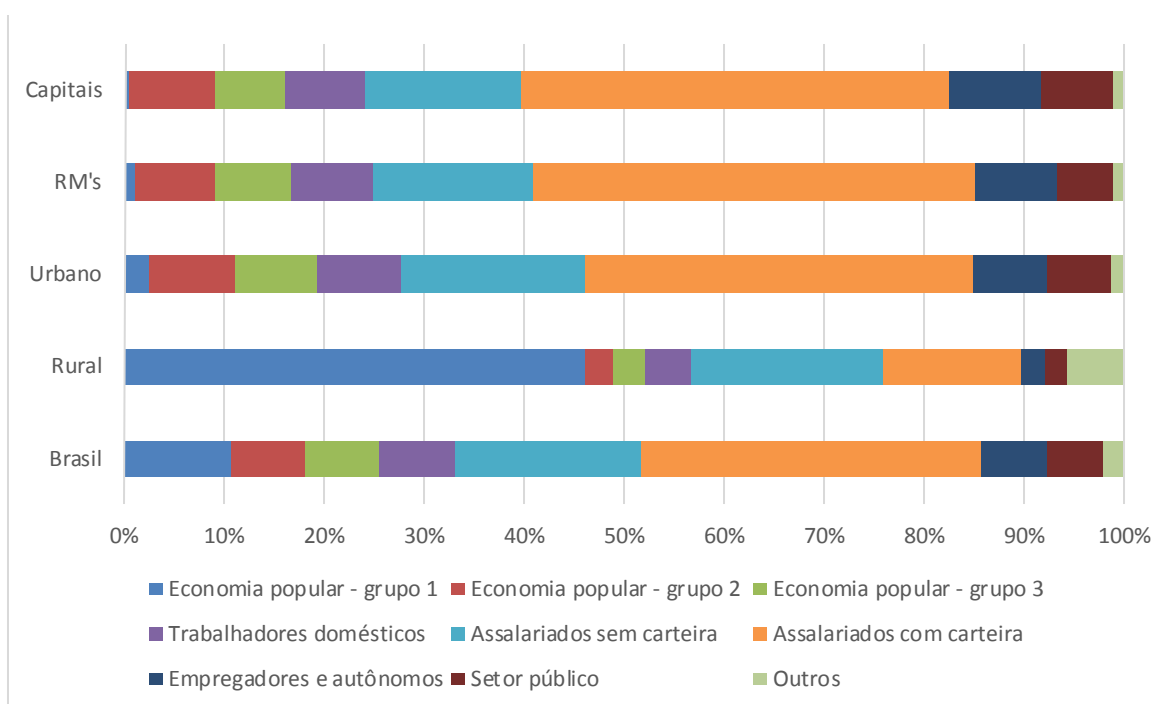
* Não remunerados e produtores para o próprio consumo não incluídos no recorte adotado para a economia popular.

Os Gráficos 1 a 4 apresentam a distribuição dos trabalhadores segundo recortes regionais. A participação da economia popular é muito significativa nas áreas rurais do país e essa importância se mantém no tempo, estando aliada, sobretudo, às atividades da agricultura e pecuária. A economia popular ocupava cerca de metade dos trabalhadores nas áreas rurais, nos dois anos.

Já nas áreas urbanas, a economia popular perde participação no período. Em 2010, a EP correspondia a 11,5% dos trabalhadores nas capitais, 13,6% nas Regiões Metropolitanas e 14,7% nas áreas urbanas. Em 2000, esses valores eram iguais a 16,2%, 16,7% e 19,3%, respectivamente. A perda de participação é relacionada ao encolhimento relativo dos Grupos 2 e 3, que correspondem às maiores parcelas da economia popular nessas áreas.

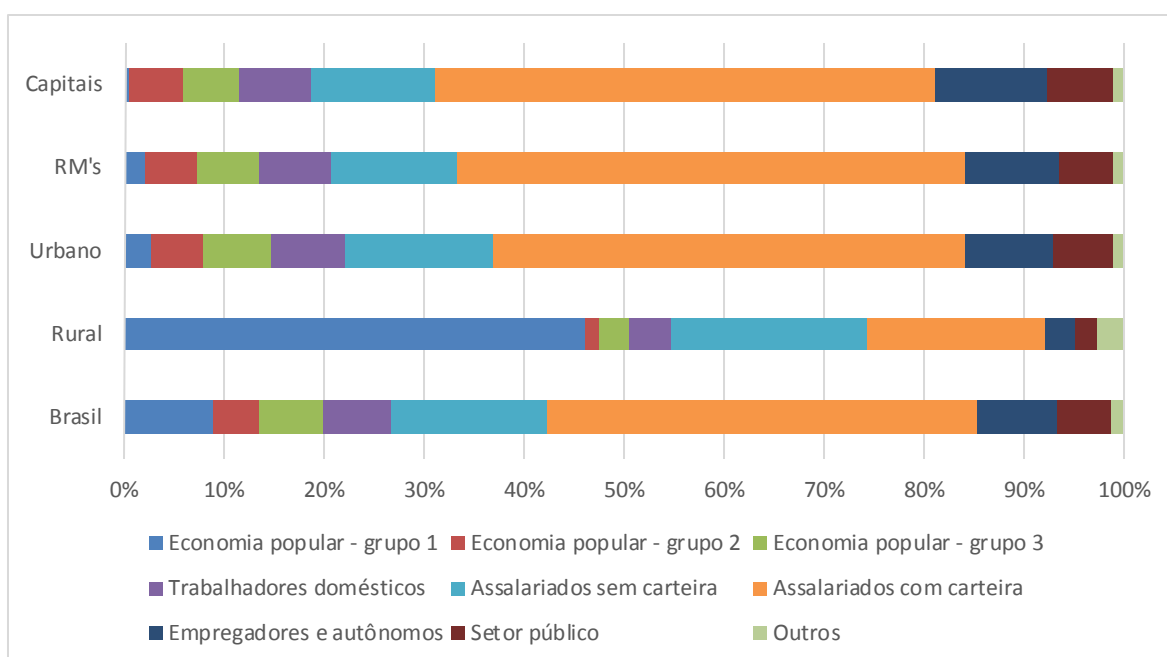
Note-se que a dinâmica dos Grupos 2 e 3 se diferencia consideravelmente entre as áreas urbanas e as rurais. Ao contrário do que ocorre nas áreas rurais, esses grupos perdem participação sobretudo nos municípios maiores, nas regiões metropolitanas e capitais, o que pode estar associado aos processos de formalização do trabalho.

Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhadores por recortes regionais, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhadores por recortes regionais, 2010

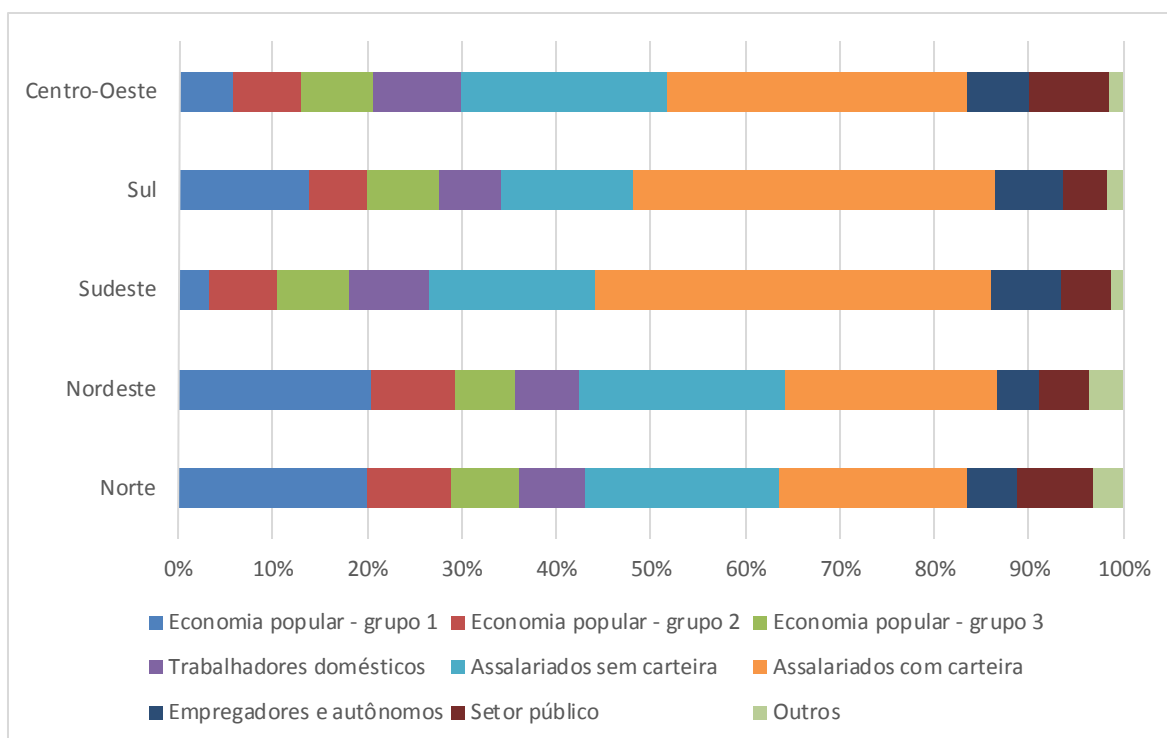


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

Para as grandes regiões, observa-se maior participação da economia popular no Norte (30,1% do total de ocupados, em 2010), seguido de Nordeste (28,1%) e Sul (20,5%). Para todas as regiões, nota-se redução de participação dos três Grupos em análise, destacando-se a queda mais significativa do Grupo 2 (comércio e serviços). O Sudeste é a região que registra menor participação da economia popular no total de ocupados (14%, em 2010, e 18%, em 2000).

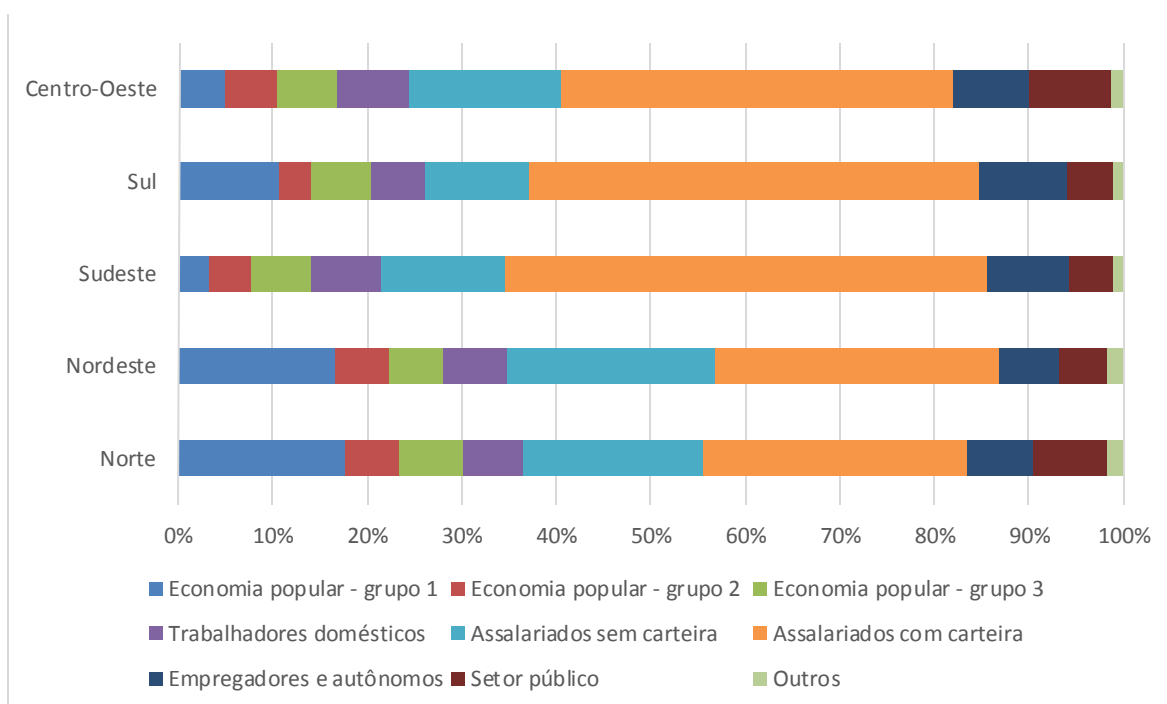
Note-se que os resultados acima vão ao encontro das informações do SIES ao revelarem um expressivo contingente de trabalhadores da economia popular nas regiões Norte e Nordeste e também na região Sul. A expressividade dessa economia nas áreas rurais também aparece nos dados do SIES.

Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhadores por grandes regiões, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Gráfico 4 – Distribuição dos trabalhadores por grandes regiões, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos trabalhadores nos municípios, segundo o tamanho da população. A participação da economia popular no total de ocupados varia inversamente ao tamanho do município, ou seja, é maior nos municípios de menor porte. Embora se apresente relevante também nas cidades com mais de 500.000 habitantes (11,6% do total de trabalhadores, em 2010), a maior perda de participação da economia popular entre os anos ocorre nesses municípios maiores.

É justamente nos municípios maiores e mais centrais (capitais e regiões metropolitanas) que ocorrem os maiores avanços no sentido do emprego formal, que ganha espaço em detrimento dos Grupos 2 e 3 da economia popular. Enquanto o grupo de ocupações ligadas ao comércio e aos serviços perde participação no período independentemente do tamanho do município, o Grupo 3 (fabricação artesanal, construção civil e indústria) perde mais participação nos municípios maiores. Deve-se ressaltar, no entanto, que a tendência, em termos absolutos, é de crescimento do Grupo 2 e retração do Grupo 3.

Tabela 2 – Distribuição dos trabalhadores por classes de municípios (tamanho da população), 2000 e 2010

			Até 20.000 habit.	20.001 a 100.000 habit.	100.001 a 500.000 habit.	Mais de 500.000 hab.	Brasil
Economia popular	Economia popular Grupo 1	2000	28,4	15,4	2,5	0,4	10,6
		2010	25,1	14,7	2,6	0,5	8,8
	Economia popular Grupo 2	2000	5,2	7,3	8,5	8,5	7,5
		2010	3,3	4,5	5,2	5,3	4,7
	Economia popular Grupo 3	2000	5,7	7,4	8,6	7,3	7,3
		2010	5,1	6,6	7,3	5,8	6,3
Trabalhadores domésticos	Domésticos	2000	6,1	7,8	8,6	7,8	7,6
		2010	5,9	6,9	7,3	7,1	6,9
Economia informal	Assalariados sem carteira	2000	22,3	20,8	16,6	15,6	18,6
		2010	21,4	18,8	12,8	12,1	15,6
	Outros	2000	3,7	2,7	1,2	1,0	2,1
		2010	1,7	1,5	0,9	1,1	1,3
Economia formal	Assalariados com carteira	2000	19,5	28,3	41,6	44,1	34,2
		2010	27,0	35,6	50,2	51,7	43,0
	Empregadores e autônomos	2000	3,5	5,3	7,2	9,0	6,5
		2010	4,7	6,5	8,6	10,7	8,1
Economia do setor público	Setor público	2000	5,6	5,1	5,4	6,5	5,6
		2010	5,9	4,9	5,1	5,8	5,4
	Total	2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		2010	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

3.3.3 Principais ocupações na economia popular

O Quadro 3 resume as principais ocupações encontradas dentro do recorte adotado. O Quadro foi construído a partir da tabela completa de ocupações com suas respectivas participações, que é apresentada no Anexo C. Note-se a grande heterogeneidade de ocupações, inclusive dentro dos subgrupos analisados.

No que diz respeito à variação entre 2000 e 2010, o Grupo 1 apresentou estabilidade quanto à composição das ocupações, ligadas predominantemente à agricultura e à pecuária. Destacam-se apenas o crescimento do grupo de

pescadores e caçadores e a perda de participação do extrativismo florestal. Note-se que este grupo é muito próximo àquele de maior expressão no mapeamento nacional da economia solidária, ou seja, os EES ligados à agricultura, pecuária, pesca e extrativismo.

Já no Grupo 3, destaca-se o crescimento das ocupações ligadas à construção civil e também os operadores de máquinas de costura (duas maiores participações no Grupo). A composição das ocupações não varia consideravelmente entre os anos e abrange, para além das confecções e da construção civil e setores relacionados, a fabricação artesanal de alimentos, os condutores de veículos particulares e as ocupações nos serviços produtivos. Neste caso, pode-se dizer que o setor de confecções e de fabricação artesanal de alimentos são os que mais se aproximam dos dados do SIES para a ES.

O Grupo 2 é aquele que sofre maiores alterações no período, em termos de composição das ocupações. O maior crescimento absoluto ocorre entre os vendedores do comércio (maior participação no Grupo para os dois anos) e as ocupações ligadas aos serviços pessoais: serviços de higiene e embelezamento (segunda maior participação no Grupo), cuidados de crianças e idosos, atendentes de enfermagem, parteiras e afins (participações mais baixas). Também apresentaram crescimento significativo o grupo de vendedores a domicílio, catadores de material reciclável, cozinheiros, camareiros, roupeiros e afins. O grupo de vendedores ambulantes apresenta queda significativa de participação no período, assim como os garçons, barmens e copeiros. No grupo 2, tem-se pouca aproximação com as atividades da ES, à exceção de algumas ocupações do ramo da alimentação e dos catadores de material reciclável.

Quadro 3 – Principais ocupações na economia popular, 2000 e 2010

Grupos de análise	Principais ocupações segundo os Censos
Economia popular – Grupo 1 (Agropecuária, caça, pesca e extrativismo)	Produtores e trabalhadores agrícolas; pescadores e caçadores; produtores e trabalhadores na pecuária; produtores agropecuários em geral; extrativistas florestais.
Economia popular – Grupo 2 (Comércio e serviços)	Trabalhadores do comércio: vendedores e demonstradores em lojas, mercados; vendedores em quiosques e barracas; vendedores ambulantes; Trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos: embelezamento e higiene; cuidados de crianças e idosos; limpeza e conservação de edifícios; serviços domésticos em geral; vigilantes e guardas de segurança; Trabalhadores dos serviços de alimentação: cozinheiros, garçons e copeiros; Outros: catadores de sucata; vendedores em domicílio; entregadores.
Economia popular – Grupo 3 (Fabricação artesanal, construção civil e indústria)	Trabalhadores do setor de confecções: operadores de máquinas de costura de roupas; trabalhadores da fabricação e instalação de artefatos de tecidos e couros; trabalhadores artesanais da confecção de roupas; operadores de tear e máquinas similares; Trabalhadores da fabricação de alimentos: padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces; Trabalhadores da construção civil e relacionados: supervisores e ajudantes de obras civis; trabalhadores de estruturas de alvenaria, madeira, metal e compósitos; trabalhadores de instalações elétricas; estucadores e gesseiros; pintores de obras e revestidores de interiores; encanadores e instaladores de tubulações; trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos; trabalhadores de caldeiraria e serralheria; marceneiros e afins; Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas: condutores e operadores polivalentes; condutores de veículos sobre rodas (transporte particular e distribuidor de mercadorias), veículos de tração animal e de pedais; trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias;

	Trabalhadores de reparação e manutenção: mecânicos de manutenção de máquinas industriais, de veículos automotores, de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica; eletricitas-eletrônicos de manutenção industrial; mantenedores de carroçarias de veículos.
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

Os resultados, do ponto de vista das ocupações que ganham espaço entre os dois anos, refletem a dinâmica econômica vivenciada na década, como o crescimento do setor de serviços, a complexificação dos processos produtivos agrícolas, o dinamismo da construção civil e o crescimento dos serviços pessoais, como os de embelezamento e cuidado com crianças e idosos. Cabe notar que as ocupações da economia popular podem atender tanto a uma demanda local, como no caso da fabricação artesanal de alimentos, das confecções ligadas a pequenos consertos e da reciclagem, como se inserir em processos produtivos mais complexos e internacionalizados, como no caso das trabalhadoras das confecções que produzem peças para grandes marcas internacionais, os serviços mecânicos e a construção civil que atende a grandes empresas, o comércio revendedor de produtos industriais, etc.⁷⁵.

3.3.4 Características sócio demográficas dos trabalhadores e características do trabalho

A Tabela 3 apresenta as características sócio demográficas dos trabalhadores nos dois anos de análise. Em linhas gerais, os dados revelam os grandes processos que envolvem o mercado de trabalho na década, como o aumento da participação da mulher, a elevação da idade média dos trabalhadores e dos níveis de escolaridade, além do processo de formalização.

⁷⁵ Não existem nos Censos Demográficos informações sobre o destino da produção e os vínculos da cadeia produtiva. Uma análise mais detalhada dos subgrupos de ocupação é apresentada na seção 3.3.6.

Observa-se que a participação das mulheres cresce para todas as categorias de ocupação, no entanto, o crescimento mais expressivo ocorre para os 3 grupos da economia popular, para os trabalhadores sem carteira e para os empregadores e autônomos. A economia popular, o grupo de trabalhadores domésticos e os grupos da economia informal absorvem de forma muito significativa a força de trabalho feminina, o que pode estar relacionado tanto à associação do trabalho feminino a ocupações precárias quanto às possibilidades de trabalho em bases mais flexíveis, possibilitando conciliar o cuidado com os filhos e parentes idosos e as tarefas domésticas.

A economia popular se aproxima das categorias da economia informal e dos trabalhadores domésticos quanto às variáveis de escolaridade e cor/raça, indicando a dicotomia entre um mercado de trabalho formal que ocupa majoritariamente os trabalhadores brancos e escolarizados, e um informal e popular, que ocupa maior parcela de pretos, pardos e indígenas e de baixa escolaridade. Nota-se, no entanto, grande avanço nos níveis de escolaridade dos trabalhadores, sendo que os maiores avanços ocorrem entre os grupos da economia popular, domésticos e assalariados sem carteira. Contudo, estes grupos eram os que possuíam os menores níveis de escolaridade em 2000 e são os que se mantêm na condição menos favorável.

Quanto às características do domicílio (Tabela 4), os dados revelam os ganhos significativos nas condições de moradia, como redução da densidade morador-cômodo, maior percentual de moradias adequadas, existência de energia elétrica e presença de bens de consumo. Observa-se que o maior avanço nesses quesitos se deu nas categorias da economia popular, trabalhadores domésticos e para as categorias do trabalho informal, para as quais os valores iniciais (referentes a 2000) eram os mais baixos. Esse ganho significativo deve se refletir nas condições de trabalho dos trabalhadores, uma vez que se assume que a produção se dá em torno da família e dos bens de reprodução. Em especial, a presença de energia elétrica, linha telefônica e de bens de consumo como microcomputador e geladeira influenciam diretamente o trabalho no próprio domicílio.

No que se refere às características do trabalho (Tabela 5), duas questões parecem diferenciar os trabalhadores da economia popular dos demais. A primeira

diz respeito aos percentuais mais elevados de pessoas que trabalham no próprio domicílio (que chega a 50% para o Grupo 1). A segunda se refere aos valores de rendimento do trabalho e rendimento domiciliar *per capita*⁷⁶. Enquanto esses valores são inferiores aos da economia formal, nota-se que, à exceção do Grupo 1, eles parecem superiores aos dos trabalhadores domésticos e assalariados sem carteira. Ou seja, a inserção na economia popular confere rendimentos médios maiores que os da economia informal.

⁷⁶ Os valores de rendimento referentes a 2010 foram deflacionados segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com base em setembro de 2010. No entanto, o deflacionamento a partir de um índice nacional dificulta a análise entre os subgrupos de ocupação, uma vez que a distribuição regional difere entre estes, além de se tratarem de grupos distintos com relação ao perfil de consumo. Por este motivo, os dados de rendimento de 2000 não são tratados em detalhes, assim como o crescimento real entre os anos.

Tabela 3 – Características individuais dos trabalhadores, Brasil, 2000 e 2010

Características dos trabalhadores	Economia popular – Grupo 1		Economia popular – Grupo 2		Economia popular – Grupo 3		Trabalhadores domésticos		Assalariados sem carteira		Assalariados com carteira		Empregadores e autônomos		Setor público		Outros		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Mulher (%)	25,1	34,5	46,3	55,4	15,9	18,7	92,5	92,7	29,0	35,8	35,3	38,6	29,6	38,4	53,0	55,8	48,7	64,5	37,7	42,3
Pretos, pardos e indígenas (%)	53,6	57,8	42,9	50,1	44,0	51,6	55,8	60,8	50,3	57,2	38,0	45,4	22,7	31,3	40,1	44,0	51,1	51,5	43,5	48,9
Idade (média)	38,8	41,4	38,7	40,4	39,0	41,7	33,0	38,5	31,2	33,7	3,4	34,8	40,6	42,2	36,8	40,7	27,5	33,1	34,9	37,1
Natural da UF de residência (%)	87,9	89,2	76,2	78,7	76,3	78,9	74,2	77,3	81,3	84,3	78,1	81,5	77,4	79,8	81,6	82,1	88,1	85,4	79,5	82,0
Natural do município de residência (%)	69,7	69,2	45,2	49,7	46,6	49,9	43,8	48,6	56,7	59,6	50,1	55,3	48,1	50,8	53,4	53,4	68,5	61,2	52,7	55,8
Responsável pelo domicílio (%)	52,3	46,1	51,0	46,9	65,9	57,4	25,1	37,3	41,5	39,6	50,0	43,5	63,1	52,8	45,9	50,6	8,8	18,6	47,8	44,5
Nível de instrução (%)																				
Sem instrução e fundam. incompleto	89,1	79,3	56,8	42,9	68,5	56,2	76,6	61,1	59,4	47,3	38,4	26,5	23,0	22,7	19,7	9,4	67,3	58,3	51,7	38,6
Fundamental completo e médio incompleto	7,3	12,2	20,3	21,8	18,6	21,4	17,3	21,9	19,3	19,9	20,8	18,6	14,4	14,0	14,6	7,8	14,6	19,2	17,9	17,9
Médio completo e superior incompleto	3,2	7,7	20,3	31,1	12,0	20,8	6,0	16,5	17,6	26,0	31,2	40,2	33,4	33,3	39,8	36,3	15,5	18,0	22,4	30,8
Superior completo	0,4	0,8	2,5	4,2	0,9	1,6	0,1	0,5	3,6	6,8	9,6	14,6	29,2	30,0	25,9	46,4	2,7	4,5	7,9	12,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Tabela 4 – Características dos domicílios, Brasil, 2000 e 2010

Características do domicílio	Economia popular – Grupo 1		Economia popular – Grupo 2		Economia popular – Grupo 3		Trabalhadores domésticos		Assalariados sem carteira		Assalariados com carteira		Empregadores e autônomos		Setor público		Outros		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Densidade morador-cômodo (média)	1,1	0,9	0,8	0,7	0,9	0,8	1,0	0,8	1,0	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6	1,1	0,8	0,9	0,7
Adequação da moradia (%)	4,3	84,6	45,7	99,3	41,6	99,0	33,1	98,5	33,0	96,5	52,3	99,4	67,0	99,3	54,9	99,4	23,6	93,4	41,3	97,5
Existência de energia elétrica (%)	69,5	92,6	98,5	99,7	97,8	99,5	97,6	99,4	93,8	98,5	99,1	99,8	98,0	99,6	98,5	99,8	77,9	97,4	94,2	98,9
Existência de geladeira (%)	50,0	79,9	91,2	96,5	89,7	96,1	85,0	95,0	79,0	91,8	95,1	98,3	95,4	98,0	94,4	98,8	62,3	91,4	85,2	95,1
Existência de máquina de lavar (%)	8,8	17,4	37,0	52,7	33,6	48,2	24,7	41,8	26,1	37,0	44,9	60,8	66,4	73,9	48,0	65,9	23,9	43,1	35,7	51,9
Existência de linha telefônica (%)	7,2	65,7	48,0	94,6	41,9	92,8	28,0	91,1	31,2	86,5	52,2	96,5	76,1	97,1	61,3	97,6	28,4	84,9	42,2	91,5
Existência de rádio (%)	80,4	78,6	89,8	82,1	90,0	82,8	88,7	82,7	86,8	79,1	93,9	85,9	94,6	87,1	92,7	86,2	85,1	82,0	90,0	83,7
Existência de televisor (%)	52,2	85,6	53,7	97,5	57,9	96,8	63,6	96,6	58,5	94,7	51,8	98,2	30,8	98,3	46,5	98,7	46,1	93,4	52,8	96,3
Existência de microcomputador (%)	1,2	10,4	10,0	45,1	6,7	37,7	5,2	28,9	8,2	33,2	16,0	54,4	39,5	70,5	23,2	72,0	11,8	38,0	12,9	46,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Tabela 5 – Características do trabalho, Brasil, 2000 e 2010 (continua)

Variáveis do trabalho	Economia popular – Grupo 1		Economia popular – Grupo 2		Economia popular – Grupo 3		Trabalhadores domésticos		Assalariados sem carteira	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Hs. trab. por semana no trab. princ. (média)	40,5	34,2	44,9	38,8	45,8	41,5	42,1	36,2	43,7	38,7
Possui mais de um trabalho (%)	2,4	4,7	2,9	3,4	2,4	3,1	3,1	4,5	2,8	3,8
Trabalha no próprio domicílio (%)	-	50,0	-	42,9	-	30,5	-	24,0	-	17,4
Rendimento no trabalho principal (R\$) (média) *	657,38	353,09	1106,28	974,48	1045,57	1009,00	355,40	465,46	641,18	703,48
Rendimento em todos os trabalhos (R\$) (média) *	357,12	363,08	1073,63	995,07	1041,91	1028,09	360,13	478,43	655,43	732,08
Rendimento domiciliar per capita (R\$) (média) *	257,97	411,67	718,46	852,62	563,31	706,93	452,39	660,64	524,01	673,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

* Valores de rendimento deflacionados segundo o INPC (setembro 2010 = 100)

Tabela 5 – Características do trabalho, Brasil, 2000 e 2010 (fim)

Variáveis do trabalho	Assalariados com carteira		Empregadores e autônomos		Setor público		Outros		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Hs. trab. por semana no trab. princ. (média)	44,7	42,0	45,1	41,1	38,0	37,3	33,3	22,7	43,4	39,7
Possui mais de um trabalho (%)	3,3	3,7	7,2	7,2	8,7	11,7	1,4	1,9	3,5	4,5
Trabalha no próprio domicílio (%)	-	14,6	-	33,4	-	11,2	-	69,3	-	23,2
Rendimento no trabalho principal (R\$) (média) *	1237,41	1288,78	4210,42	2984,75	1688,45	2407,59	0,00	0,00	1219,85	1206,24
Rendimento em todos os trabalhos (R\$) (média) *	1275,22	1332,28	4394,94	3142,77	1795,39	2590,92	2,18	3,69	1164,41	1255,99
Rendimento domiciliar per capita (R\$) (média) *	824,58	1038,79	2505,42	2445,12	1160,83	1916,84	555,96	738,58	774,45	1027,45

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

* Valores de rendimento deflacionados segundo o INPC (setembro 2010 = 100)

3.3.5 Arranjo ocupacional e de rendimentos intra-domiciliar

A Tabela 6 apresenta características do arranjo ocupacional e de rendimentos dentro dos domicílios para os trabalhadores em cada categoria de ocupação. Em grandes linhas, observa-se que os trabalhadores no recorte adotado residem em domicílios com maior número de moradores e com maior percentual de crianças e de idosos. Isso indica uma maior razão de dependência dentro dos domicílios com trabalhadores da economia popular, o que sugere estratégias de trabalho diferenciadas, que permitam, por exemplo, conciliar a ocupação ao cuidado com os filhos e parentes.

Outro resultado revelador diz respeito à distribuição das ocupações dentro da família: para os três recortes adotados, mais de dois terços dos trabalhadores ocupados no domicílio, em média, estavam na economia popular. Este dado aponta o peso da economia popular na estratégia de reprodução familiar, e não apenas individual, indicando, por exemplo, a transmissão intergeracional da profissão e o trabalho no próprio domicílio envolvendo mais de um membro da família.

Nota-se ainda um elevado percentual de trabalhadores na economia popular que eram alvo de transferências do programa Bolsa Família ou PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no ano de 2010. Esse fato reforça a característica da economia popular de agregar os trabalhadores de baixa renda e a necessária articulação da temática da economia popular às políticas de transferência direta de renda, como já considerado no âmbito do governo federal.

Tabela 6 – Características do arranjo de ocupações e rendimentos intra-domiciliar, Brasil, 2000 e 2010 (continua)

Características dos trabalhadores	Economia popular – Grupo 1		Economia popular – Grupo 2		Economia popular – Grupo 3		Trabalhadores domésticos		Assalariados sem carteira	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Responsável do sexo feminino (%)	8,9	22,5	22,1	37,3	15,0	31,0	34,1	48,8	21,8	37,4
Presença de cônjuge no domicílio (%)	87,3	84,0	78,2	74,4	83,4	78,0	68,0	64,2	76,0	71,9
Responsável preto, pardo ou indígena (%)	53,5	57,6	43,1	50,2	43,8	51,5	53,8	59,8	50,4	57,3
Idade do responsável (média)	48,8	49,6	45,0	45,7	44,6	46,0	43,9	44,6	44,0	44,1
Nível de instrução do chefe (%)										
Sem instrução e fundamental incompleto	94,4	84,8	64,5	48,2	74,1	58,7	79,3	64,7	73,4	58,0
Fundamental completo e médio incompleto	3,4	8,3	15,7	19,1	14,4	18,9	10,5	17,4	11,2	15,2
Médio completo e superior incompleto	1,8	5,6	16,3	27,1	10,0	19,5	6,8	14,7	11,0	19,8
Superior completo	0,4	1,2	3,3	5,5	1,4	2,8	3,4	3,2	4,0	6,8
Número de pessoas no domicílio (média)	5,1	4,4	4,2	3,8	4,4	3,9	4,7	4,0	4,7	4,1
% de ocupados (média)**	59,5	69,4	61,7	69,5	57,7	65,2	61,3	66,7	59,2	65,1
% de menores de 12 anos (média) *	23,1	17,4	20,4	16,2	21,0	15,9	22,5	18,0	20,6	16,8
% de adolescentes (13 a 18 anos) (média) *	14,7	12,2	12,2	10,1	11,8	10,0	14,9	12,6	14,6	12,1
% de pessoas acima de 65 anos (média) *	6,0	8,5	3,8	4,8	3,5	4,7	3,1	3,8	3,1	3,9
% de membros do domicílio na economia popular (média) **	86,0	86,0	69,9	69,6	67,9	68,0	7,9	7,0	7,1	6,0
% de membros do domicílio na econ. formal ou no setor público (média) **	4,5	6,2	14,6	20,5	14,0	19,1	18,0	23,7	14,2	17,2
% de membros do domicílio na economia informal (média) **	5,6	5,9	8,4	7,0	10,2	8,9	64,6	65,1	70,3	72,7
Existência de rendimento do PBF ou PETI (%)		41,2		15,7		17,4		24,9		25,8
Participação do rendimento do trabalho no rendimento total do domicílio (%)	74,3	55,8	87,2	86,3	89,0	86,6	86,7	85,7	87,0	82,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Nota: * Em relação ao total de moradores; ** Em relação ao total de moradores economicamente ativos.

Tabela 6 – Características do arranjo de ocupações e rendimentos intra-domiciliar, Brasil, 2000 e 2010 (fim)

Características dos trabalhadores	Assalariados com carteira		Empregadores e autônomos		Setor público		Outros		Total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Responsável do sexo feminino (%)	20,9	35,0	16,1	30,4	23,4	36,4	13,3	30,9	20,2	34,7
Presença de cônjuge no domicílio (%)	78,2	74,6	81,6	77,5	76,6	73,1	85,0	79,2	78,6	74,7
Responsável preto, pardo ou indígena (%)	38,8	46,1	22,9	31,7	40,7	44,6	51,3	52,0	43,7	49,2
Idade do responsável (média)	42,9	43,1	45,8	46,9	44,4	45,9	47,5	47,2	44,5	44,8
Nível de instrução do chefe (%)										
Sem instrução e fundamental incompleto	55,3	39,1	30,7	26,8	38,7	20,8	76,1	59,8	64,6	47,8
Fundamental completo e médio incompleto	16,1	17,5	13,4	13,6	13,9	10,3	7,4	13,8	12,8	15,8
Médio completo e superior incompleto	20,1	31,0	28,8	31,0	28,1	33,2	9,8	17,7	15,2	24,9
Superior completo	8,4	12,3	27,0	28,5	19,2	35,6	5,7	8,1	7,2	11,4
Número de pessoas no domicílio (média)	4,2	3,8	3,9	3,5	4,1	3,5	5,4	4,3	4,4	3,9
% de ocupados (média)**	60,5	67,1	63,0	71,5	60,9	68,0	66,9	79,7	60,4	67,5
% de menores de 12 anos (média) *	19,1	15,3	17,0	13,4	19,2	14,2	21,0	17,1	20,2	15,8
% de adolescentes (13 a 18 anos) (média) *	10,8	8,7	9,7	7,7	10,8	8,1	18,5	14,7	12,5	9,9
% de pessoas acima de 65 anos (média) *	2,6	3,1	4,7	5,8	3,2	4,0	4,1	7,0	3,5	4,2
% de membros do domicílio na economia popular (média) **	5,3	4,6	5,0	5,4	6,7	5,3	15,3	9,1	24,1	19,4
% de membros do domicílio na econ. formal ou no setor público (média) **	77,3	83,2	80,9	85,8	78,2	85,1	15,6	24,6	43,0	54,6
% de membros do domicílio na economia informal (média) **	9,0	8,2	7,6	5,9	7,9	6,0	10,9	11,7	24,2	21,7
Existência de rendimento do Programa Bolsa Família ou PETI (%)	-	9,0	-	6,4	-	5,6	-	27,8	-	16,3
Participação do rendimento do trabalho no rendimento total do domicílio (%)	89,3	89,7	87,7	87,6	88,1	88,8	68,0	68,1	86,4	84,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censo Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

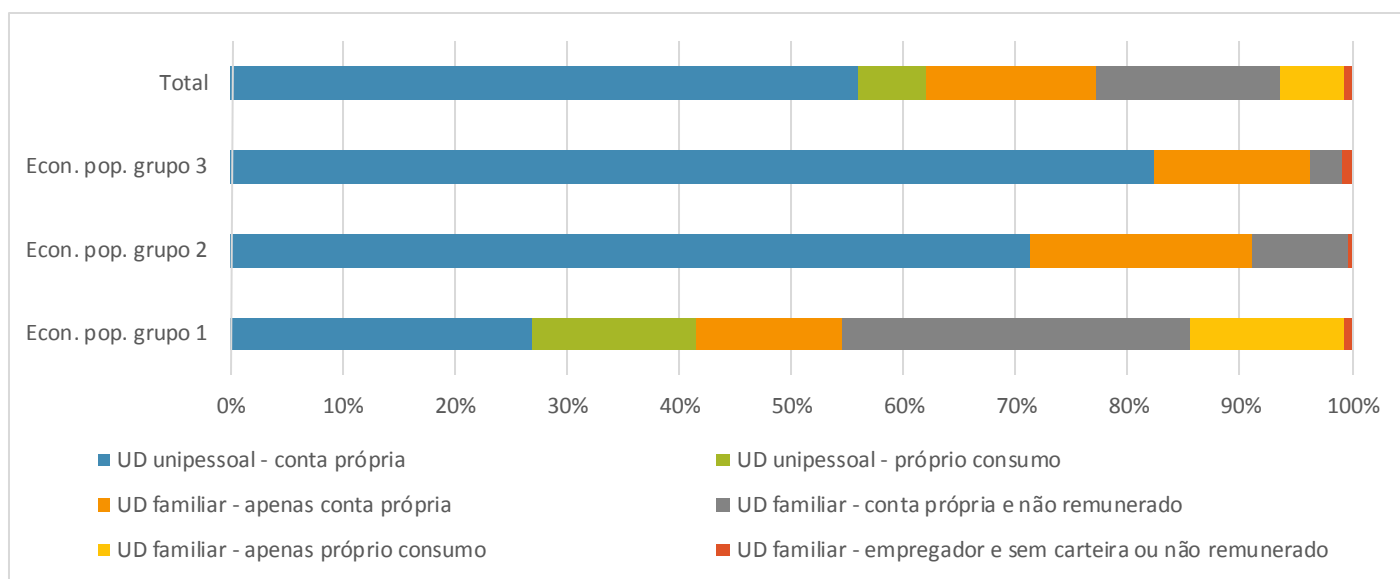
Nota: * Em relação ao total de moradores; ** Em relação ao total de moradores economicamente ativos.

3.3.6 Análise das unidades produtivas

Os Gráficos 10 e 11 apresentam a distribuição dos trabalhadores da economia popular segundo o tipo de unidade produtiva. Para os dois anos em análise, observa-se a predominância do trabalho individual por conta própria (56% do total, em 2000, e 51%, em 2010). A segunda configuração mais relevante diz respeito às unidades produtivas familiares contendo apenas trabalhadores por conta própria, ou seja, dois ou mais “sócios” no mesmo domicílio (15% em 2000 e 24% em 2010). Em 2000, era significativo ainda o conjunto de unidades familiares envolvendo trabalhadores por conta própria e não remunerados (16%); no entanto, a participação deste subgrupo cai para 4% em 2010, indicando redução expressiva do trabalho não remunerado no período.

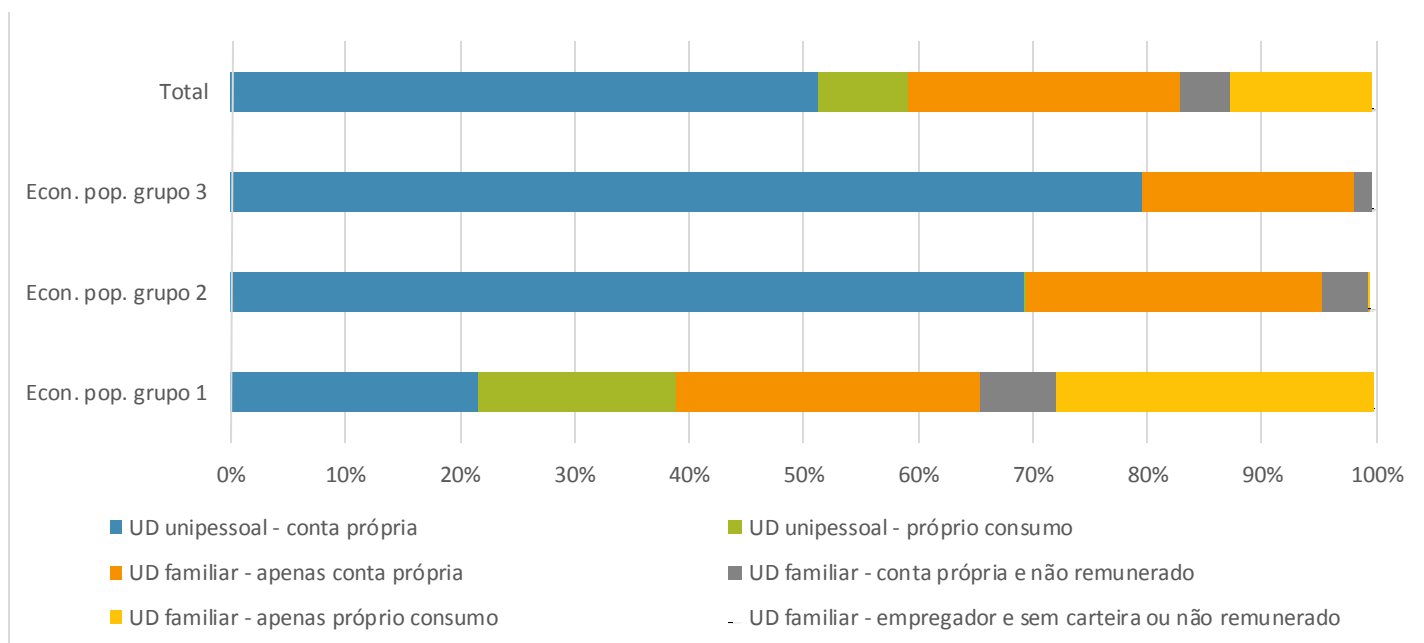
De outro lado, cresce o percentual de unidades familiares na produção para o próprio consumo (de 6 para 12% do total), o que reflete o aumento do peso relativo do Grupo 1. De modo geral, pode-se dizer que, entre os anos, as estratégias individuais perdem peso relativo em relação às estratégias familiares: as unidades familiares compunham 38% do total de trabalhadores em 2000 e passam a 41% em 2010.

Gráfico 5 – Composição dos grupos de ocupação por tipos de unidades domésticas, Brasil, 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Gráfico 6 – Composição dos grupos de ocupação por tipos de unidades domésticas, Brasil, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

3.3.7 Análise de subgrupos de ocupação selecionados

Nas Tabelas 7 e 8 são apresentadas estatísticas de um conjunto selecionado de variáveis para doze subgrupos de ocupação que se mostraram mais relevantes dentro do recorte da economia popular, segundo a análise anterior. O Gráfico 7 apresenta o crescimento absoluto do número de trabalhadores nestes subgrupos, entre os anos.

O maior dos subgrupos é o referente às ocupações da agricultura e pecuária: agregava 7,1 milhões de trabalhadores em 2010 e cresceu cerca de 10% no período, em termos absolutos. Apresentava maior incidência nas áreas rurais e municípios pequenos e ocupava majoritariamente homens (embora a participação feminina tenha se elevado no período). Para os trabalhadores deste subgrupo, grande parte dos membros do domicílio se ocupa na economia popular. Note-se ainda baixo percentual de trabalhadores com ensino médio completo e baixo rendimento monetário médio. Este perfil é próximo do encontrado para os subgrupos de ocupações ligadas ao extrativismo vegetal, caça e pesca, que apresentam menor expressão.

Entre 2000 e 2010, a construção civil passa a ocupar o posto de segundo maior subgrupo, que era ocupado em 2000 pelo subgrupo de vendedores (ambulantes, em domicílio, em quiosques e barracas e em comércios). Este subgrupo era composto basicamente por homens e possuía maior incidência nas áreas urbanas. Apresentou o segundo maior crescimento absoluto no período (37%) e ocupava 2,8 milhões de pessoas em 2010.

Próximos das características da construção civil estão os subgrupos ligados aos transportes e mecânica de automóveis. Essas ocupações reuniam 1,1 milhão de trabalhadores em 2010 e este número se manteve estável no período. Tais subgrupos também ocupam majoritariamente homens, apresentam rendimento elevado em relação à média da economia popular, e estão mais associados ao trabalho fora do domicílio de residência.

O subgrupo de vendedores sofreu redução no período (-24%) e chega a 2,4 milhões de trabalhadores em 2010. Esta queda é causada principalmente pela diminuição do grupo de vendedores ambulantes. Este subgrupo apresenta maior incidência em áreas urbanas e composição mista entre homens e mulheres. Apresenta ainda níveis relativamente elevados de escolaridade e de rendimento.

Já o subgrupo relativo aos serviços pessoais (embelezamento e cuidados pessoais) cresce 64% no período, ocupando quase 1 milhão de trabalhadores em 2000. É um subgrupo majoritariamente urbano e feminino. Cerca de metade dos trabalhadores atua no próprio domicílio e os índices de escolaridade e rendimento são superiores à média da economia popular.

Outro subgrupo composto em sua grande maioria por mulheres e urbano é o das confecções. Este subgrupo se destaca por ter o maior percentual de trabalhadores atuando no domicílio de residência (85%, em 2010). Teve crescimento absoluto de 18% no período e reunia 680 mil trabalhadores em 2010.

Os subgrupos ligados à alimentação (serviços e fabricação de alimentos) também são compostos em sua maioria por mulheres (embora em menor proporção, em relação aos dois subgrupos discutidos anteriormente). Ocupam cerca de 500 mil pessoas e mais da metade dos trabalhadores atuam no próprio domicílio.

Por fim, o subgrupo de catadores de materiais foi o que apresentou maior crescimento absoluto na década (95%), embora seja o menor entre os subgrupos (102 mil pessoas, em 2010). É predominantemente masculino e apresenta baixos níveis de rendimento. Esses trabalhadores atuam, em sua maioria, fora do domicílio.

Tabela 7 – Características dos trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2000

	Agric.e pecuária	Caça e pesca	Extrat. florestal	Comércio (vende- dores)	Serviços de embelez. e cuidados pessoais	Serv. de alimentação	Catadores de material reciclável	Const. Civil	Confec- Coes	Fabric.de alimentos	Trans- portes	Mecânicos de automóveis
Nº de trab. (mil.)	6502,5	271,1	186,7	3211,1	578,0	676,0	52,5	2056,5	575,5	154,6	868,4	258,1
Part. no emprego (%)												
Áreas rurais	43,8	1,1	1,2	1,8	0,1	0,5	0,0	1,2	0,3	0,2	0,5	0,1
Áreas urbanas	2,2	0,3	0,1	5,6	1,1	1,2	0,1	3,6	1,0	0,2	1,5	0,5
Mun. até 20000 hab.	27,0	0,7	0,6	3,4	0,5	0,9	0,0	2,2	0,6	0,3	1,0	0,3
Mun. 20000 a 100000 hab.	14,1	0,8	0,5	4,8	0,8	1,1	0,1	3,1	0,8	0,3	1,4	0,4
Mun. 100000 a 500000 hab.	2,2	0,2	0,1	5,4	1,1	1,1	0,1	4,0	1,0	0,2	1,4	0,4
Mun. acima de 500000 hab.	0,3	0,1	0,0	5,5	1,1	1,0	0,1	3,1	1,0	0,2	1,4	0,4
Mulheres (%)	25,2	8,4	45,0	41,8	79,4	45,0	21,8	0,6	93,3	41,0	2,1	1,1
Pretos, pardos e ind. (%)	52,4	74,4	67,3	42,5	39,7	41,8	54,7	48,2	37,6	41,7	37,4	39,5
Ens. médio completo (%)	0,3	0,3	0,3	2,9	1,5	1,7	0,3	0,4	1,2	1,2	1,2	0,8
Índice bens de cons. no dom. (média)	0,3	0,2	0,2	0,5	0,5	0,5	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Rendim. trabalho principal (média)	351,60	198,42	221,53	628,31	417,37	591,45	235,49	464,18	327,91	461,80	879,60	617,52
Rendim. dom. <i>per capita</i> (média)	135,20	88,68	101,77	392,71	365,27	358,69	135,40	228,99	328,47	299,17	411,70	315,03
Horas trab. (média)	40,6	39,8	38,1	45,0	39,0	53,6	43,3	45,9	38,8	43,2	51,7	48,4
Membros do dom. na econ. popular(%)*	86,3	79,8	85,0	71,0	64,2	71,6	76,1	67,5	63,8	71,3	68,4	68,7

* Em relação ao total de ocupados no domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

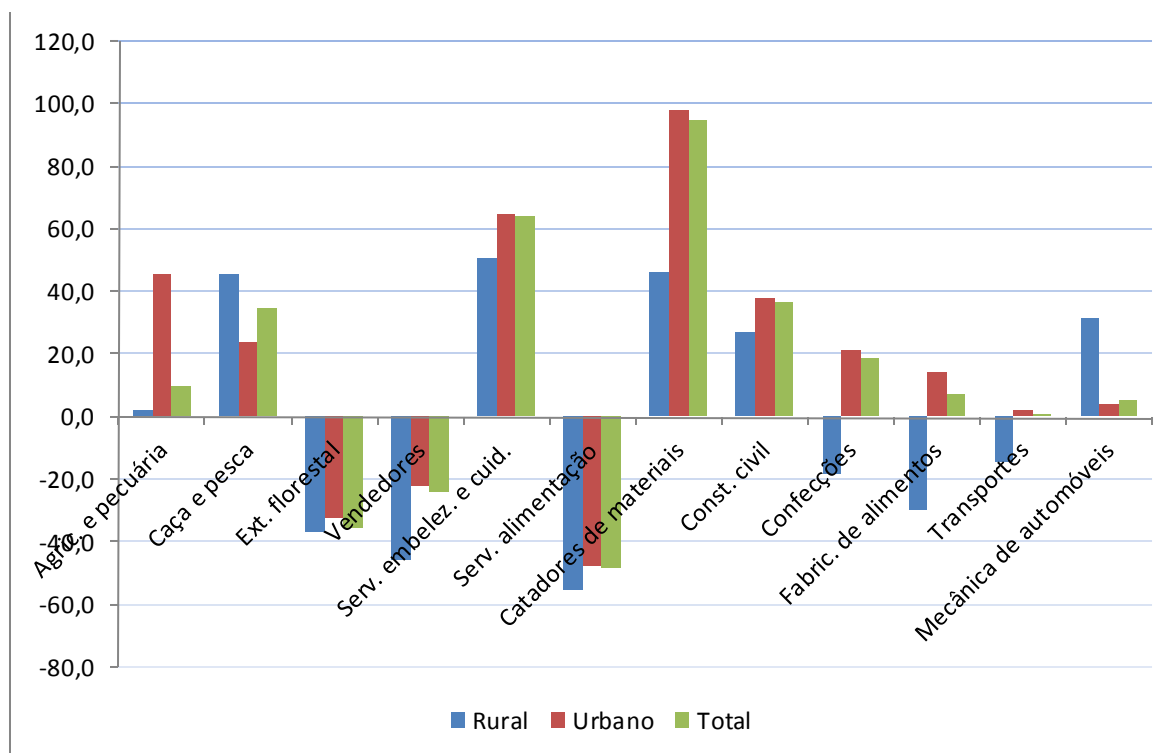
Tabela 8 – Características dos trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2010

	Agric.e pecuária	Caça e pesca	Extrat. florestal	Comércio (vende- dores)	Serviços de embelez. e cuidados pessoais	Serv. de alimentação	Catadores de material reciclável	Const. Civil	Confec- ções	Fabric.de alimentos	Trans- portes	Mecânicos de automóveis
Nº de trab. (mil.)	7135,6	365,2	119,8	2444,7	950,0	348,7	102,5	2814,7	681,6	165,5	874,4	271,9
Part. no emprego (%)												
Áreas rurais	43,7	1,6	0,7	1,0	0,2	0,2	0,0	1,5	0,3	0,1	0,4	0,1
Áreas urbanas	2,3	0,2	0,0	3,1	1,3	0,4	0,1	3,6	0,9	0,2	1,1	0,4
Mun. até 20000 hab.	24,0	0,8	0,3	2,0	0,7	0,4	0,1	2,6	0,5	0,2	0,8	0,3
Mun. 20000 a 100000 hab.	13,6	0,9	0,3	2,8	0,9	0,4	0,1	3,4	0,8	0,2	1,1	0,3
Mun. 100000 a 500000 hab.	2,3	0,2	0,1	3,0	1,3	0,4	0,2	4,0	0,9	0,2	1,1	0,3
Mun. acima de 500000 hab.	0,4	0,1	0,0	3,1	1,3	0,4	0,1	2,8	0,9	0,2	1,0	0,3
Mulheres (%)	35,2	22,2	32,1	48,2	82,2	59,9	35,2	6,2	89,1	55,1	4,8	3,6
Pretos, pardos e ind. (%)	56,6	77,3	66,7	49,5	49,2	52,3	60,2	55,3	46,2	47,6	45,7	48,2
Ens. médio completo (%)	0,9	0,2	0,5	4,9	3,4	2,5	0,5	1,2	1,9	2,6	2,2	1,5
Índice bens de cons. no dom. (média)	0,5	0,4	0,4	0,7	0,8	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8
Rendim. trabalho principal (média)	356,98	243,60	413,69	1106,49	821,95	765,81	474,59	942,98	646,12	815,36	1534,40	1118,45
Rendim. dom. <i>per capita</i> (média)	422,01	226,30	340,23	918,50	809,00	734,52	396,92	622,93	753,43	781,78	927,33	725,24
Trabalham no próprio domicílio (%)	51,7	19,9	40,2	38,6	52,3	57,4	37,5	17,5	84,9	63,2	14,4	37,2
Horas trab. (média)	34,3	33,1	34,2	39,8	36,0	40,5	36,9	41,5	36,2	38,3	46,4	43,2
Membros do dom. na econ. popular(%)*	86,1	84,5	85,2	71,5	63,8	69,5	79,9	68,0	66,5	69,3	67,4	68,3

* Em relação ao total de ocupados no domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Gráfico 7 – Variação percentual do número de trabalhadores da economia popular por subgrupos de ocupação, Brasil, 2000-2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

3.3.8 Síntese

A seguir, são resumidos os principais resultados encontrados no exercício empírico, que sugerem um perfil da EP no Brasil contemporâneo:

- A economia popular agregava um número relevante de trabalhadores na primeira década dos anos 2000, a despeito do avanço do emprego formal e do crescimento econômico da década. A participação da economia popular era mais significativa nas áreas rurais e nos municípios de pequeno porte. Do ponto de vista das grandes regiões, a economia popular se destacava no Norte e no Nordeste;

- Os trabalhadores da economia popular vivenciaram grandes avanços na década, em termos de escolaridade, condições de moradia e acesso a bens de consumo no domicílio. Esse processo pode ser associado ao avanço da urbanização e da provisão de bens de consumo coletivos que se verifica no período, podendo gerar impactos positivos sobre a organização social e sobre o trabalho. Isso é especialmente relevante se considerarmos que os meios de produção utilizados na economia popular são, muitas vezes, os mesmos utilizados no cotidiano familiar;
- Apesar dos avanços citados no ponto anterior, a economia popular se aproxima da economia informal e do trabalho doméstico quando são tratados os níveis de remuneração e os indicadores educacionais. Com relação a esses índices, este conjunto de trabalhadores se situa num polo oposto ao da economia formal e economia do setor público. Ou seja, a despeito das mudanças vivenciadas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, como a queda do desemprego e o avanço do emprego formal, o mercado de trabalho permanece marcado por expressivas dualidades;
- A economia popular se caracteriza como estratégia de trabalho familiar, o que se verifica no fato de várias pessoas no mesmo domicílio trabalharem em ocupações próximas, sugerindo a transmissão do ofício ou profissão dentro da família. Além disso, boa parte desses trabalhadores realiza o ofício no próprio domicílio. Entre 2000 e 2010, as estratégias individuais de trabalho na economia popular perdem espaço para as estratégias envolvendo mais de um membro da família;
- Entre as principais ocupações da economia popular, estão aquelas em geral voltadas aos mercados locais, como as confecções em pequena escala, cuidados pessoais, fabricação de alimentos, pequeno comércio local e reciclagem, e aquelas associadas a cadeias globais de produção, a exemplo da construção civil e das confecções relacionadas às grandes marcas. Neste caso, cabe questionar a condição de precariedade da inserção nessas cadeias;

- A economia popular absorve fortemente a mão de obra feminina, sobretudo naqueles setores ligados aos cuidados pessoais (cuidados de idosos e crianças, embelezamento), alimentação e confecções. Tendo em vista que os domicílios com trabalhadores na economia popular possuem um maior número de moradores, inclusive crianças e idosos, pode-se pensar em que medida a ocupação pelas mulheres na economia popular permite o trabalho em formas e horários mais flexíveis, que permitam conciliar as tarefas domésticas com a atividade produtiva. Deve-se questionar ainda a condição de precariedade deste trabalho feminino, sobretudo quando vinculado a cadeias produtivas de maior alcance.

Certamente, dentro das unidades analisadas podem ser identificadas práticas concorrenciais e mesmo exploratórias, tendo em vista a limitação das informações sobre o processo de trabalho e sobre os vínculos dentro das cadeias produtivas. Não é possível dizer, é claro, que todos os trabalhadores mapeados se orientam por relações de reciprocidade ou solidariedade em suas práticas econômicas cotidianas. Ao contrário, o recorte se dá em torno das unidades de produção que atuam com base em recursos próprios, com escala de produção pequena o suficiente para garantir relações de produção e consumo marcadas pela pessoalidade. Ou seja, o exercício se aproxima do conceito mais amplo de economia popular formulado por Razeto (1993) e Coraggio (2000, 2003). Esta economia popular seria o terreno mais propício à constituição de iniciativas de economia social e solidária.

Considerando este ponto, os dados indicam a relevância e o potencial da economia popular ao evidenciar o grande número de trabalhadores envolvidos, sobretudo nos municípios de menor porte, a articulação em torno da família e do domicílio e a organização em bases flexíveis. Essas características permitem que a economia popular, assim como a economia solidária, se apresente como estratégia de inserção relevante para públicos específicos, como mulheres, idosos, e as populações tradicionais. Isso é relevante mesmo num contexto de ampliação do emprego formal e queda significativa do desemprego, como se verificou na década de 2000.

Além disso, as ocupações associadas à economia popular remetem a atividades cuja demanda no período atual é crescente, como é o caso dos cuidados de crianças e idosos e da reciclagem. O mesmo ocorre para a produção artesanal, verificada no setor de confecções e alimentação. A demanda crescente pelos produtos e serviços dessas ocupações aparece como grande oportunidade para a economia popular solidária, juntamente à demanda já consolidada pelos produtos da agricultura, pecuária, pesca e extrativismo, pelos serviços da construção civil e pelos serviços produtivos.

Este perfil traçado para a economia popular apresenta aproximações aos resultados encontrados no SIES, por exemplo, quando se verifica a distribuição dos trabalhadores em grandes regiões e nas áreas urbanas e rurais. A economia popular se concentra nas regiões mais pobres no país e nos municípios menores.

Alguns setores de ocupação também aparecem em ambos os perfis, como a agricultura, pecuária, pesca e extrativismo, confecções, fabricação de alimentos e coleta de material reciclável. De outro lado, outras ocupações aparecem como mais próximas da economia popular, como a construção civil, serviços pessoais (cuidados), transportes e mecânica de automóveis. Para estes setores, onde não há uma experiência acumulada de trabalho coletivo, abrem-se possibilidades de organização em torno da economia solidária.

Em suma, os dados, embora revelem a precariedade das iniciativas, sugerem um conjunto de possibilidades para sua ampliação, avanço e articulação. Ademais, indicam potencialidades colocadas na própria configuração interna da economia popular, como sua vinculação à família e ao domicílio, relações de trabalho mais flexíveis e a aproximação a públicos específicos mais vulneráveis. Tendo em vista essas constatações e a discussão dos capítulos anteriores, o próximo capítulo discute as possibilidades colocadas para a economia popular solidária no Brasil contemporâneo.

4 POSSIBILIDADES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: APONTAMENTOS

Como discutido nos capítulos anteriores, a economia popular e solidária tem se reorganizado nos anos recentes, em função das transformações sócio produtivas, e tem se recolocado nos processos decisórios, ao ter sua visibilidade ampliada dentro das políticas públicas. De outro lado, o questionamento dos limites da sociedade de mercado e da produção massificada tem aberto espaço à produção definida em outras bases, como a artesanal, orgânica e agroecológica, solidária, ligada ao comércio justo, etc.

Apesar dos avanços identificados e da relevância da EPS no todo do sistema econômico brasileiro, tratados no terceiro capítulo, o que se observa nos dados é que essas iniciativas se apresentam desintegradas e enfrentam dificuldades diversas de articulação e de acesso a capacitação e financiamento. Em boa parte dos casos, as unidades que compõem a EPS se voltam à própria sobrevivência, não conseguindo estabelecer ganhos de produtividade ou de organização. Além disso, o espaço do fomento à EPS nas políticas públicas permanece marginal, corroborando uma leitura do sistema econômico alinhada ao pensamento convencional.

Este capítulo trata as possibilidades colocadas para a EPS dentro dessa configuração. A primeira seção do capítulo discute a configuração dos circuitos superior e inferior da economia urbana no momento atual, buscando problematizar de que modo a hibridação de recursos dos dois circuitos no território coloca possibilidades para a economia popular.

A segunda seção trata dos processos de urbanização e de como a politização do tecido social que acompanha a extensão das condições gerais de produção aos territórios abre espaços para a maior articulação em torno da EPS ao expandir as sinergias possíveis entre os modos de integração econômica.

Já a última seção trata do conceito de economia plural em conexão ao de desenvolvimento endógeno, considerando estas noções como chaves para a

compreensão do papel da economia popular dentro de outro modo de regulação das relações econômicas.

4.1 Antigas e novas relações entre os circuitos da economia urbana

As transformações contemporâneas na produção e no trabalho têm reconfigurado a economia popular e solidária. Nesse contexto, as relações entre a EPS e o circuito superior das economias urbanas têm sido crescentemente marcadas pela interdependência.

Uma leitura atual dos processos de produção e de consumo nos países periféricos revela que os circuitos superior e inferior da economia urbana, assim chamados por Milton Santos, permanecem em uma relação de subordinação. As configurações territoriais deixam claras as distinções entre os circuitos quanto a tecnologia, capacidade decisória e incentivo estatal (Silveira, 2010, 2011)⁷⁷. O circuito inferior parece se subordinar ao superior através de formas múltiplas de exploração do trabalho e dos recursos naturais.

A reestruturação territorial e produtiva que se verifica nas décadas recentes é caracterizada pela extensão das condições gerais de produção a todo o território, no processo conhecido como urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006, 2007). A expansão do tecido urbano-industrial e, conseqüentemente, das redes de serviços, transportes, infraestrutura e comunicações, permite integrar os mercados e a informação. Nesse sentido, os espaços periféricos, as concentrações urbanas, as áreas rurais, entre outras configurações sócio-espaciais, são reconfigurados. A dicotomia urbano-rural é, pelo menos virtualmente, superada, o que possibilita formas renovadas de competição e de cooperação nos territórios (Monte-Mór, 2008).

⁷⁷ Análises dos circuitos da economia para realidades específicas podem ser encontrados em Bicudo Jr (2006), Cataia e Silva (2013), Montenegro (2006), Oliveira (2008), Salvador (2011), Serpa *et al* (2007) e Trindade Jr. (2005).

Do ponto de vista do circuito superior, esse movimento permite aumentar seu controle sobre o território, o que revela um acesso privilegiado aos bens públicos e um uso hierárquico dos bens privados. É no circuito superior que estão os motores da nova divisão internacional do trabalho, pautada na técnica, ciência, informação e finanças. O crescente uso corporativo dos territórios nacionais pelo circuito superior ocorre sob a égide do meio técnico-científico-informacional.

“Trata-se de corporações globais e multissetoriais que abrangem petróleo, gás e energia, indústria automotiva, telecomunicações, mineração, siderurgia e metalurgia, comércio atacadista e varejista, e ainda bancos e seguradoras, fundos de investimento e pensão, indústrias de alta tecnologia, empresas de consultoria e outras produtoras de informação estratégica, propaganda e marketing, administração e logística, grandes importadores e exportadores, grandes grupos de entretenimento. Enfim, holdings integradas por empresas industriais, comerciais e de serviços avançados (...) que necessitam de um território moderno e, por tanto, exercem influência sobre as políticas” (Silveira, 2011, p. 4, tradução nossa).

Ao tempo em que eleva sua influência, o circuito superior concentra os processos decisórios e de gestão em áreas menores, específicas, e se distancia das atividades “banais” da cidade. Esse circuito se robustece seletivamente nas grandes cidades e nas cidades médias, enquanto as metrópoles se reforçam como centros de produção de informação e de comando (Silveira, 2011).

Nas décadas recentes, esse circuito superior cresce gerando poucos empregos e expandindo o consumo. A compra de insumos de países como a China, a preços baixos, permite reduzir os custos sem diminuir os preços finais. A influência sobre os meios de comunicação é um fator a corroborar a hegemonia do circuito superior, ao “desqualificar” marcas e produtos “superados” (Silveira, 2011).

Enquanto o circuito superior se distancia do inferior do ponto de vista de suas características, fomenta um conjunto de atividades pelas quais o capital hegemônico não se interessa *a priori*, ligadas ao chamado circuito superior

marginal⁷⁸, que ganha espaço e se fortalece. Trata-se dos serviços produtivos e da produção de insumos intimamente ligados à técnica e organização do circuito superior (transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, assessoria, propaganda, produção de certos insumos). São atividades concentradas nas metrópoles e nas cidades médias onde o circuito superior avança (Silveira, 2010, 2011)⁷⁹.

As interdependências entre os circuitos, entretanto, parecem maiores, como evidenciam, por exemplo, as localizações de cadeias comerciais em áreas periféricas de consumo popular, antes reservadas aos pequenos capitais, o crédito agora concedido pelos grandes bancos às camadas mais empobrecidas, o uso das técnicas contemporâneas nas atividades do circuito inferior como telefonia móvel, informática, câmeras, entre outros (Silveira, 2004). Montenegro (2006) aponta ainda o crescente uso da publicidade – cartões de visitas, banners, pequenos anúncios - e o acesso ao sistema bancário –uso de cheques e cartões de crédito e débito - pelo circuito inferior.

Como descrito no capítulo anterior, é na economia popular, e também na economia informal, que se dão os maiores avanços recentes em termos de acesso a bens e serviços, condições de moradia e níveis de escolaridade formal. A integração da economia popular às redes de comunicação e de transportes implica também maior relação com o circuito superior. Já a inserção nas políticas públicas amplia os elos, reais e potenciais, com a economia do setor público.

⁷⁸ Milton Santos trata o circuito superior marginal como um componente do circuito superior: *“A atividade de fabricação do circuito superior divide-se em duas formas de organização. Uma é o circuito superior propriamente dito, a outra é o circuito superior marginal, constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional. O circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e emergente.”* (Santos, 2008, p. 103)

⁷⁹ O circuito superior marginal tem papel crescente nas economias urbanas, possuindo, ao mesmo tempo, um caráter residual e emergente: residual porque é o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização, e emergente por ser uma resposta a demandas incapazes de alavancar atividades totalmente modernas. O circuito superior marginal é conveniente para um conjunto de firmas incapazes de arcar com os custos trabalhistas, salariais e publicitários existentes no circuito superior (Santos, 2008; Silveira, 2010, 2011).

Logo, a economia popular, que pode ser identificada como parte do circuito inferior, quando se trata da produção voltada aos mercados locais e pouco articulada externamente, e como parte do circuito superior marginal, quando se trata dos serviços produtivos, torna-se cada vez mais imbricada ao circuito superior, compartilhando com este recursos nos territórios, integrando-se às redes organizacionais e técnicas, acompanhando a intensificação e a diversificação dos fluxos e do consumo, a expansão da publicidade e das redes de informação. Nesse sentido, a economia empresarial, a economia do setor público e a economia popular parecem cada vez mais interdependentes.

Tal integração, no entanto, não se dá sempre de forma favorável à economia popular. Os vínculos de emprego que compõem as práticas do circuito superior e de suas redes, tecidas na nova divisão internacional do trabalho, não raro revelam processos de precarização, em que o trabalhador é desprovido de garantias e de vínculos permanentes com o setor privado ou com o estado. Nesse sentido, parte da economia popular parece ocupar as “pontas” dos processos de terceirização das cadeias produtivas globais, subordinando a produção individual e domiciliar aos processos decisórios do circuito superior, como evidenciado nos trabalhos de Leite (2004, 2011) a partir de evidências empíricas.

Dentro do recorte identificado no capítulo anterior, este é o caso da construção civil guiada pelos grandes grupos construtores, de capital nacional e estrangeiro, dos trabalhadores agrícolas atuantes na produção em larga escala e das operadoras de máquinas de costura que constroem, em seu domicílio de residência, peças de grandes marcas internacionais. É o caso também das ocupações que se vinculam, de certo modo, ao circuito superior marginal, como aquelas ligadas aos transportes, serviços mecânicos e distributivos, entre outras.

Por outro lado, como também visto no terceiro capítulo, a produção de pequeno porte, voltada ao fornecimento dos mercados locais, permanece significativa, como se verifica nos setores de serviços pessoais (embelezamento, cuidados de idosos e crianças), confecções ligadas a pequenos consertos, agricultura familiar e urbana, serviços mecânicos e transportes em menor escala, reciclagem, etc. Esses setores se reconfiguram atualmente em função do maior acesso às condições gerais de produção estabelecidas no circuito superior,

alterando assim seus insumos produtivos, suas formas de publicidade, seu acesso ao financiamento e sua integração às redes de comunicação.

Sendo assim, os processos contemporâneos parecem evidenciar duas práticas da economia popular: uma, vinculada mais diretamente às cadeias produtivas globais, caracterizada por relações de trabalho precarizadas, postos de trabalho não raro ocupados por grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os menos escolarizados, onde a produção é subordinada às grandes empresas internacionais. A outra, ligada ao abastecimento de demandas locais, mas cada vez mais vinculada aos circuitos superiores, seja pelo maior uso das tecnologias, pelo acesso ampliado ao crédito, pelo maior acesso à informação possibilitado pelas redes sociais, etc.

Num mesmo setor de atividade, por exemplo, o setor de confecções, podem-se identificar relações articuladas diretamente ao grande capital, como no caso das costureiras que atuam por conta própria na produção de peças para grandes marcas internacionais, e relações voltadas aos mercados imediatos, como a produção de vestuário em pequena escala, comercializada em feiras ou no comércio local, e os pequenos consertos.

Cabe pensar então a economia popular como parte fundamental do sistema econômico, seja no caso do trabalho terceirizado, em que os custos da mão de obra são reduzidos pelas relações de trabalho mais flexíveis e sem garantias formais, seja nos circuitos de produção em nível local, que garantem parte da demanda pelos produtos e serviços do circuito superior. Em ambos os casos, a economia popular aparece como peça fundamental no suprimento de novas e antigas demandas, tanto aquelas colocadas pela produção ligada às redes capitalistas de grande alcance, quanto aquelas locais, de menor escala, não supridas por essas redes.

Essa maior interdependência entre os circuitos da economia urbana, ou a crescente articulação entre as formas econômicas populares e as cadeias produtivas globalizadas, abre espaços diversos à economia popular solidária. Nesse sentido, cabe pensar formas de cooperação que deem conta dessa inter-relação e, ao mesmo tempo, do aproveitamento das potencialidades da economia

popular, como o repasse do conhecimento tradicional e as práticas solidárias presentes nessas iniciativas.

Diagnósticos das distintas configurações dos circuitos nos territórios se fazem necessários para a construção de novos mecanismos de regulação, tanto no sentido de barrar ou colocar limites à “mercadificação” dos recursos naturais e do trabalho, quanto de induzir formas de integração pautadas nas possíveis complementaridades, como processos de formação e de compartilhamento de conhecimentos com ganhos mútuos, fornecimento de insumos em bases sustentáveis, compartilhamento de espaços físicos, etc. Deve-se considerar, ainda, o potencial de articulação com as redes de produção e de consumo que conformam a economia do setor público, por meio, por exemplo, da compra pública da produção popular solidária e dos processos de formação e de financiamento.

Nesse sentido, abrem-se possibilidades diversas para estudos setoriais voltados à produção de pequeno porte, de base popular e solidária, e que enfatizem os vínculos dessa produção ao setor público e à economia empresarial, subsidiando ações voltadas ao desenvolvimento territorial com base na articulação entre os princípios de comportamento econômico⁸⁰.

Em suma, ao colocar luz sobre as relações diversas entre a EPS e as demais esferas da ação econômica, seria possível fortalecer as potencialidades de uma economia marcada pela pluralidade de processos econômicos. Voltaremos a este assunto na última seção do capítulo.

⁸⁰ De forma indireta, Abramovay *et al* (2003) e Sachs (2004) discutem esse ponto para o empreendedorismo de pequeno porte no Brasil, enfatizando a produção agrícola familiar, enquanto Markusen e Gadwa (2010) e Markusen e Schrock (2006) o fazem para a produção artístico-cultural. Outros trabalhos ligados ao desenvolvimento local, arranjos produtivos locais e tecnologias sociais também poderiam ser citados.

4.2 Urbanização extensiva e a práxis compartilhada

A diversidade de formas espaciais e de articulações possibilitada pela acumulação flexível e pelos processos contemporâneos de urbanização abre espaços à economia popular e solidária.

“Com a globalização amplia-se a variedade de tipos econômicos, culturais, religiosos e linguísticos, multiplicam-se os modelos produtivos, de circulação e de consumo, segundo qualificações e quantidades, e também aumenta a variedade de situações territoriais. Na realidade, tais situações se submetem a constantes mutações e encobrem uma rica, variada e sempre renovada divisão do trabalho e divisão territorial do trabalho. Nessas condições, a metrópole está sempre se refazendo: na forma, na função, no dinamismo e no sentido. Essa riqueza do inesperado constitui a possibilidade de construção de novos futuros” (Santos e Silveira, 2001, p. 287).

Como aponta Arroyo (2008), a multiplicidade de práticas do circuito inferior agrega dinamismo à economia e à vida urbana. Essas práticas, ligadas ao dia-a-dia, ao cotidiano, criam uma pluralidade de expressões e de códigos, diversidade esta que expõe a tensão e o conflito, mas que define a força das cidades. Na contemporaneidade, a coexistência dos circuitos econômicos nos territórios implica um espaço que é ao mesmo tempo dividido e compartilhado, cindido e marcado pela convivência:

“Mas essa desigualdade estrutural da cidade – que, aliás, é o que permite continuar asseverando a existência de dois circuitos da economia urbana – é também funcional porque, no presente, as divisões territoriais do trabalho são obrigadas a compartilhar o mesmo pedaço do território. A cidade é o reino da *práxis* compartilhada ou, em outras palavras, a manifestação mais visível do acontecer solidário, isto é, a realização compulsória de tarefas comuns mesmo que o projeto não seja comum (Santos, 1996). Poderíamos dizer que o espaço urbano é dividido mas, ao mesmo tempo, compartilhado. É nesse contexto que a cidadania poderia ser discutida nos seus verdadeiros limites e possibilidades históricas” (Silveira, 2010, p. 10)

Monte-Mór (2006, 2007), com base em Lefebvre (1969, 1999), identifica nos processos de urbanização contemporâneos a ampliação das possibilidades de

exercício da cidadania. Ao tempo em que o tecido urbano-industrial se expande, estendem-se também o consumo pessoal e coletivo e a politização do espaço social. Esta conformação dá origem ao “urbano”:

“síntese da dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social.” (Monte-Mór, 2007, p. 7)

A urbanização extensiva, ou a extensão das condições gerais de produção (sistemas de transportes e comunicações, acesso aos serviços, legislação, etc.) e das formas de vida urbanas a todo o território, conteria, em si, o germe do “urbano-utopia” lefebvriano, compreendido como a superação do urbano-industrial ao privilegiar a coletividade, a solidariedade, a complementaridade e a diversidade (Monte-Mór, 2015).

“Finalmente, cumpre ressaltar que o processo de extensão da urbanização a (virtualmente) todo o espaço social carrega consigo também a extensão da pólis, da política, a recantos antes imaginados infensos à integração sócio-espacial contemporânea. De fato, a repolitização que marcou as grandes cidades nos anos 1970 em todo o mundo e deu origem aos movimentos sociais urbanos, já muito descritos e incorporados ao planejamento e gestão urbanas, é ora (re)vistos em sua versão que integra populações rurais, até aquelas mais isoladas e distantes da dinâmica capitalista mundial, como os chamados “povos das florestas”. No novo contexto da urbanização extensiva, não apenas bóias-frias, trabalhadores rurais e pequenos agricultores se integram à dinâmica urbano-(pós)industrial contemporânea, mas também índios, seringueiros, garimpeiros e outros grupos antes excluídos das sociedades modernas se organizam em formas político-associativas várias visando garantir melhores condições de reprodução aos seus membros.” (Monte-Mór, 2008, p.15)

A partir do urbano, portanto, os diversos grupos sociais organizam suas demandas e se recolocam nos processos decisórios, ampliando suas redes de organização e suas capacidades de reivindicação. Do ponto de vista da EPS, seria possível ver, no urbano, o lugar para a expressão e o resgate de princípios de comportamento econômico distintos do mercado, como a reciprocidade e a domesticidade, cuja relação pode ser ampliada, no sentido da (re)criação de formas e processos socioespaciais compatíveis com a emancipação (Monte-Mór, 2015). O

urbano seria o *locus* privilegiado para a concepção e a construção de economias plurais, em que esses outros princípios aparecem em relação de complementaridade com o mercado.

A práxis urbana, e a consequente sinergia que ela possibilita, fomenta processos inventivos e inovativos, ou seja, a criação de novas soluções para os problemas percebidos, sejam eles novos ou antigos (Jacobs, 1969). O “burburinho” das cidades, ou o contato face a face, favorece a transmissão do conhecimento tácito e a produção de sinergias no sentido da inovação e da criatividade (Storper e Venables, 2005). Embora tais processos sejam associados, em geral, às economias de aglomeração encontradas nas grandes cidades, se a tendência contemporânea é de extensão das condições urbanas a todo o território, pode-se pensar o urbano, e não as metrópoles, como lugar privilegiado da inovação econômica e social, ou de uma práxis socioespacial emancipatória.

Nessa configuração, o local e o cotidiano aparecem como *lôcus* privilegiado da reprodução social e como instâncias prioritárias para o surgimento do “novo”.

“É no nível local que, a despeito mesmo de uma subordinação estrutural ao espaço abstrato globalizado, o espaço social (re)politizado manifesta de forma mais evidente e expressiva as exigências da reprodução e as determinações imediatas da vida quotidiana comunitária. Ali, o urbano, enquanto espaço privilegiado da reprodução, se impõe muitas vezes sobre as demandas do capital e da produção industrial, matizando-as e criando mediações que podem redefinir, mesmo que parcial e subsidiariamente, a dinâmica sócio-espacial, política e econômica local.” (Monte-Mór, 2008, p. 5)

A economia popular solidária, como visto no capítulo anterior, volta-se prioritariamente às demandas locais, sendo originada nas redes de cuidado e de solidariedade que se estabelecem no cotidiano. São ocupações diversas que têm sua demanda elevada nos anos recentes, como os cuidados de crianças e idosos, o artesanato, a produção de alimentos, a reciclagem, a agricultura orgânica e agroecológica, entre diversas outras. A produção é realizada nos próprios domicílios, em boa parte dos casos, e comercializada nas casas, em barracas e quiosques, nas ruas ou em pequenos comércios. A economia popular é também a economia da rua, da praça, do bairro e da vida urbana.

Enquanto prática predominantemente local e coletiva, a EPS é, em boa parte dos casos, baseada nos princípios econômicos da domesticidade e da reciprocidade. Como também visto no terceiro capítulo, a EPS é muitas vezes organizada no âmbito da família e em torno dos recursos do domicílio, permitindo o repasse intergeracional de conhecimentos. Acontecendo dentro do próprio domicílio ou nos espaços públicos, aproveita-se das potencialidades do trabalho feminino e invoca as sociabilidades.

A EPS acontece de forma mais significativa nas regiões mais pobres do país, nos municípios de pequeno porte e nas áreas rurais. A integração dessas áreas periféricas, nos processos de urbanização extensiva, abre possibilidades diversas para a EPS, relacionadas à articulação entre os modos de organização econômica em bases inovadoras.

Além disso, como se observou no capítulo anterior, foram significativos os avanços vivenciados pelos trabalhadores da economia popular, neste século, em termos de escolaridade, acesso a serviços ligados à moradia e presença de bens de consumo no domicílio. Essa melhora absoluta das condições de reprodução deve se refletir nas condições de trabalho, uma vez que se assume que a produção se dá em torno da família e dos bens de consumo da família. Em especial, a presença de energia elétrica, linha telefônica e de bens de consumo como microcomputador e geladeira influenciam diretamente o trabalho no próprio domicílio.

Nesse sentido, os ganhos ligados a essa expansão do consumo pessoal e coletivo e da integração às redes de informação, comunicação, e mesmo as redes de transporte, permitem avanços no sentido de incremento dos processos produtivos e de ampliação de redes de contatos e de espaços de aprendizado coletivo.

Como demonstram os estudos de caso, alguns dos maiores ganhos da organização solidária estão na produção de novas sociabilidades, a partir das quais setores vulneráveis encontram formas de constituição de identidades e de inserção nas políticas públicas (Leite, 2009; Gaiger, 1995; Motta, 2010). Ainda que os empreendimentos encontrem dificuldades diversas para sua manutenção no

tempo, aferição de resultados econômicos positivos, remuneração dos trabalhadores/sócios, comercialização dos produtos, etc., não são raros os casos em que os envolvidos permanecem na atividade por encontrar ali um espaço de socialização, a possibilidade de trabalhar fora de esquemas rígidos, e, no caso da economia solidária, a possibilidade de participar ativamente em processos de transformação social.

Além disso, são inegáveis os avanços organizativos do ponto de vista dos movimentos em torno da economia solidária, comércio justo, moedas sociais, agroecologia, agricultura urbana, autoconstrução, coletivos culturais, consumo sustentável, etc.⁸¹ Como discutido no capítulo anterior, nas décadas recentes, esses grupos cresceram em alcance e capacidade de mobilização e ganharam espaço nas políticas públicas e nos debates acadêmicos.

Em tempos de cooptação das subjetividades pelos processos de trabalho e da carência de reflexões desalienadas sobre os processos produtivos e tecnológicos, a economia popular solidária representa possibilidades de transformação ao se observarem as relações de trabalho ali constituídas e as relações estabelecidas com os recursos, naturais e construídos. Na contra tendência do processo de “mercadificação” do trabalho, as bases da EPS podem conter força para a criação e o fortalecimento de redes de produção e consumo alternativas, de grande alcance. Nesse contexto, as áreas periféricas, onde se concentra a economia popular solidária, aparecem como locais privilegiados.

Os avanços vivenciados em torno da economia solidária, do ponto de vista de mobilização de atores e diálogo com os poderes públicos, discutidos no terceiro capítulo, constituem uma importante base para discussões e intervenções futuras. A incorporação da dimensão urbana da EPS e das possibilidades estabelecidas

⁸¹ A título de ilustração, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários reunia, em 2015, 103 instituições (<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em 09/12/2015). O site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária remete a cerca de 70 outras redes de empreendimentos e instituições de apoio relacionadas ao tema (entre estas, redes de agricultura familiar, agricultura urbana, rede de mulheres do campo, redes de bancos comunitários, tecnologias sociais e incubadoras). (www.fbes.org.br Acesso em 09/12/2015).

pelas sinergias urbanas emerge como ponto fundamental a ser incorporado no debate.

4.3 Pluralidades, territórios e desenvolvimento endógeno

Se o contexto de expansão da economia popular e solidária é o de uma crise societária generalizada – crise de um modo de acumulação, crise do trabalho assalariado, crise ambiental e crise social -, essas experiências carregam consigo um conjunto de potencialidades e de limites, uma vez que reúnem o velho e o novo, o risco e a possibilidade, como trata Leite (2009). Sendo assim, cabe pensá-las como “espaços de fronteira”, capazes de fomentar tipos distintos de sociabilidade e de subjetividade (Sousa-Santos, 2008). Não é possível, no entanto, negar sua dimensão de precariedade e de possibilidade iminente de desaparecimento ou cooptação.

Com base na discussão do terceiro capítulo, pode-se dizer que a economia popular e solidária no Brasil contém atualmente elementos tanto de precarização quanto de autonomia. Precarização porque permanece, em boa parte dos casos, a situação de instabilidade de renda, dificuldades de estabilização dos negócios, ausência de proteção trabalhista, entre outros. Autonomia porque, apesar da inserção crescente nos processos econômicos e políticos, essa inserção se dá de forma limitada, já que as formas de regulação existentes apontam, de forma majoritária, na direção oposta. A regulação vigente, tanto no que diz respeito às ações do Estado quanto aos padrões de consumo e de produção, é no geral limitadora do avanço da economia popular solidária. Isso acontece a despeito dessa economia ter se mostrado historicamente relevante em proporcionar a reprodução de famílias para as quais os mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade nunca funcionaram, quais sejam, o Estado de bem-estar social e as relações de trabalho com base no assalariamento.

Dito de outro modo, embora o nosso regime de acumulação dependa da economia popular, e sempre tenha dependido, o modo de regulação vigente só

“enxerga”, ou enxerga prioritariamente, a economia empresarial dita capitalista. Ainda quando o circuito inferior da economia ou a economia popular são reconhecidos nos discursos acadêmicos e governamentais, eles são frequentemente assumidos como formas temporárias para o trabalho nos moldes da empresa típica capitalista. A economia solidária, cujo reconhecimento é mais significativo no país, é ainda associada a um movimento efêmero e marginal.

Recorrendo à noção de desenvolvimento pensada por Furtado em suas obras sobre cultura e criatividade (1978, 1984, 2012), pode-se pensar em que medida nossa leitura sobre os nossos processos econômicos se orienta por forças exógenas, que impedem que enxerguemos as configurações reais dos territórios, em sua complexidade e também em sua força e potencialidade.

Furtado compreende a cultura como um sistema recorrentemente modificado pela introdução de inovações. O conceito de desenvolvimento, em Furtado, relaciona-se a dois processos de criatividade: o primeiro diz respeito à inovação técnica – ao progresso técnico e a acumulação (cultura material), enquanto o segundo trata da inovação de idéias e dos valores da sociedade (cultura não material). A invenção no âmbito da cultura não material é a responsável pelo real desenvolvimento (Furtado, 1980).

Para Furtado (1984), mais do que transformação, o desenvolvimento trata de invenção. Trata de colocar a criatividade a serviço de um projeto de transformação social com o qual se identificam os membros de uma coletividade. O desenvolvimento se efetiva, então, quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta dele mesmo, buscando enriquecer seu sistema de valores, e difundindo os valores criados aos segmentos da coletividade.

Um desenvolvimento endógeno consiste na ordenação do processo acumulativo em função de prioridades definidas pela própria comunidade em questão. Nesse sentido, uma ‘endogeneização do desenvolvimento’ requer estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural.

Na visão de Furtado, o modo como se deu o desenvolvimento da periferia latino-americana impediu a consolidação e expansão de uma identidade cultural própria, impossibilitando as mudanças necessárias ao desenvolvimento. A imitação

do consumo, nessa sociedade, não significa apenas uma adesão aos ‘valores materiais’, mas implica, na verdade, que o estrangeiro passa a ser associado ao prestígio social. A penetração de idéias e valores próprios do centro condiciona negativamente o plano político, uma vez que compromete as identidades locais e as oportunidades de consolidá-las e expandi-las.

O autor cunha ainda o conceito de dependência cultural, defendendo que a dimensão cultural do fenômeno da dependência prevalece sobre as outras dimensões, como a tecnológica. A imitação das pautas de consumo dos centros, a apreciação do estrangeiro e a penetração de idéias e valores estrangeiros são elementos da desarticulação das identidades culturais na periferia. Essa dependência impede a construção de vias de conciliação entre interesses internos e externos, por meio de uma inserção internacional distinta. Ainda, dificulta a criação de soluções originais à inadequação das tecnologias geradas nos centros. Ambas as dificuldades reiteram o problema da superoferta de mão de obra e da heterogeneidade social (Furtado, 1978; Rodríguez, 2009). A superação da dependência cultural passa então pelo relacionamento com as bases culturais do passado e com os grupos excluídos dos padrões de consumo e de vida criados nos países centrais, e que puderam, assim, reproduzir e manter suas raízes culturais.

As formas econômicas populares e solidárias, em sua heterogeneidade, complexidade, e, sobretudo, na herança cultural que carregam, aparecem como um campo fecundo de investigação e de pesquisa na busca por este objetivo. Além disso, o recente crescimento da demanda pela produção artesanal e pela produção artística abrem portas para pautas de produção e de consumo mais afeitas às nossas bases culturais.

Um avanço no sentido do desenvolvimento endógeno não se dará sem uma leitura do sistema econômico mais coerente com as diversidades de comportamento econômico existentes no Brasil. O que esta tese procurou demonstrar é que nossa economia deve ser compreendida como *economia plural instituída*: uma economia que se caracteriza pela coexistência de princípios econômicos, que se complementam em graus diversos, e uma economia que não se autonomiza do social, mas se encontra, ao contrário, submetida às regras e leis

definidas em cada sociedade, ou seja, um sistema econômico que é, a priori, uma construção sociopolítica (Polanyi, 2012).

Procurou-se defender, ainda, que as condições para o fortalecimento da economia popular e solidária são mais favoráveis na atualidade, tendo em vista os processos de politização possibilitados pela vida urbana estendida, a maior conexão das formas populares às redes globais e o crescente questionamento da sociedade de mercado. Mas esse fortalecimento não ocorrerá sem transformações profundas nos mecanismos de regulação político-econômicos em torno dos quais se estabelecem as relações econômicas.

Se as condições são, portanto, favoráveis, e se o horizonte da transformação é o da economia plural (Laville, 2009b) e o da economia do trabalho (Coraggio, 2009a, 2009b), parece que a pauta deve passar: i) por um reconhecimento da economia popular como parte relevante de nossos processos sociais e econômicos; ii) por uma discussão das possibilidades efetivas de melhorias das suas condições produtivas, e que se pautem em formas endógenas de produção de conhecimento e de solução das necessidades; iii) pelo reconhecimento e fortalecimento das redes e relações com a economia empresarial e com a economia do setor público, em bases não exploratórias.

A compreensão do sistema econômico como plural (Laville, 2009b) e instituído (Polanyi, 2012) parece uma chave para a proposição de mecanismos de regulação mais próximos do cotidiano atual e desejado. Nesse sentido, faz-se necessária uma melhor compreensão não apenas dos mecanismos internos da economia popular e solidária, mas sobretudo das suas relações, complementaridades e subordinações à economia do setor público e à economia empresarial capitalista, em suas nuances regionais.

Nesse sentido, a inserção social da economia emerge como um pressuposto básico de análise, tanto no sentido de Granovetter (1985), para quem o funcionamento dos mercados só é possível a partir de sua inserção nas relações sociais, seja no sentido de Mauss (2003), para quem o dom, enquanto fato social total, explicita a relevância da reciprocidade e dos vínculos sociais inclusive dentro da economia de mercado. A concepção de uma economia plural estabelece que as

realizações econômicas no território não se dão apenas em torno das relações mercantis monetizadas, mas sim de uma amplitude de lógicas e de recursos que se combinam de formas diversas, envolvendo o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nesse sentido, a economia dos territórios se apoia em grande medida na cooperação, na reciprocidade e na confiança⁸². Tal complexidade, que não cabe nas análises econômicas convencionais, seria a base para uma releitura dos nossos mecanismos de regulação.

“Em suma, tanto em termos de recursos mobilizados (recursos mercantis e não-mercantis ou não-monetários) quanto das lógicas de ação, das modalidades de coordenação e dos modos de regulação, sem esquecer a relação com o território, a economia no seu conjunto (ou seja, incluindo a capitalista) não é apenas social mas também plural.” (Lévesque, 2009, p. 33)

Como aponta Lévesque (2009), a economia social e solidária constitui o setor econômico mais bem equipado institucionalmente para estabelecer a hibridação de recursos e um compromisso entre as diferentes lógicas de ação no âmbito de uma economia plural, devido a sua vinculação com a propriedade coletiva, sua finalidade social e sua governança democrática. No entanto, o caminho dessa construção não é óbvio, natural e nem previamente estabelecido.

A atenção à experiência e ao cotidiano das práticas populares e solidárias, e, sobretudo, aos seus vínculos com a economia empresarial e com a economia do setor público, é um ponto de partida para a compreensão da hibridação de princípios econômicos existentes na economia brasileira e das possibilidades de desenvolvimento abertas por tal configuração.

⁸² Desse ponto de vista, nem mesmo as empresas devem ser compreendidas como agentes voltados unicamente aos recursos mercantis, mas sim como entidades que buscam, também, forjar vínculos de natureza mercantil e não mercantil com os diversos atores que são capazes de influenciar a dinâmica territorial (Lévesque, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese constitui uma defesa da economia popular e solidária como parte relevante dos processos econômicos vivenciados no Brasil, com o fim de fomentar novas formas de intervenção a partir de outros olhares, mais atentos à experiência e às diversidades.

A tese assumiu como ponto de partida a consideração da economia brasileira como economia plural, ou seja, uma economia composta por diversas lógicas de comportamento econômico, que se hibridam em graus diversos. Além disso, esta é tratada como uma economia instituída, ou seja, como uma construção social e política, para a qual inexistente um caminho natural pré-definido, mas que é, em realidade, o resultado das leituras sobre os processos econômicos e das soluções definidas para as questões tidas como relevantes, do ponto de vista econômico.

O argumento principal desenvolvido é que as condições para um fortalecimento da economia popular solidária no Brasil são mais favoráveis na atualidade do que o eram quando o debate se consolidou na América Latina. Isso se dá por três grandes movimentos que reúnem os países centrais e periféricos em torno do debate por modos de produção distintos: i) a maior articulação das formas populares às cadeias produtivas globais; ii) o processo de politização que se verifica com a expansão do tecido urbano a todo o território; iii) a crítica crescente aos rumos da sociedade de mercado e o avanço dos contra movimentos em resposta. No entanto, esse fortalecimento não se dará sem alterações profundas no modo de regulação que rege nossas relações econômicas.

Defende-se que esses avanços devem se dar a partir de uma leitura do sistema econômico mais coerente com as diversidades de comportamento econômico existentes no Brasil. Nesse sentido, o conceito de economia popular, por sua maior abrangência e flexibilidade, aparece como mais promissor que o de economia solidária. Além disso, assume-se como imprescindível a atenção à dimensão espacial das práticas econômicas.

Partindo desse ponto, o primeiro capítulo tratou da atual configuração dos processos de trabalho globais, em função da reestruturação produtiva que se ampara, em grande medida, na precarização do trabalho, e no maior entrelaçamento das redes de produção familiares e domésticas às cadeias produtivas de abrangência global. Tratou ainda da peculiaridade desses processos nos países periféricos, onde a ausência de um Estado de bem-estar social consolidado e a instalação incompleta do fordismo garantiram a persistência das redes de solidariedade presentes no cotidiano das famílias, sobretudo aquelas das classes populares. Tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista cresceu, a partir do fim do século XX, a crítica aos processos de mercadificação da natureza e do trabalho, vivenciados no crescimento do “precariado” e na crise ambiental, como tratado também no primeiro capítulo.

O segundo capítulo tratou da ideia de economia popular, que surgiu nos anos 1970 como um diagnóstico das relações de produção e de trabalho na América Latina e que colocou luz sobre as relações de reciprocidade e domesticidade existentes nesses países, sobretudo naquelas atividades voltadas à reprodução dos trabalhadores das classes populares. Recentemente, a ótica da economia popular se une à discussão da economia social nos países centrais, sendo considerada um ponto de partida para projetos de transformação social em torno da economia social e solidária. A existência da economia popular aparece nessas vertentes como uma vantagem significativa das economias periféricas.

O terceiro capítulo contextualizou essa discussão no caso brasileiro, tratando da prevalência da categoria economia solidária neste país, em função da constituição histórica do movimento e da trajetória das políticas públicas. Este capítulo defendeu uma ampliação do conceito utilizado no Brasil, o que permitiria ampliar a visibilidade da EPS, apesar das dificuldades práticas envolvidas na definição de um marco conceitual mais abrangente. O capítulo apresentou ainda um exercício de caracterização da economia popular a partir dos Censos Demográficos, buscando apontar as grandes tendências dessa economia na primeira década deste século.

O quarto capítulo se amparou nos achados empíricos do capítulo anterior e na discussão teórica dos capítulos iniciais para discutir as potencialidades

colocadas para a economia popular e solidária no Brasil. A discussão procurou subsidiar uma nova leitura, contemporânea, da economia popular solidária no Brasil, que oriente novas formas de regulação, no âmbito das relações cotidianas e das políticas públicas. Nesse sentido, tomando-se como horizonte a economia plural e os processos de desenvolvimento territorial, são apresentados apontamentos sobre os potenciais de articulação entre os circuitos da economia urbana e as possibilidades abertas pelos processos de urbanização extensiva.

Como já mencionado, esta tese não se propõe a fornecer respostas definitivas, mas sim a levantar possibilidades. Os apontamentos têm o intuito de fornecer indicações para uma agenda de pesquisa futura. A construção de novos olhares sobre nossos processos econômicos aparece como ponto crucial para essa agenda. Nesse percurso, é imprescindível o diálogo entre disciplinas como a sociologia econômica, a sociologia do trabalho, a antropologia econômica, a geografia econômica, a economia social, a economia da ciência e da tecnologia e a economia do trabalho. Os desafios do debate interdisciplinar são significativos e podem ser visualizados nas dificuldades impostas pela compartimentação da produção de conhecimento em linhas de pesquisa e departamentos disciplinares e na orientação setorial das políticas públicas.

Outro apontamento de cunho metodológico diz respeito à necessidade de construção de bases de informações que deem conta da realidade da economia popular e solidária. Embora haja um esforço nacional em torno do mapeamento da economia solidária, este parece incapaz de abranger a totalidade desta economia. Quanto à economia popular, as pesquisas domiciliares disponíveis no Brasil praticamente impedem a identificação do trabalho em bases não mercantis, o trabalho familiar, as organizações de caráter temporário, como os mutirões, o trabalho voluntário, etc. Sendo assim, a produção primária de dados, juntamente ao questionamento das bases conceituais para a produção de informações estatísticas, aparecem como pontos da agenda.

Por fim, coloca-se como ponto crucial da investigação a atenção à experiência e ao cotidiano das práticas populares e solidárias, e, sobretudo, aos seus vínculos com a economia empresarial e com a economia do setor público. Somente a partir de uma leitura intensiva dos processos econômicos envolvendo

os princípios da reciprocidade, da domesticidade, da redistribuição e do mercado, e das várias formas de conexão entre os princípios, será possível avançar na compreensão dos nossos processos econômicos e na proposição de avanços no sentido de uma economia plural.

Tal leitura não poderá desconsiderar, de um lado, a territorialidade das práticas, e, de outro, as influências do modo de regulação sobre a configuração destas e sua evolução no tempo. Nesse sentido, os avanços da política federal de economia solidária, no sentido de incorporar o território e propor novos marcos regulatórios, devem ser considerados. No entanto, a incorporação do debate sobre os circuitos econômicos, sobre os processos de urbanização extensiva e sobre a articulação entre os modos de integração econômica aparece como um caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Pobreza e Mercados no Brasil: Uma Análise de Iniciativas de Políticas Públicas.** Brasília: CEPAL/Escritório no Brasil/DFID, 2003, p. 233-311.
- AGLIETTA, M. **Régulation et crises du capitalisme.** Paris: Calmann-Levy, 1976.
- ALVES, G. A nova morfologia do trabalho no Brasil na década de 2000. **Perspectivas**, v. 39, p. 155-177, jan./jun. 2011.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- AMIN, A. (Ed.). **The social economy:** international perspectives on economic solidarity. London/New York: Zed Books, 2009.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique**, ano 2, p. 30-31, out. 2008.
- BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia Política**, v.19, n.38, p.121-140, fev. 2011.
- BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. **20 anos de Economia Popular Solidária:** trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Caritas Brasileira, 2003.
- BICUDO JUNIOR, E. C. **O circuito superior marginal:** produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BOYER, R. **La théorie de la régulation:** une analyse critique. Paris: La Découverte, 1986.

BOYER, R. **New directions in management practices and work organization, general principles and national trajectories**. Paris: CEPREMAP, 1989a.

BOYER, R. **The transformation of the capital-labor relation and wage formation in eight OECD countries during the eighties**. Paris: CEPREMAP, 1989b.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, n.14, p.153-174, jun. 2000.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. 163 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CASTEL, O. De l'économie informelle à l'économie populaire solidaire: concepts et pratiques. In: CREVOISIER, O.; HAINARD, F.; ISCHER, P. **L'économie informelle: une alternative contrainte à l'exclusion économique et sociale?** Berne: Université de Neuchâtel, 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.3, n.1, p.55-75, jan./abr. 2013.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Conaes). **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2015.

CORAGGIO, J. L. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012d.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. **De la emergencia a la estrategia**: más allá del alivio de la pobreza. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004. Introducción, p. 1-8.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009b.

CORAGGIO, J. L. **Economía social y solidaria**: el trabajo antes que el capital. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

CORAGGIO, J. L. **Economía urbana**: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. **El papel de la economía social y solidaria en la estrategia de inclusión social**. Trabalho apresentado no Seminário Pensando en alternativas para el desarrollo, Quito, 2007.

CORAGGIO, J. L. **Hacia um proyecto de economía social centrada en el trabajo**: contribuciones de La Antropología Económica. Trabalho apresentado na Conferencia del Programa PEKEA, Santiago, 2002.

CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO (UNGS) / CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). **Karl Polanyi**: Textos escogidos. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012a.

CORAGGIO, J. L. **La construcción de Otra Economía como acción política**. Mimeo, 2012c.

CORAGGIO, J. L. **La economía social y solidaria (ESS) en America Latina**. Mimeo, 2012b.

CORAGGIO, J. L. **La economía social y solidaria y el papel de la economia popular en la estructura económica**. Trabalho apresentado no Seminario

Internacional Rol de la Economía Popular y Solidaria y su Aporte en el Sistema Económico Social y Solidario, Quito, 2013b.

CORAGGIO, J. L. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. **Otra Economía**, v.2, n.3, p.41-57, jul./dez. 2008.

CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p.11-24, nov. 2013a.

CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? **Proposta**, n.98, p.12-20, set./nov. 2003.

CORAGGIO, J. L. **Territorio y economías alternativas**. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, 2009a.

DE SOTO, H. **El otro sendero**: la revolución informal. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1987.

DE SOTO, H. **O mistério do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DEFOURNY, J. Economia Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P. Origines et contours de l'économie sociale au nord et au sud. In: DEFOURNY, J.; DEVELTERE, P.; ONTENEAU, B. F. (Eds..) **L'économie sociale au Nord et au Sud**. Paris: De Boeck et Larcier, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FAVREAU, L. Qu'est-ce que l'économie informelle, l'économie populaire, et l'économie sociale et solidaire? In: FALL, A. S.; FAVREAU, L.; LAROSE, G. **Le Sud et le Nord dans la mondialisation: quelles alternatives?** Le renouvellement des

modèles de développement au Nord et au Sud. Québec: Publication Université du Québec, 2004.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (Fase). Geração ajuda diagnóstico e divulga saídas. **Proposta**, n. 81, jun./ago. 1999.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I. Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo. **Otra Economía**, v.4, n.7, jul./dez. 2010.

FERREIRA, C. G. O fordismo, sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 2, p. 167-201, jan./jun. 1997.

FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (FMEPS). **Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária**. Belo Horizonte, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. A política pública da Economia Solidária no Brasil. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001a.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Esclarecendo terminologias: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano 3, n.5, p. 52-60, dez. 2001b.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, R. F. A. (Org.). **Arquivos Celso Furtado nº 5**: Ensaaios sobre cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, n.39, p.181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos**: Florianópolis, 2007.

GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.84, p.81-99, mar. 2009.

GAIGER, L. I. G. As microexperiências populares: novas malhas de um tecido social? **Tempo e Presença**, ano 17, n.282, p.11-13, jul./ago. 1995.

GAIGER, L. I. G. Avances y límites en la producción de conocimientos sobre la economía solidaria en Brasil. In: CORAGGIO, J. L. (Ed.). **Conocimiento y políticas públicas de economía social y solidaria: problemas y propuestas**. Quito: Editorial IAEN, 2012.

GAIGER, L. I. G. O Mapeamento Nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista da Associação Brasileira de Estudos em Trabalho**, v.12, n.1, p.7-24, jan./jun. 2013.

GAIGER, L. I. G.; CORREA, A. da S. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. **Otra Economía**, v.4, n.7, p.153-176, jul./dez. 2010.

GERMER, C. A 'economia solidária': uma crítica marxista. In: GEDIEL, J. A. P. (Org.). **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. **Progress in Human Geography**, v.32, n.5, p.613–632, out. 2008.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOULART, J. O.; MARIN, T. R. Políticas públicas de Economia Solidária e a SENAES: um balanço preliminar (2003-2006). **Otra Economía**, v.5, n.8, p.48-58, jan./jun. 2011.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.9, p.481-510, nov. 1985.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**: reason and the rationalization of society. Londres: Polity Press, 1991.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, v.11, n.1, p.61-89, mar. 1973.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 34, nov. 2007.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, ano 11, n.21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v.24, n.1, p.15-22, 2011.

HUSSMANN, R. **Measuring the informal economy**: from employment in the informal sector to informal employment. Geneve: ILO, 2004 (Working papers, 54).

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A dura vida da sociedade alternativa. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 4, ed. 30, jan. 2007.

JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Random House, 1969.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Serviço Social em Revista (Online)**, v.9, n.1, p.1-15, jul./dez. 2006.

KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

KREIN, J. D. **Tendências recentes das relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LAGO, L. C. do. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. **Revista Em Pauta**, v.6, n.24, p.31-47, dez. 2009.

LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p.7-47, mar. 2009a.

LAVILLE, J. L. Economia Plural. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009b.

LAVILLE, J. L. La Economía Social y Solidaria en Europa y en Francia. In: CORAGGIO, J. L. (Ed.). **Conocimiento y políticas públicas de economía social y solidaria**: problemas y propuestas. Quito: Editorial IAEN, 2012.

LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? **Revue Internationale de L'Économie Sociale**, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.69, p.31-51, fev. 2009.

LEITE, M. P. El trabajo en el Brasil de los años 2000: dos caras de un mismo proceso. **Revista de Trabajo**, ano 7, n. 9, p. 115-129, jan./jul. 2011.

LEITE, M. P. Reestructuración productiva y mercado de trabajo: la experiencia brasileña. **Revista Trabajo**, v.16, n.5, p. 157-186, 2005.

LEITE, M. P. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, educação e saúde**, v.2, n.1, p.57-94, mar. 2004.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política e Sociedade**, n.14, p. 107-144, abr. 2009.

LEWIS, A. **Economic Development with Unlimited Supplies of Labor**. Manchester: School of Economics and Social Studies, 1954.

LIMA, J. C. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e Cultura**, v.9, n.2, p. 303-310, jul./dez. 2006.

LIPIETZ, A. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio FEE**, v.12, n.1, p. 101-130, jan./jun. 1991.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LISBOA, A. M. Socioeconomia solidária: marco conceitual latinoamericano. **Textos para discussão UFSC CNM**, 2004.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. **Revista de Economia Contemporânea**, v.12, n.2, p. 355-388, mai./ago. 2008.

MARKUSEN, A.; GADWA, A. Arts and Culture in Urban or Regional Planning: A Review and Research Agenda. **Journal of Planning Education and Research**, v.29, n.3, p. 379-391, mar. 2010.

MARKUSEN, A.; SCHROCK, G. The Artistic Dividend: Urban Artistic Specialisation and Economic Development Implications. **Urban Studies**, v.43, n.10, p. 1661–1686, set. 2006.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Segunda parte. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, p. 183-314.

MONTE MÓR, R. L. M. Cidade e campo, Urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 93-114.

MONTE MÓR, R. L. M. Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares. In: OLIVEIRA, M. P. *et al* (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/Anpege, 2008, v. 2, p. 128-140.

MONTE-MÓR, R. L. M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Textos para discussão UFMG/Cedeplar**, n.281, 2006.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOTTA, E. S. M. G. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MUÑOZ, R. Economía urbana y economía social. Un reconocimiento pendiente. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.15, n.2, p. 107-122, nov. 2013.

NÚÑEZ, O. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. Managua: CIPRES, 1995.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OGANDO, C. As fronteiras da Economia Solidária: uma análise a partir do mapeamento nacional. **Cadernos de Extensão VII**, Unisinos, 2012.

OLIVEIRA, E. L. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. **Geografias**, v.4, n.1, p. 54-70, jan./jun. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Employment, income and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genebra: OIT, 1972.

PEARCE, J. Social economy: engaging as a third system? In: AMIN, A. (Ed.). **The social economy**: international perspectives on economic solidarity. London/New York: Zed Books, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

POLANYI, K. **A subsistência do homem**: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 39, p. 57-62, mai. 2009.

QUIJANO, A. El trabajo. **Diversa**, ano 26, n. 72, mai./ago. 2013.

QUIJANO, A. **La economía popular y sus caminos en América Latina**. Lima: CEIS-Cecosam, 1998.

QUIJANO, A. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. In: SONNTAG, H. (Ed.). **¿Nuevos temas, nuevos contenidos?** Caracas: Nueva Sociedad, 1989.

QUIJANO, A. **Polo marginal y mano de obra marginalizada**. Santiago de Chile: CEPAL, 1970.

RAZETO, L. **De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RAZETO, L. *et al.* **Las Organizaciones Económicas Populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 23-49, mai./ago. 2004.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALAS, C.; LEITE, M. P. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social**, v.26, n.1, p. 87-100, jan./jun. 2014.

SALVADOR, D. S. C. de O. A expansão e a redefinição do circuito inferior da economia urbana da cidade dos países subdesenvolvidos no período atual. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12, 2001, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: SIMPURB, 2011.

SANTOS, A. L. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil**: impactos da crise do final do século XX. 2006. 333 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no rio de janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 329-353, jul./out. 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas em una economía global: ampliando las opciones de política y gobernanza. **Revista Eure**, v. 33, n. 100, p. 9-34, 2007.

SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). **Boletim Acontece Senaes**, n. 23, agosto 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Senaes). **Manual de orientações sobre o cadastro de empreendimentos econômicos solidários (versão 1.2)**. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERPA, A.; PORTO, G. C. S.; SERPA, A. e G. C. S. PORTO. Circuito Inferior da Economia Urbana: O Contexto das Feiras Livres de Itapetinga (BA) e Arredores. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10, 2007. **Anais**. Florianópolis: SIMPURB, 2007.

SILVA, R. M. A. da; SCHIOCHET, V. Economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 54, p. 69-81, fev. 2013.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 57, p. 69-82, ago. 2014.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010.

SILVEIRA, M. L. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**, ano 21, n. 57, p. 1-21, set./dez. 2004.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**, v.33, n.100, p. 149-164, dez. 2007.

SILVEIRA, M. L. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. **Revista Geografica de America Central**, v. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011.

SINGER, P. I. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p. 7-22, mai./ago. 2004.

SINGER, P. I. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, P. I. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Proposta**, ano 26, n.72, p. 6-13, mar./mai. 1997.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) **A economia solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A. da; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria. In: BRASIL. **O**

Brasil Sem Miséria. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. p. 425-446.

SOUSA-SANTOS, B. de. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA-SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, M. L. **O que pode a economia popular urbana?** Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro. Mimeo, 2008.

STANDING, G. **O precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. **Economia e Território.** Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 21-56.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n.7, 2002.

TIRIBA, L. Economia popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). **Contexto & Educação**, v.14, n.54, p. 53-80, 1999.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Proposta**, n.97, p. 38-49, jun./ago. 2003.

TIRIBA, L. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. **Trabalho Necessário**, ano 3, n.3, 2005.

TOKMAN, V. E. Informalidad en América Latina: balance y perspectivas de política. **Realidad, datos y espacio (Revista internacional de estadística y geografía)**, v. 2, n. 3, p. 16-31, set./dez. 2011.

TOKMAN, V. E., SOUZA, P. R. El sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 94, n. 3, 1976.

TRINDADE JR., S. C. Entre o público e o privado: agentes de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Scripta Nova**, v.9, n.194, ago. 2005.

VALENCIA, A. S. **La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo**. Ciudad de México: Universidad Obrera de México, 2003.

VERARDO, L. Economia solidária e /autogestão. **Proposta**, n. 98, p.56-61, set./nov. 2003.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ANEXO A – METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS 2000 E 2010

A.1 Bases de dados

O Censo Demográfico é a pesquisa de maior cobertura amostral no Brasil, sendo realizado decenalmente, e compreende dois questionários básicos: o questionário do universo, simplificado, aplicado à totalidade dos domicílios, e o questionário amostral, aplicado a cerca de 11% dos domicílios⁸³. As questões abrangidas pela pesquisa são: infraestrutura domiciliar, acesso a serviços e presença de bens de consumo no domicílio, características dos moradores (sócio demográficas, trabalho e rendimento, deficiências, migração, escolaridade, fecundidade e mortalidade). O total de domicílios recenseados foi de 54,3 milhões, entre agosto e novembro de 2000, e 67,6 milhões, entre agosto e outubro de 2010.

No exercício apresentado, são utilizados os dados amostrais, expandidos a partir dos pesos amostrais. A amostra em análise diz respeito a todos os trabalhadores ocupados na semana de referência das pesquisas.

A.2 Identificação da economia popular

O primeiro desafio metodológico envolvido está na identificação dos trabalhadores da economia popular nas pesquisas domiciliares, uma vez que as categorias dessas pesquisas se orientam por critérios em princípio incompatíveis com a formalização teórica da economia popular. As pesquisas não permitem identificar diretamente, por exemplo, as organizações econômicas populares

⁸³ A fração amostral varia segundo o tamanho da população nos municípios.

pautadas em critérios de reciprocidade, ou mesmo as unidades produtivas familiares. Sendo assim, o que se propõe é um recorte a partir das informações disponíveis, que representa um subconjunto do vasto e heterogêneo universo em discussão.

A economia popular, embora não se confunda com a economia informal, apresenta semelhanças com esta quando se leva em conta o perfil dos trabalhadores envolvidos, a existência de formalização junto ao Estado e o nível de produtividade. A distinção principal da economia popular estaria na racionalidade interna às unidades produtivas, voltada à própria reprodução e diretamente relacionada a outros princípios de organização econômica, para além do mercado. Nesse sentido, pode-se dizer que a economia popular apresenta pontos de interseção com a economia informal, embora não se confunda com esta. A depender do enfoque adotado para a economia informal, algumas formas produtivas populares podem estar na economia formal, enquanto certas unidades da economia informal não seriam classificadas como populares.

Tendo em vista essa aproximação, neste percurso metodológico recorre-se ao trabalho de Hirata e Machado (2007) para o setor informal, que parte da heterogeneidade característica deste setor para propor uma tipologia dos trabalhadores nas pesquisas domiciliares do Brasil. Para os autores, fatores como o histórico familiar e a preocupação com a qualidade de vida podem orientar a busca pelo próprio negócio, por jornadas de trabalho mais flexíveis, etc. Nesse sentido, a inserção no setor informal não deve ser caracterizada apenas como estratégia de sobrevivência, ou seja, o setor não deve ser associado unicamente a trabalhadores em situação de desvantagem ou exclusão do mercado, como os de baixa escolaridade. Os autores propõem, então, uma tipologia que mescla o tipo de unidade produtiva e o tipo de ocupação para definir categorias de análise, à semelhança do colocado por Hussmanns (2004). Partindo de critérios de produtividade, legalidade e subordinação, é proposta a seguinte classificação, que se orienta pelas categorias de posição na ocupação e pelos grupos de ocupação nas pesquisas domiciliares brasileiras:

- a) O “setor formal típico” ou a “economia formal”, formado pelos empregadores, os assalariados com carteira de trabalho assinada e os

trabalhadores por conta própria com formação específica (profissionais autônomos ou liberais, que apresentam maiores possibilidades de regulamentação do exercício de trabalho, como médicos, dentistas, advogados, etc.);

b) A “economia informal”, formada por três “setores informais”:

b.1) O serviço doméstico, associado à subordinação e à estratégia de sobrevivência, ainda que sob relações formais de trabalho⁸⁴;

b.2) Os trabalhadores por conta própria sem qualificação específica e os pequenos empregadores, que podem ou não estar subordinados às firmas capitalistas;

b.3) O conjunto dos assalariados sem carteira de trabalho assinada, para o qual, assim como no subgrupo anterior, não há clareza sobre a estratégia seguida pelos indivíduos;

c) Os funcionários públicos estatutários e os militares, que compõem uma categoria à parte.

A tipologia de Hirata e Machado (2007) deixa clara a diversidade de estratégias seguidas pelos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, e, sobretudo, a heterogeneidade presente nos subgrupos (b.2) e (b.3), onde são pouco claros os determinantes da inserção no chamado setor informal.

O presente trabalho adota um recorte próximo do subgrupo (b.2) e de um conjunto de adaptações que são descritas a seguir. Em primeiro lugar, é considerado o conjunto dos trabalhadores por conta própria com ocupação não ligada a formação específica (superior ou técnica), ou seja, que não se configuram como profissionais liberais. No Censo Demográfico 2010, o trabalhador por conta própria é definido como: *“pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado”*⁸⁵. Seguindo a proposta de Hirata e Machado, foi realizada uma seleção das ocupações de interesse dentre os Grupos de Base da CBO-Domiciliar⁸⁶, utilizada como referência nos Censos de 2000 e

⁸⁴ Dadas suas peculiaridades, este setor é tratado separadamente nas análises.

⁸⁵ Notas metodológicas do Censo Demográfico 2010.

⁸⁶ Classificação Brasileira de Ocupações.

2010. Em resumo, não foram incluídas as ocupações dos seguintes grandes grupos da CBO-Domiciliar:

- Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes;
- Profissionais das ciências e das artes;
- Técnicos de nível médio (exceto Artistas de artes populares);
- Trabalhadores de serviços administrativos;
- Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

Para além dos trabalhadores por conta própria, buscou-se captar as unidades produtivas familiares. Mantendo o recorte de ocupações, foram incluídos os empregadores com até 5 empregados⁸⁷ e que possuíam no domicílio pelo menos um trabalhador não remunerado ou empregado sem carteira em ocupações próximas à do empregador (ocupações no mesmo Grupo de análise, segundo o Quadro 1). Excluem-se, assim, os empregadores que movimentam mão de obra de outros domicílios⁸⁸.

Por fim, são incluídos, dentro das ocupações selecionadas: os trabalhadores não remunerados em auxílio a trabalhador por conta própria ou empregador com até 5 empregados residente no domicílio; os empregados sem carteira em auxílio a empregador com até 5 empregados residente no domicílio; e os que trabalham para o próprio consumo. Essas categorias de posição na ocupação são definidas a seguir, segundo o Censo Demográfico de 2010:

⁸⁷ Os empregadores são definidos no Censo Demográfico 2010 como: “*pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado*”. O Censo de 2010 diferencia apenas os empregadores com até 5 empregados daqueles com 6 ou mais empregados. Acredita-se que o grupo de trabalhadores da economia popular esteja sobre representado na primeira subcategoria, uma vez que as unidades produtivas da economia popular tendem a ser de porte inferior a 5 membros. Entretanto, acredita-se que esse problema é minimizado pelos recortes apresentados adiante.

⁸⁸ Note-se que se pode incorrer aqui em um subdimensionamento das unidades domésticas que se articulam a famílias extensivas.

- Empregado: *“pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadoria, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, vestuário, treinamento, etc.)”*⁸⁹.
- Não remunerado: *“pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado”*⁹⁰;
- Trabalhador na produção para o próprio consumo: *“pessoa que trabalhou, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, na produção de bens, em atividade da agricultura, pecuária, caça, produção florestal, pesca ou aquicultura, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio”*;

Note-se que o recorte adotado não permite identificar diretamente as relações das unidades produtivas com o setor capitalista, ou seja, não é possível identificar aquelas que se subordinam a este setor e aquelas que trabalham de forma “autônoma”. Por exemplo, podem se encontrar declarados como “conta própria” tanto trabalhadores precarizados em relações de trabalho informais, ou trabalhadores efetivamente autônomos⁹¹. Entretanto, assume-se a situação de interdependência crescente entre os setores, o que pode ocorrer não apenas por relações de trabalho subordinado, mas também pela compra de insumos ou mesmo venda do total da produção. Além disso, a leitura de estudos de caso para setores específicos permite identificar ocupações em que a inserção de forma subordinada

⁸⁹ Os Censos Demográficos de 2000 e 2010 adotam as mesmas categorias referentes à posição na ocupação, à exceção da categoria “aprendiz ou estagiário” sem remuneração, que em 2010 foi agregada à categoria “empregado”.

⁹⁰ Não foram considerados os trabalhadores em auxílio a empregado do setor privado.

⁹¹ Segundo dados da PED-DIEESE para seis regiões metropolitanas no ano de 2013, 24% dos trabalhadores por conta própria ou autônomos atuavam exclusivamente para empresas, enquanto os demais atuavam para o público em geral (pessoas físicas ou jurídicas). No entanto, esse tipo de informação não é presente nos Censos Demográficos.

em cadeias produtivas globais é mais recorrente, e que serão discutidas na seção de resultados.

Outra limitação diz respeito ao Censo Demográfico reportar apenas o trabalho principal, enquanto, em parte dos casos, a atividade na economia popular pode ocorrer no segundo ou terceiro trabalho (caso dos pequenos “bicos” nos finais de semana e no tempo livre).

A.3 Variáveis analisadas

O Quadro A1 descreve as variáveis investigadas para os recortes analisados, em comparação aos demais grupos de trabalhadores. As variáveis foram selecionadas segundo sua disponibilidade nos dois Censos Demográficos e buscam captar características individuais, do trabalho, das condições de reprodução no domicílio em termos de acesso a serviços e a bens de consumo duráveis, e do arranjo de rendimentos e de ocupações dentro do domicílio.

Quadro A1 – Variáveis investigadas nos Censos

Variáveis	Categorias
<i>Variáveis individuais</i>	
Mulher	1 – Sim; 0 – Não
Pretos, pardos e indígenas	1 – Sim; 0 – Não
Idade	Anos completos (contínua)
Natural da UF de residência	1 – Sim; 0 – Não
Natural do município de residência	1 – Sim; 0 – Não
Responsável pelo domicílio	1 – Sim; 0 – Não
Nível de instrução	1 - Sem instrução e fundamental incompleto; 2 - Fundamental completo e médio incompleto; 3 - Médio completo e superior incompleto; 4 - Superior completo
<i>Variáveis do domicílio</i>	
Densidade morador-cômodo	Contínua
Adequação da moradia (quando o domicílio atende a todas as seguintes condições: até 2 moradores por dormitório; abastecimento de água	1 – Sim; 0 – Não

por rede geral de distribuição; esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial ou por fossa séptica; e lixo coletado, diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza)	
Existência de energia elétrica	1 – Sim; 0 – Não
Existência de geladeira	1 – Sim; 0 – Não
Existência de máquina de lavar	1 – Sim; 0 – Não
Existência de linha telefônica	1 – Sim; 0 – Não
Existência de rádio	1 – Sim; 0 – Não
Existência de televisor	1 – Sim; 0 – Não
Existência de microcomputador	1 – Sim; 0 – Não
Existência de automóvel	1 – Sim; 0 – Não
<i>Características do trabalho</i>	
Horas trabalhadas por semana no trabalho principal	Contínua
Possui mais de um trabalho	1 – Sim; 0 – Não
Trabalha no próprio domicílio (apenas para o Censo 2010)	1 – Sim; 0 – Não
Rendimento no trabalho principal (R\$)	Contínua
Rendimento em todos os trabalhos (R\$)	Contínua
Rendimento domiciliar per capita (R\$)	Contínua
<i>Arranjo ocupacional e de rendimentos intra-domiciliar</i>	
Chefe do sexo feminino	1 – Sim; 0 – Não
Presença de cônjuge no domicílio	1 – Sim; 0 – Não
Chefe preto, pardo ou indígena	1 – Sim; 0 – Não
Idade do chefe	Contínua
Nível de instrução do chefe	1 - Sem instrução e fundamental incompleto; 2 - Fundamental completo e médio incompleto; 3 - Médio completo e superior incompleto; 4 - Superior completo
Número de pessoas no domicílio	Contínua
Taxa de ocupação no domicílio (número de pessoas ocupadas / total de pessoas economicamente ativas)	Contínua
Percentual de crianças (menores de 12 anos) em relação ao total de moradores	Contínua
Percentual de adolescentes (13 a 18 anos) em relação ao total de moradores	Contínua
Percentual de pessoas acima de 65 anos em relação ao total de moradores	Contínua
Percentual de pessoas no domicílio na economia popular (em relação ao total de pessoas economicamente ativas)	Contínua
Percentual de membros do domicílio na economia formal e no setor público (em relação ao total de pessoas economicamente ativas)	Contínua

Percentual de membros do domicílio na economia informal (em relação ao total de pessoas economicamente ativas)	Contínua
Existência de rendimento do Programa Bolsa Família ou PETI – apenas Censo 2010	Contínua
Existência de rendimento de outros programas sociais ou de transferências – apenas Censo 2010	Contínua
Participação do rendimento do trabalho no rendimento total do domicílio	Contínua

Fonte: Elaboração própria.

Anexo B – Ocupações selecionadas para compor os grupos da Economia Popular

Quadro B1 – Ocupações (CBO) segundo grupos da economia popular

Grupo 1 – Agropecuária, caça, pesca e extrativismo				
Grande Grupo	Subgrupo principal	Subgrupo	Grupo de base	Titulação
6				Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca
	61			Produtores na exploração agropecuária
		611		Produtores agropecuários em geral
			6110	Produtores agropecuários em geral
		612		Produtores agrícolas
			6129	Produtores agrícolas
		613		Produtores em pecuária
			6139	Produtores em pecuária
	62			Trabalhadores na exploração agropecuária
		620		Supervisores na exploração agropecuária
			6201	Supervisores na exploração agropecuária
				Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
		621	6210	Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
		622		Trabalhadores agrícolas
			6229	Trabalhadores agrícolas
		623		Trabalhadores na pecuária
			6239	Trabalhadores na pecuária
	63			Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
		630		Supervisores na exploração florestal, caça e pesca
			6301	Supervisores na exploração florestal, caça e pesca
		631		Pescadores, caçadores
			6319	Pescadores e caçadores
		632		Extrativistas florestais
			6329	Extrativistas florestais
	64			Trabalhador da mecanização agropecuária e florestal
		641		Trabalhadores da mecanização agropecuária
			6410	Trabalhadores da mecanização agropecuária
		642		Trabalhadores da mecanização florestal
			6420	Trabalhadores da mecanização florestal
		643		Trabalhadores da irrigação e drenagem
			6430	Trabalhadores da irrigação e drenagem
Grupo 2 – Comércio e serviços				
Grande Grupo	Subgrupo principal	Subgrupo	Grupo de base	Titulação
3				Técnicos de nível médio

	37			Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
		376		Artistas de artes populares e modelos
			3761	Bailarinos de danças populares
			3762	Músicos e cantores populares
			3763	Palhaços, acrobatas e afins
			3764	Apresentadores de espetáculos
				Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
	51			Trabalhadores dos serviços
		510		Supervisores dos serviços e do comércio
			5101	Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios
			5102	Supervisores dos serviços de saúde e cuidados pessoais
			5103	Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros serviços
		511		Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo
			5111	Trabalhadores dos serviços direto aos passageiros
			5112	Fiscais e cobradores dos transportes públicos
			5114	Guias de turismo
		512		Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
			5121	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral
		513		Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação
			5131	Mordomos e governantas
			5132	Cozinheiros
			5133	Camareiros, roupeiros e afins
			5134	Garçons, barmen e copeiros
		514		Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros
			5141	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios
			5142	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros
		515		Trabalhadores dos serviços de saúde
			5151	Atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins
			5152	Auxiliares de laboratório da saúde
		516		Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais
			5161	Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento
			5162	Atendentes de creche e acompanhantes de idosos
			5165	Trabalhadores dos serviços funerais
			5166	Trabalhadores auxiliares dos serviços funerais
			5167	Astrólogos e adivinhos
			5169	Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão
		517		Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança
			5171	Bombeiros
			5172	Policiais e guardas de trânsito
			5173	Vigilantes e guardas de segurança
			5174	Guardas e vigias
		519		Outros trabalhadores de serviços diversos
			5191	Entregadores externos (exceto carteiros)
			5192	Catadores de sucata
			5198	Trabalhadores do sexo
			5199	Outros trabalhadores dos serviços
	52			Vendedores e prestadores de serviços do comércio

		520		Supervisores de vendas e de prestação de serviços do comércio
			5201	Supervisores de vendas e de prestação de serviços do comércio
		521		Vendedores, demonstradores
			5211	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados
		522		Repositores, remarcadores do comércio
			5221	Repositores, remarcadores do comércio
		523		Instaladores de produtos e acessórios
			5231	Instaladores de produtos e acessórios
		524		Vendedores ambulantes e camelôs
			5241	Vendedores a domicílio
			5242	Vendedores em quiosques e barracas
			5243	Vendedores ambulantes
Grupo 3 – Fabricação artesanal, construção civil e indústria				
Grande Grupo	Subgrupo principal	Subgrupo	Grupo de base	Titulação
7				Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
	71			Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
		710		Supervisores da extração mineral e da construção civil
			7101	Supervisores da extração mineral
			7102	Supervisores da construção civil
		711		Trabalhadores da extração mineral
			7111	Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins
			7112	Trabalhadores da extração de minerais sólidos - operadores de máquina
			7113	Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos
			7114	Garimpeiros e operadores de salinas
		712		Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras
			7121	Trabalhadores de beneficiamento de minérios
			7122	Trabalhadores de beneficiamento de pedras
		715		Trabalhadores da construção civil e obras públicas
			7151	Trabalhadores de terraplenagem e fundações
			7152	Trabalhadores de estruturas de alvenaria
			7153	Trabalhadores de estruturas de concreto armado
			7154	Trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado
			7155	Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)
			7156	Trabalhadores de instalações elétricas
			7157	Trabalhadores de instalações de materiais isolantes
		716		Trabalhadores de acabamento de obras civis
			7161	Revestidores de concreto armado (revestimentos rígidos)
			7162	Telhadores (revestimentos rígidos)
			7163	Vidraceiros (revestimentos rígidos)
			7164	Estucadores e gessoeiros
			7165	Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
			7166	Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)
		717		Ajudantes de obras civis
			7170	Ajudantes de obras civis

	72			Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
		720		Supervisores da transformação de metais e de compósitos
			7201	Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais
			7202	Supervisores de montagem metalmecânica
		721		Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos
			7211	Ferramenteiros e afins
			7212	Preparadores e operadores de máquinas - ferramenta convencional
			7213	Operadores de usinagem convencional (produção em série)
			7214	Afiadores e polidores de metais
			7215	Operadores de máquinas e centros de usinagem cnc
		722		Trabalhadores de conformação de metais e de compósitos
			7221	Trabalhadores de forjamento de metais
			7222	Trabalhadores de fundição de metais e de compósitos
			7223	Trabalhadores de moldagem de metais e de compósitos
			7224	Trabalhadores de trefilação, estiramento e extrusão de metais e de compósitos
		723		Trabalhadores de tratamento térmico e de superfícies de metais e de compósitos
			7231	Trabalhadores de tratamento térmico de metais e de compósitos
			7232	Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)
			7233	Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos
		724		Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos
			7241	Encanadores e instaladores de tubulações
			7242	Trabalhadores de traçagem e montagem de estrutura metálica e de compósitos
			7243	Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos
			7244	Trabalhadores de caldeiraria e serralheria
			7245	Operadores de máquinas de conformação de metais
			7246	Aparelhadores e emendadores de cabos (exceto cabos elétricos e de telecomunicações)
		725		Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos
			7250	Ajustadores mecânicos polivalentes
			7251	Montadores de aparelhos e acessórios mecânicos em linhas de montagem
			7252	Montadores de máquinas industriais
			7253	Montadores de máquinas pesadas
			7254	Montadores de motores e turbinas
			7255	Montadores de veículos automotores (linha de montagem)
			7256	Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves
			7257	Montadores de instalações de ventilação e refrigeração
	73			Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
		730		Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
			7301	Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
		731		Montadores e instaladores de equipamentos eletro-eletrônicos em geral
			7311	Montadores de equipamentos eletro-eletrônicos
			7312	Montadores de aparelhos de telecomunicações
			7313	Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações

		732		Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicações
			7321	Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados
	74			Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
		740		Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais
			7401	Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais
		741		Montadores e ajustadores de instrumentos de precisão
			7411	Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)
		742		Montadores e ajustadores de instrumentos musicais
			7421	Confeccionadores de instrumentos musicais
	75			Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
		750		Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins
			7501	Supervisores de joalheria e afins
			7502	Supervisores de vidraria, cerâmica e afins
		751		Joalheiros e ourives
			7519	Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semi-preciosos
		752		Vidreiros, ceramistas e afins
			7521	Sopradores e moldadores de vidros e afins
			7522	Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
			7523	Ceramistas (preparação e fabricação)
			7524	Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração)
	76			Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
		760		Supervisores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
			7601	Supervisores da indústria têxtil
			7602	Supervisores da indústria do curtimento
			7603	Supervisores da indústria de confecção de roupas
			7604	Supervisores da indústria de confecção de calçados
			7605	Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins
			7606	Supervisores das artes gráficas
		761		Trabalhadores das indústrias têxteis
			7610	Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis
			7611	Trabalhadores da preparação da tecelagem
			7612	Operadores da preparação da tecelagem
			7613	Operadores de tear e máquinas similares
			7614	Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis
			7618	Inspetores e revisores de produção têxtil
		762		Trabalhadores do tratamento de couros e peles
			7620	Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles
			7621	Trabalhadores da preparação de peles
			7622	Trabalhadores do curtimento de couros e peles
			7623	Trabalhadores do acabamento de couros e peles
		763		Trabalhadores da confecção de roupas

			7630	Trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas
			7631	Trabalhadores da preparação da confecção de roupas
			7632	Operadores de máquinas de costura de roupas
			7633	Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas
		764		Trabalhadores da confecção de calçados
			7640	Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados
			7641	Trabalhadores da preparação da confecção de calçados
			7642	Operadores de máquinas de costurar calçados
			7643	Operadores de acabamento de calçados
		765		Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros
			7650	Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros
			7651	Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos e couros
			7652	Trabalhadores da fabricação e instalação de artefatos de tecidos e couros
			7653	Operadores de máquinas na fabricação de artefatos de tecidos e couros
			7654	Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros
		766		Trabalhadores da produção gráfica
			7660	Trabalhadores polivalentes das artes gráficas
			7661	Trabalhadores da pré-impressão gráfica
			7662	Trabalhadores da impressão gráfica
			7663	Trabalhadores do acabamento gráfico
			7664	Trabalhadores de laboratório fotográfico
		768		Trabalhadores artesanais das atividades têxteis, do vestuário e das artes gráficas
			7681	Trabalhadores artesanais da tecelagem
			7682	Trabalhadores artesanais da confecção de roupas
			7683	Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles
			7686	Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins
			7687	Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)
	77			Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
		770		Supervisores da indústria da madeira, mobiliário e da carpintaria veicular
			7701	Supervisores da indústria da madeira, mobiliário e da carpintaria veicular
		771		Marceneiros e afins
			7711	Marceneiros e afins
		772		Trabalhadores da preparação das madeiras e do mobiliário
			7721	Trabalhadores de tratamento e preparação de madeiras
		773		Trabalhadores da transformação de madeiras e da fabricação do mobiliário
			7731	Operadores de máquinas de desdobramento de madeiras
			7732	Operadores de laminação, aglomeração e prensagem de chapas
			7733	Preparadores e operadores de usinagem de madeiras convencional
			7734	Operadores de máquinas de madeira (produção em série)
			7735	Operadores de máquinas e centros de usinagem de madeira
		774		Trabalhadores de montagem
			7741	Montadores de móveis e artefatos de madeira
		775		Trabalhadores do acabamento de madeira e mobiliário

			7751	Trabalhadores do acabamento de madeira e do mobiliário
		776		Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário
			7764	COnfeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins
		777		Trabalhadores da carpintaria veicular
			7771	Carpinteiros navais e de aeronaves
			7772	Carpinteiros de carrocerias e carretas
	78			Trabalhadores de funções transversais
		780		Supervisores de embalagem e etiquetagem
			7801	Supervisores de embalagem e etiquetagem
				Operadores de robôs e equipamentos especiais
		781	7811	Operadores de robôs industriais
			7813	Operadores de veículos operados e controlados remotamente (rov, rcv)
			7817	Trabalhadores subaquáticos
		782		Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas
			7820	Condutores e operadores polivalentes
			7821	Operadores de equipamentos de elevação
			7822	Operadores de equipamentos de movimentação de cargas
			7823	Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)
			7824	Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)
			7825	Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)
			7826	Condutores de veículos sobre trilhos
			7827	Trabalhadores na navegação marítima fluvial e regional
			7828	Condutores de veículos de tração animal e de pedais
		783		Trabalhadores de logística e acompanhamento de serviços de transporte
			7831	Trabalhadores de manobras de transporte sobre trilhos
			7832	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
		784		Embaladores e alimentadores de produção
			7841	Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem
			7842	Alimentadores de linhas de produção
				Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
	81			Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
		810		Supervisores das indústrias químicas, petroquímicas e afins
			8101	Supervisores das indústrias químicas, petroquímicas e afins
			8102	Supervisores da indústria de plásticos e borracha
			8103	Supervisores da indústria de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
		811		Operadores de instalações químicas, petroquímicas e afins
			8110	Operadores polivalentes de instalações químicas, petroquímicas e afins
			8111	Operadores de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
			8112	Operadores de processo termoquímicos e afins
			8113	Operadores de filtragem e separação
			8114	Operadores de destilação e reação
			8115	Operadores de produção e refino de petróleo e gás
			8116	Operadores de coqueificação
			8117	Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e parafinas

		8118	Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
	812		Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
		8121	Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
	813		Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins
		8131	Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins
	818		Operadores de operação unitária de laboratório (transversal para toda indústria de processos)
		8181	Laboratoristas industriais auxiliares
	82		Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
		820	Supervisores da siderurgia e de materiais de construção
		8201	Supervisores da siderurgia
		8202	Supervisores de materiais de construção (vidro, cerâmica e compósitos)
	821		Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - 1ª fusão
		8211	Operadores de instalações de sinterização
		8212	Operadores de fornos de 1ª fusão e aciaria
		8213	Operadores de laminação
		8214	Operadores de acabamento de chapas e metais
	822		Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - 2ª fusão
		8221	Forneiros metalúrgicos (2ª fusão e reaquecimento)
	823		Trabalhadores de instalações e equipamentos de material de construção, cerâmica e vidro
		8231	Operadores de preparação de massas para vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção
		8232	Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de cerâmicas, vidros e porcelanas
		8233	Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção
	828		Trabalhadores artesanais de materiais de construção
		8281	Trabalhadores artesanais de materiais de construção
	83		Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
		830	Supervisores da fabricação de celulose e papel
		8301	Supervisores da fabricação de celulose e papel
		831	Trabalhadores da preparação de pasta de papel
		8311	Preparadores de pasta para a fabricação de papel
		832	Trabalhadores da fabricação de papel
		8321	Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão
		833	Confeccionadores de produtos de papel e papelão
		8339	Confeccionadores de produtos de papel e papelão
	84		Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
		840	Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo agroindustriais
		8401	Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
		841	Operadores da preparação de alimentos e bebidas
		8411	Moleiros
		8412	Trabalhadores do refino de sal
		8413	Trabalhadores da fabricação e refino de açúcar

			8416	Trabalhadores da preparação de café, cacau e produtos afins
			8417	Trabalhadores da fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas
		842		Operadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros (inclusive artesanais)
			8421	Preparadores de fumo
			8423	Cigarreiros
			8429	Charuteiros e trabalhadores artesanais da indústria do fumo
		848		Trabalhadores da indústria de alimentos
			8484	Degustadores
			8485	Magarefes e afins
		849		Trabalhadores da agroindústria e da fabricação de alimentos e bebidas (inclusive artesanais)
			8491	Trabalhadores de fabricação e conservação de alimentos (inclusive artesanais)
			8492	Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)
			8493	Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces
	86			Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
		860		Supervisores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
			8601	Supervisores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
		861		Operadores de instalações de geração e distribuição de energia térmica, elétrica e nuclear
			8611	Operadores de instalações de geração de energia térmica, elétrica e nuclear
			8612	Operadores de instalações de distribuição de energia térmica, elétrica e nuclear
		862		Operadores de utilidades
			8621	Operadores de máquinas a vapor e caldeiras
			8622	Operadores de instalações de captação e distribuição de águas
			8623	Operadores de instalações de captação e tratamento de esgotos
			8624	Operadores de instalações de captação, engarrafamento e distribuição de gases
			8625	Operadores de instalações de refrigeração e ar condicionado
	87			Outros trabalhadores elementares industriais
		871		Outros trabalhadores elementares industriais
			8711	Outros trabalhadores elementares industriais
				Trabalhadores de reparação e manutenção
	91			Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
		910		Supervisores de reparação e manutenção mecânica
			9101	Supervisores da reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
			9102	Supervisores da reparação e manutenção veicular
			9109	Supervisores de outros trabalhadores da reparação, conservação e manutenção
		911		Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
			9111	Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão
			9112	Mecânicos de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração (exceto técnicos)

			9113	Mecânicos de manutenção de máquinas industriais
		913		Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
			9131	Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
		914		Mecânicos de manutenção veicular
			9141	Mecânicos de manutenção aeronáutica
			9142	Mecânicos de manutenção naval (em terra)
			9143	Mecânicos de manutenção metroferroviária
			9144	Mecânicos de manutenção de veículos automotores
		915		Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão
			9151	Reparadores de instrumentos de medição
			9152	Reparadores de instrumentos musicais
			9153	Reparadores de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares
			9154	Reparadores de equipamentos fotográficos
		919		Outros mecânicos de manutenção
			9191	Lubrificadores
			9192	Trabalhadores de manutenção de máquinas pequenas
			9193	Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica
	95			Polimantenedores
		950		Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica
			9501	Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e residencial
			9502	Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular
			9503	Supervisores de manutenção eletromecânica
		951		Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial
			9511	Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial
			9513	Instaladores e mantenedores de sistemas de alarmes de segurança e de incêndio
		953		Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular
			9531	Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)
		954		Mantenedores eletromecânicos
			9541	Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas
			9542	Reparadores de aparelhos eletrodomésticos
			9543	Reparadores de equipamentos de escritório
	99			Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação
		991		Outros trabalhadores da conservação e da conservação e manutenção (exceto trabalhadores elementares)
			9911	Conservadores de vias permanentes (trilhos)
			9912	Mantenedores de equipamentos de lazer
			9913	Mantenedores de carroçarias de veículos
			9914	Mantenedores de edificações
		992		Trabalhadores elementares da manutenção
			9921	Trabalhadores elementares de serviços de manutenção
			9922	Trabalhadores elementares de conservação de vias permanentes

Fonte: Elaboração própria a partir de categorias da CBO Domiciliar.

Anexo C – Ocupações na economia popular, 2000 e 2010

Tabela C1 – Participação das ocupações na economia popular, Brasil, 2000

	Número	% no grupo	% no total
Grupo 1			
Trabalhadores agrícolas	2972105	42,6	17,8
Produtores agrícolas	2791935	40,1	16,7
Produtores em pecuária	493835	7,1	3,0
Pescadores e caçadores	271124	3,9	1,6
Extrativistas florestais	186721	2,7	1,1
Trabalhadores na pecuária	124062	1,8	0,7
Produtores agropecuários em geral	60389	0,9	0,4
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	60062	0,9	0,4
Trabalhadores da mecanização agropecuária	10919	0,2	0,1
Outras ocupações do Grupo 1	531	0,0	0,0
Total	6971683	100,0	41,8
Grupo 2			
Vendedores ambulantes	1506261	30,6	9,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1472026	29,9	8,8
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	535371	10,9	3,2
Garçons, barmen e copeiros	527700	10,7	3,2
Vendedores em quiosques e barracas	201481	4,1	1,2
Cozinheiros	148254	3,0	0,9
Outros trabalhadores dos serviços	112857	2,3	0,7
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	104800	2,1	0,6
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão	76479	1,6	0,5
Catadores de sucata	52541	1,1	0,3
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	42496	0,9	0,3
Vendedores a domicílio	31340	0,6	0,2
Entregadores externos (exceto carteiros)	30286	0,6	0,2
Vigilantes e guardas de segurança	28622	0,6	0,2
Guardas e vigias	20887	0,4	0,1
Guias de turismo	5621	0,1	0,0
Instaladores de produtos e acessórios	4157	0,1	0,0
Astrólogos e adivinhos	3601	0,1	0,0
Trabalhadores do sexo	3318	0,1	0,0
Trabalhadores dos serviços funerais	3120	0,1	0,0
Apresentadores de espetáculos	3010	0,1	0,0
Outras ocupações do Grupo 2	4090	0,1	0,0
Total	4918318	100,0	29,5

Grupo 3

Trabalhadores de estruturas de alvenaria	1244605	26,0	7,5
Operadores de máquinas de costura de roupas	468000	9,8	2,8
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	302590	6,3	1,8
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	285713	6,0	1,7
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	258144	5,4	1,5
Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	253715	5,3	1,5
Condutores e operadores polivalentes	179024	3,7	1,1
Marceneiros e afins	156374	3,3	0,9
Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	134356	2,8	0,8
Trabalhadores de instalações elétricas	105314	2,2	0,6
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)	101988	2,1	0,6
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	101071	2,1	0,6
Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces	72684	1,5	0,4
Mantenedores de carroçarias de veículos	64485	1,4	0,4
Magarefes e afins	55138	1,2	0,3
Condutores de veículos de tração animal e de pedais	45521	1,0	0,3
Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)	44302	0,9	0,3
Trabalhadores elementares de serviços de manutenção	39811	0,8	0,2
Encanadores e instaladores de tubulações	39355	0,8	0,2
Operadores de tear e máquinas similares	38565	0,8	0,2
Trabalhadores artesanais da tecelagem	32862	0,7	0,2
Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins	32631	0,7	0,2
Trabalhadores artesanais de materiais de construção	32494	0,7	0,2
Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles	32410	0,7	0,2
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas	31512	0,7	0,2
Trabalhadores artesanais da confecção de roupas	31387	0,7	0,2
Trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas	30659	0,6	0,2
Trabalhadores da fabricação e instalação de artefatos de tecidos e couros	29608	0,6	0,2
Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial	27671	0,6	0,2
Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica	26965	0,6	0,2
Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras	26259	0,6	0,2
Moleiros	25539	0,5	0,2
Garimpeiros e operadores de salinas	24143	0,5	0,1
Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos	22619	0,5	0,1
Preparadores e operadores de máquinas - ferramenta convencional	22092	0,5	0,1
Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)	21362	0,5	0,1
Reparadores de aparelhos eletrodomésticos	21214	0,4	0,1
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	20492	0,4	0,1
Estucadores e gessoiros	16021	0,3	0,1
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins	15617	0,3	0,1

Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)	15553	0,3	0,1
Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semi-preciosos	14818	0,3	0,1
Trabalhadores da impressão gráfica	14164	0,3	0,1
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	13902	0,3	0,1
Mecânicos de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração (exceto técnicos)	12825	0,3	0,1
Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos	12740	0,3	0,1
Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis	11492	0,2	0,1
Trabalhadores de fabricação e conservação de alimentos (inclusive artesanais)	11255	0,2	0,1
Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins	10202	0,2	0,1
Ajudantes de obras civis	9990	0,2	0,1
Montadores de equipamentos eletro-eletrônicos	8558	0,2	0,1
Operadores de máquinas de costurar calçados	8232	0,2	0,0
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	7292	0,2	0,0
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	6749	0,1	0,0
Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e parafinas	5171	0,1	0,0
Trabalhadores na navegação marítima fluvial e regional	5039	0,1	0,0
Ceramistas (preparação e fabricação)	4877	0,1	0,0
Trabalhadores da fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas	4506	0,1	0,0
Trabalhadores de beneficiamento de pedras	4327	0,1	0,0
Trabalhadores da pré-impressão gráfica	4216	0,1	0,0
Trabalhadores do acabamento de madeira e do mobiliário	4182	0,1	0,0
Trabalhadores de forjamento de metais	3816	0,1	0,0
Operadores de máquinas na fabricação de artefatos de tecidos e couros	3676	0,1	0,0
Trabalhadores da fabricação e refino de açúcar	3594	0,1	0,0
Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção	3573	0,1	0,0
Vidraceiros (revestimentos rígidos)	3563	0,1	0,0
Trabalhadores do acabamento gráfico	3358	0,1	0,0
Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros	3296	0,1	0,0
Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins	3216	0,1	0,0
Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações	3172	0,1	0,0
Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)	3095	0,1	0,0
Afiadores e polidores de metais	2995	0,1	0,0
Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas	2682	0,1	0,0
Preparadores e operadores de usinagem de madeiras convencional	2560	0,1	0,0
Confeccionadores de produtos de papel e papelão	2283	0,1	0,0
Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão	2221	0,1	0,0
Outras ocupações do Grupo 3	37111	0,0	0,0
Total	4788613	100,0	28,7

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Tabela C2 – Participação das ocupações na economia popular, Brasil, 2010

	Número	% no grupo	% no total
Grupo 1			
Trabalhadores agrícolas	3640742	47,7	21,2
Produtores agrícolas	2043159	26,8	11,9
Trabalhadores na pecuária	736702	9,7	4,3
Produtores em pecuária	411603	5,4	2,4
Pescadores e caçadores	365213	4,8	2,1
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	143701	1,9	0,8
Produtores agropecuários em geral	137930	1,8	0,8
Extrativistas florestais	119796	1,6	0,7
Supervisores na exploração agropecuária	21678	0,3	0,1
Trabalhadores da mecanização agropecuária	5931	0,1	0,0
Outras ocupações do Grupo 1	784	0,0	0,0
Total	7627239	100	44,5
Grupo 2			
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1586559	38,7	9,2
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	882518	21,6	5,1
Vendedores ambulantes	448882	11,0	2,6
Vendedores em quiosques e barracas	223169	5,5	1,3
Cozinheiros	216876	5,3	1,3
Vendedores a domicílio	186061	4,5	1,1
Garçons, barmen e copeiros	131840	3,2	0,8
Catadores de sucata	102464	2,5	0,6
Outros trabalhadores dos serviços	79688	2,0	0,5
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	62568	1,5	0,4
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	42494	1,0	0,2
Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	28724	0,7	0,2
Vigilantes e guardas de segurança	23258	0,6	0,1
Entregadores externos (exceto carteiros)	17465	0,4	0,1
Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios	15838	0,4	0,1
Guardas e vigias	8857	0,2	0,1
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão	7780	0,2	0,0
Guias de turismo	6153	0,2	0,0
Atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins	4935	0,1	0,0
Instaladores de produtos e acessórios	3990	0,1	0,0
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	3457	0,1	0,0
Trabalhadores do sexo	2423	0,1	0,0
Outras ocupações do Grupo 2	9180	0,2	0,0
Total	4095179	100,0	23,9

Grupo 3

Trabalhadores de estruturas de alvenaria	1699288	31,3	9,9
Operadores de máquinas de costura de roupas	634899	11,7	3,7
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	314311	5,8	1,8
Ajudantes de obras civis	304707	5,6	1,8
Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	284021	5,2	1,7
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	271888	5,0	1,6
Condutores e operadores polivalentes	249648	4,6	1,5
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	175360	3,2	1,0
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	135078	2,5	0,8
Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	132832	2,4	0,8
Marceneiros e afins	126795	2,3	0,7
Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces	96058	1,8	0,6
Trabalhadores de instalações elétricas	90487	1,7	0,5
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)	67171	1,2	0,4
Magarefes e afins	52565	1,0	0,3
Supervisores da construção civil	52257	1,0	0,3
Mantenedores de carroçarias de veículos	49763	0,9	0,3
Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial	45239	0,8	0,3
Trabalhadores elementares de serviços de manutenção	42656	0,8	0,2
Estucadores e gesseiros	29650	0,6	0,2
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	28420	0,5	0,2
Trabalhadores da fabricação e instalação de artefatos de tecidos e couros	25684	0,5	0,1
Encanadores e instaladores de tubulações	24999	0,5	0,1
Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos	24805	0,5	0,1
Trabalhadores artesanais da confecção de roupas	23225	0,4	0,1
Condutores de veículos de tração animal e de pedais	22372	0,4	0,1
Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica	21232	0,4	0,1
Moleiros	18482	0,3	0,1
Operadores de tear e máquinas similares	18130	0,3	0,1
Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles	17018	0,3	0,1
Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)	16842	0,3	0,1
Reparadores de aparelhos eletrodomésticos	16446	0,3	0,1
Trabalhadores artesanais da tecelagem	16423	0,3	0,1
Preparadores e operadores de máquinas - ferramenta convencional	15453	0,3	0,1
Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins	14658	0,3	0,1
Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)	14643	0,3	0,1
Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras	12069	0,2	0,1
Garimpeiros e operadores de salinas	11769	0,2	0,1
Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semi-preciosos	10521	0,2	0,1
Trabalhadores de fabricação e conservação de alimentos (inclusive artesanais)	10325	0,2	0,1
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas	9526	0,2	0,1
Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis	9127	0,2	0,1

Trabalhadores artesanais de materiais de construção	8892	0,2	0,1
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	8721	0,2	0,1
Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos	8708	0,2	0,1
Trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas	8383	0,2	0,0
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	7723	0,1	0,0
Mecânicos de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração (exceto técnicos)	7540	0,1	0,0
Trabalhadores da impressão gráfica	7300	0,1	0,0
Operadores de máquinas de desdobramento de madeiras	7216	0,1	0,0
Trabalhadores de forjamento de metais	7123	0,1	0,0
Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)	6541	0,1	0,0
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins	6153	0,1	0,0
Operadores de máquinas de costurar calçados	5741	0,1	0,0
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	5569	0,1	0,0
Montadores de equipamentos eletro-eletrônicos	4805	0,1	0,0
Trabalhadores de estruturas de concreto armado	4168	0,1	0,0
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados	4126	0,1	0,0
Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins	4062	0,1	0,0
Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)	3844	0,1	0,0
Trabalhadores de terraplenagem e fundações	3804	0,1	0,0
Montadores de móveis e artefatos de madeira	3559	0,1	0,0
Telhadores (revestimentos rígidos)	3208	0,1	0,0
Vidraceiros (revestimentos rígidos)	3199	0,1	0,0
Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão	3166	0,1	0,0
Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações	2883	0,1	0,0
Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas	2859	0,1	0,0
Operadores de máquinas na fabricação de artefatos de tecidos e couros	2832	0,1	0,0
Trabalhadores do acabamento gráfico	2722	0,1	0,0
Afiadores e polidores de metais	2670	0,1	0,0
Ceramistas (preparação e fabricação)	2608	0,1	0,0
Trabalhadores na navegação marítima fluvial e regional	2446	0,1	0,0
Outras ocupações do Grupo 3	45439	0,8	0,0
Total	5434760	100	31,7

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE).